



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

RONALD SILVA ROBSON

**COMO LER *JORNAL DE TÍMON*:  
JOÃO FRANCISCO LISBOA E SEU DISPOSITIVO METALITERÁRIO**

**HOW TO READ *JORNAL DE TÍMON*:  
JOÃO FRANCISCO LISBOA AND HIS METALITERARY DEVICE**

Campinas

2025

RONALD SILVA ROBSON

**COMO LER JORNAL DE *TÍMON*:  
JOÃO FRANCISCO LISBOA E SEU DISPOSITIVO METALITERÁRIO**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Teoria e História Literária, na Área de Teoria e Crítica Literária.

Thesis presented to the Instituto de Estudos da Linguagem of the University of Campinas in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor in Literary Theory and History, in the area of Literary Theory and Critic.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aparecido Lopes

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA  
PELO ALUNO RONALD SILVA ROBSON,  
E ORIENTADA PELO PROF. DR. MARCOS  
APARECIDO LOPES.

Campinas

2025

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Ana Lucia Siqueira Silva - CRB 8/7956

R576c Robson, Ronald Silva, 1988-  
Como ler Jornal de Tímon : João Francisco Lisboa e seu dispositivo  
metaliterário / Ronald Silva Robson. – Campinas, SP : [s.n.], 2025.

Orientador: Marcos Aparecido Lopes.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),  
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Lisboa, João Francisco, 1812-1863. 2. Literatura brasileira. 3. Sátira. I.  
Lopes, Marcos Aparecido, 1968-. II. Universidade Estadual de Campinas  
(UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações complementares

**Título em outro idioma:** How to read Jornal de Tímon : João Francisco Lisboa and his  
metaliterary device

**Palavras-chave em inglês:**

Lisboa, João Francisco, 1812-1863

Brazilian literature

Satire

**Área de concentração:** Teoria e Crítica Literária

**Titulação:** Doutor em Teoria e História Literária

**Banca examinadora:**

Marcos Aparecido Lopes [Orientador]

Roberto Acízelo Quelha de Souza

Jean Pierre Chauvin

Alexandre Soares Carneiro

Jefferson Cano

**Data de defesa:** 12-06-2025

**Programa de Pós-Graduação:** Teoria e História Literária

**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Não se aplica

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-9380-7713>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7559722640582097>

**Marcos Aparecido Lopes**

**Roberto Acízelo Quelha de Souza**

**Jean Pierre Chauvin**

**Alexandre Soares Carneiro**

**Jefferson Cano**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

## DEDICATÓRIA

A Jomar Moraes,  
*in memoriam,*  
e àqueles que ainda aprenderão a espezinhar & fazer rir à maneira de Tímon  
e lhe darão o lugar que merece em nossas letras,  
*in antecessum.*

## AGRADECIMENTOS

Em 2019 o Prof. Paulo Franchetti aceitou com grande generosidade orientar este trabalho, mas não lhe foi possível acompanhá-lo até a defesa. Devo-lhe gratidão, bem como ao Prof. Marcos Aparecido Lopes, que depois não só acolheu minha pesquisa e a conduziu até a banca de exame, como ainda demonstrou grande paciência com um orientando muitas vezes desorientado pelo acúmulo de compromissos que a vida lhe atirava sem muita consideração por prazos acadêmicos.

Aos professores Alexandre Soares Carneiro e Roberto Acízelo de Sousa, membros da banca de qualificação, devo indicações bibliográficas preciosas. Suas correções me permitiram alcançar uma redação, quem sabe, mais *prezada* (eles entenderão).

À banca de defesa se somariam os professores Jean Pierre Chauvin e Jefferson Cano, aos quais também expresse meu agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001, o que me permitiu ler João Francisco Lisboa – e bem mais coisa, na verdade, para crônico adiamento da conclusão deste texto... – com alguma tranquilidade; minha gratidão aos servidores desse órgão federal que por meios impessoais me permitiram esse mínimo conforto pessoal.

E obrigado, Yane.

*Tímon, o misantropo e o mais invejoso dos mortais*

João Francisco Lisboa

## RESUMO

*Jornal de Tímon* (1852-1858), de João Francisco Lisboa, é desde sua publicação póstuma pelas mãos de Antônio Henriques Leal compreendido de maneira incongruente com suas condições originais de circulação. O título acabou reduzido à seção conhecida por “Partidos e Eleições do Maranhão”, assim tomada em separado de “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão”, que por sua vez seria obra distinta de uma suposta “Vida do Padre Antônio Vieira”. A reconstituição da série original do *Jornal* nos oferece uma nova perspectiva: João Lisboa plasmou, em doze fascículos de um livro-periódico, uma obra sem par na literatura oitocentista brasileira, obra que funde crítica de costumes, jornalismo, historiografia, ficção e tratadismo político. O *Jornal* deve ser encarado como um *dispositivo metaliterário*, que incorpora e critica os gêneros de discurso mais difundidos da época, e assim se situa na tradição satírica de Luciano de Samósata.

Palavras-chave: João Francisco Lisboa; literatura brasileira; sátira.

## ABSTRACT

*Jornal de Tímon* (1852-1858), by João Francisco Lisboa, has been understood inconsistently with its original conditions of circulation since its posthumous publication by Antônio Henriques Leal. The title ended up being reduced to the section known as “Partidos e Eleições do Maranhão”, thus taken separately from “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão”, which in turn would be a distinct work from a supposed “Vida do Padre Antônio Vieira”. The reconstitution of the original series of the *Jornal* offers us a new perspective: João Lisboa shaped, in twelve fascicles of a book-periodical, a work unparalleled in 19th-century Brazilian literature, a work that merges criticism of customs, journalism, historiography, fiction, and political treatise. The *Jornal* should be seen as a *metaliterary device*, which incorporates and criticizes the most widespread genres of discourse of the time, and thus places itself in the satirical tradition of Lucian of Samosata.

Keywords: João Francisco Lisboa; Brazilian literature; satire.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 JOÃO FRANCISCO LISBOA: UM PROBLEMA EDITORIAL</b> .....	16
1.1 De problema editorial a problema historiográfico e crítico .....	23
1.2 Na fronteira dos gêneros .....	29
<b>2 O JORNAL E A PROVÍNCIA</b> .....	33
2.1 Efeitos da Independência e da imprensa .....	33
2.2 O neoclassicismo maranhense .....	37
2.3 A formação intelectual de João Francisco Lisboa .....	41
2.4 Um excuro: “Doutor em Direito”? .....	44
2.5 Publicações pré- <i>Jornal de Tímon</i> .....	47
2.5.1 As pasquinadas de Lisboa .....	49
2.5.2 <i>Crônica Maranhense</i> : o liberalismo político frente à Balaiada .....	50
<b>3 TÍMON E SEU JORNAL</b> .....	56
3.1 O falso historiador político: fasc. 1 .....	56
3.2 O ficcionista reticente: fasc. 2-3 .....	61
3.2.1 O conto de Anastácio Pedro .....	62
3.2.2 Um solilóquio e um diálogo exemplares .....	66
3.2.3 Vultos da província .....	69
3.2.4 Partidos e eleições .....	71
3.2.5 O argumento tornado ficção .....	73
3.3 O tratadista político: fasc. 5 .....	75
3.4 O historiador timonense: fasc. 5-10 .....	83
3.5 O embate com o Padre Antônio Vieira .....	89
3.6 O historiador científico: fasc. 11-12 .....	95
3.6.1 Excurso: João Francisco Lisboa em Portugal .....	95
3.6.2 A tragédia de Bequimão .....	97
3.6.3 Excurso: Os índios e Varnhagen .....	105
<b>4 TÍMON E O SENTIDO DA SÁTIRA</b> .....	109
4.1 Fontes para um <i>alter ego</i> .....	109
4.2 De João Lisboa a Luciano de Samósata: o sentido da sátira .....	113
4.3 Passagem do ficcional ao historiográfico – e vice-versa .....	118
4.4 A arte do retrato entre a história e a ficção .....	122

4.5 Neoclássico barroco .....	131
4.6 Um dispositivo metaliterário .....	137
<b>CONCLUSÃO</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	145

## INTRODUÇÃO

Este estudo não se destina, como seria fácil pensar, a reabilitar a obra de João Francisco Lisboa. É verdade que seu nome é pouco lembrado, mas o que tantos escritores, críticos e historiadores disseram de positivo a respeito do prosador maranhense – repassarei alguns desses juízos no primeiro capítulo – basta para mostrar que nunca esteve desautorizado. Machado de Assis o tinha em alta conta, para citar um morto ilustre seu contemporâneo; e, para citar um vivo nosso contemporâneo cujo nome talvez seja hoje o mais conhecido na historiografia brasileira, José Murilo de Carvalho o considera fundamental para a compreensão do ambiente político da província à altura de meados do século XIX.

Este estudo busca, isto sim, chamar atenção ao mesmo tempo para o sentido mais aparente da obra de João Lisboa (dado na própria materialidade gráfica do seu estranho periódico) e para o sentido mais profundo de sua sátira.

Como se verá, a incompreensão editorial de sua obra, o *Jornal de Tímon* (a única que, a rigor, publicou como obra una, tudo o mais estando na condição de escrito esparso de periódico), refletiu uma justificada desatenção à natureza desse empreendimento literário. Não se pode pesar demais a mão na distribuição das culpas: se o seu editor póstumo Antônio Henriques Leal e se os três melhores leitores que teve até hoje (Álvaro Lins, João Alexandre Barbosa, Luiz Costa Lima) falharam em atinar com a unidade da obra, foi porque uns teriam uma natural dificuldade de apreendê-la em meio aos modelos literários vigentes – caso daquele editor – e porque outros, apesar de suas análises mais originais – caso destes três críticos –, já a tomariam tal como formatada postumamente, e não como publicada em vida pelo autor.

Assiste-se, portanto, a um caso curioso: uma obra estilisticamente atípica passaria por uma parcial mutilação de texto, a qual, tornada rotineira, faria de um problema editorial um problema historiográfico, e deste um problema crítico. Disso dá conta o primeiro capítulo.

Uma atenção mais detida às peculiaridades do *Jornal* requer um recuo ao seu contexto de produção, tanto aquele mais imediato, a província do Maranhão, como o contexto mais geral, o Império brasileiro. Não se trata de uma divisão meramente didática. Muitos dos doestos de Lisboa têm alvo e nome certo em São Luís: às vezes um cronista como Berredo, às vezes um pasquim como tantos que circulavam na cidade à época. Outros têm alvo na capital imperial: às vezes um historiador como Varnhagen, às vezes os preceitos literários românticos. Há uma microrrede discursiva e há uma macrorrede discursiva nas quais João Lisboa se insere.

Sem a compreensão desse entorno, tomando-o como fundo de contraste, torna-se difícil aferir a especificidade literária do *Jornal*. Tanto mais – detalhe curioso – que seu autor

não destoa demais da maior parte dos seus companheiros de ofício. Teve uma educação típica na província; viveu do jornalismo e da política; fez-se advogado pela prática, não pelas academias; e formou suas opiniões dentro do espírito liberal de seu tempo (no arrolamento de suas obras pré-*Jornal*, receberá destaque o tratamento que deu à Balaiada no semanário *Crônica Maranhense*, em virtude do material farto que aí há para a compreensão da mentalidade política de Lisboa). Ainda assim, justamente porque consciente de sua mediania e de sua marginalidade cultural, foi capaz de não cair na armadilha de encarecer demais o próprio valor e as modas políticas e literárias. O segundo capítulo oferecerá, sem maior propósito de biografar o autor ou historiar o Maranhão e o Brasil de 1830 a 1860, algumas informações indispensáveis à análise direta do *Jornal*, análise essa apenas sugerida no primeiro capítulo, mas realizada em pormenor no terceiro e quarto capítulos.

É a esta altura que irei afirmar as duas principais conclusões de uma leitura da obra que leve em conta a sua unidade. A primeira e mais importante é que o *Jornal* se mostra um mosaico de estilos correntes na época que são emulados, mesclados e satirizados, à maneira da tradição luciânica; a segunda é que, ao compor esse mosaico, João Francisco Lisboa elabora uma ascendente depuração da matéria tratada, o que assinala uma *passagem do ficcional ao historiográfico*, que, contudo, é procedimento original porque pouco satírico: na verdade, pode-se dizer que é até antiluciânico. A combinação de elementos acordes e desacordes com a tradição inaugurada por Luciano de Samósata é mais uma das originalidades do autor.

Essa passagem do ficcional ao historiográfico se realiza em cinco estágios, os quais correspondem a sucessivas facetas do *alter ego* de Lisboa, Tímon: primeiro ele é um *falso historiador político*, depois um *romancista reticente*, em seguida um sério *tratadista político*, para ao fim, após um estágio meio galhofeiro de *historiador timonense*, chegar à condição (pelo menos condição pretendida) de *historiador científico*. O terceiro e quarto capítulos oferecerão uma leitura dessa fusão de facetas ou gêneros literários do ponto de vista mais amplo do ensaísmo latino-americano e da componente barroca da literatura brasileira.

Este estudo se encerra – isso se lerá ao fim do quarto capítulo e na Conclusão – com uma recapitulação ligeira de seus argumentos principais e uma breve meditação sobre *Jornal de Tímon* como primeiro *dispositivo metaliterário* brasileiro. Com isso, torna-se possível ver nele a matriz virtual de algumas obras posteriores de nossa literatura, cuja filiação a João Lisboa em nada é afetada pela circunstância de seus autores jamais terem lido o *Jornal*: afinal, não ensinou Jorge Luis Borges em “Kafka e seus precursores” que cada grande autor cria potencialmente a sua própria tradição? Assim, quando Euclides da Cunha escreve *Os Sertões*, está a remeter a um não tão prestigiado predecessor, o *Jornal de Tímon*.

O trajeto interpretativo, assim descrito, deixa à mostra algumas filiações teóricas deste trabalho. A primeira e mais óbvia delas é a teoria da recepção. Com efeito, como poderia falar em recuperação da unidade primitiva do *Jornal de Tímon* sem pressupor que esta, consentânea à sua publicação original e ignorada pela maior parte dos leitores posteriores, só revela seu real sentido perante o contexto de sua emergência? A presente investigação em parte se filia, portanto, às pesquisas da Escola de Constança: ao levar em conta que a compreensão do texto literário é um processo – não um dado pronto e acabado – que se estabelece entre autor, obra e leitor, torna-se necessário levar em conta o modo como a obra foi originariamente apreendida (a respeitar, por exemplo, a sua unidade interna e o meio no qual se situa) e o horizonte de expectativas e conhecimentos do comum de seus leitores de então, aos quais pode ter sido mais fácil ou mais difícil o acesso ao sentido estético do texto (Jauss, 2002, p. 69). Como se pode notar, interessa aqui apenas o aspecto metodológico da teoria da recepção – não há necessidade de endossar os seus pressupostos hermenêuticos (ligados à fenomenologia, por exemplo), já que isso levaria esta pesquisa para muito além do seu escopo.

Isso é o que se há de dizer sobre a teorização suposta pelo primeiro capítulo. Já o segundo depende de um enfoque da obra literária não quanto ao seu sentido, mas quanto à maneira como se insere estruturalmente em um determinado meio. A compreensão de que a obra de João Francisco Lisboa reage diretamente a certos usos estabelecidos de linguagem é tributária da chamada análise do discurso, porém não tanto em sua vertente francesa mais difundida, mas precisamente segundo a compreensão que lhe deu Friedrich Kittler em sua obra *Aufschreibesysteme, 1800/1900* (*Discourse Networks, 1800/1900*, na tradução para o inglês utilizada nesta pesquisa).

Por isso, ao longo deste estudo se faz referência a um sistema ou rede discursiva tomada em sua totalidade, com a compreensão de que, no Brasil do século XIX, o novo sistema político imperial parlamentar, a popularização da imprensa, a expansão da rede de ensino por meio de liceus e a nova *Bildung* do intelectual brasileiro romântico compõem um todo único, uma estrutura que, coesa ou não, determina uma totalidade de possibilidades discursivas, “um *a priori* histórico de sentenças escritas”, as quais devem ser levadas em conta junto à escrita em seu aspecto de “canal de informações” dependente de “instituições, seja escolas seja universidades, que conectam livros a pessoas” (Kittler, 1990, p. 370-371, tradução nossa). Conforme já se afirmou, é só frente a esse todo, a esse complexo discursivo, que *Jornal de Tímon* revela sua estranheza e radicalidade; é só frente a ele que se pode compreender o *Jornal* por meio da metáfora de *dispositivo metaliterário*, conforme exposto ao fim do capítulo 4: isto

é, como um texto que se recusa a confinar-se no já textualmente estabelecido, como um texto que põe em crise os outros textos que emula.

A “passagem do ficcional ao historiográfico”, discutida nos capítulos 3 e 4, baseia-se na percepção de que todo texto historiográfico é, em primeiro lugar, texto, isto é, um objeto linguístico formal, o qual lança mão de *topoi*, estratégias argumentativas e, em especial, de estrutura imaginativas dotadas de uma tradição própria. É dando atenção a essa componente literária da obra historiográfica, tão enfatizada por Hayden White em *Meta-história: a imaginação literária do século XIX* (2019), que se indicarão os momentos e modos como João Lisboa reencena, em clave mais científica ou historiográfica, o que antes vinha encenando em clave ficcional e ensaística.

## 1 JOÃO FRANCISCO LISBOA: UM PROBLEMA EDITORIAL

João Francisco Lisboa (1812-1863) tem, na historiografia literária brasileira, posição ambígua. Não deixa de ser citado – o que não quer dizer que seja efetivamente lido. Não deixa mesmo de ser citado como “clássico do jornalismo satírico” e autor das páginas “mais ardentes e profundas que o Iluminismo inspirou a qualquer escritor em língua portuguesa”, no dizer de Alfredo Bosi (2013, p. 164-169), ou como “um dos publicistas mais inteligentes do Brasil, no dizer de Antonio Candido (2006, p. 367). Seu maior elogio coube a Álvaro Lins:

que se compare a prosa do autor do *Jornal de Tímon*, pelo senso estilístico e pela estrutura literária, com a dos seus contemporâneos: com a de Varnhagen, com a de Norberto de Sousa, com a de Sotero dos Reis, com a de Pereira da Silva, com a do Cônego Fernandes Pinheiro, com a dos românticos em geral, sem excluir José de Alencar, de expressão formal tantas vezes insuportável na frouxidão ou vacuidade do seu verbalismo – e algumas vezes de um mau gosto constrangedor como nas páginas de *Como e Porque Sou Romancista* – e ver-se-á, então, que João Francisco Lisboa não parece só um escritor de outra época, mas até de outro País ou de outra Literatura. [...]  
Como prosador, aproxima-se dele, naquele tempo, tão só Manuel Antônio de Almeida, estilisticamente valorizado, porém, em outro plano diferente do seu. Uma opinião de síntese, a respeito da posição de Lisboa, consistiria em dizer-se que ele está para a nossa prosa como Gonçalves Dias para a poesia brasileira (1962, p. 278).

Juízos tão elogiosos não querem dizer que sua obra seja, de Silvio Romero a José Guilherme Merquior, devidamente aquilatada pela historiografia e pela crítica. Confusamente, Lisboa é para uns sobretudo o autor de *Jornal de Tímon*, “um dos maiores monumentos da prosa brasileira” (Merquior, 1996, p. 70), obra que outros preferem chamar – e assim limitar, conforme será analisado – de “Partidos e Eleições no Maranhão”. Há ainda aqueles para quem é Lisboa principalmente “o único historiador nosso em cujas páginas se sentem palpitar algumas das agitações d’alma popular”, isto é, “algumas das pulsações do coração da nacionalidade que se ia e vai formando”, como diz Silvio Romero (1980, v. 5, p. 1574), referindo-se, enfim, ao historiador de “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão”. E não faltarão aqueles para quem o nome de Lisboa representará, primeiramente, o do pioneiro biógrafo moderno de Pe. Antônio Vieira: para Teófilo Braga, o estudo “Vida do Padre Vieira” é “a coroa literária de João Francisco Lisboa” (2012, p. 20).

A disparidade de juízos em torno do autor, que parece só não ser radical no que diz respeito às qualidades de seu estilo – em geral pacificamente sentido como próximo da

linguagem do “grupo dos neoclassicistas”, como o sente Carpeaux (1955, p. 70), e caracterizado como “uma primorosa réplica do neoclassicismo à suntuosidade retórica de Vieira”, como o caracteriza Merquior (1996, p. 71), e por isso insulado em meados de um século de verborragia romântica e adjetivação hiperbólica –, origina-se da própria inadequação com que se tem até hoje considerado o conjunto de sua obra. Mesmo um ensaio que muito colaborou para a lembrança de seu nome em meio à crítica do século XX, de autoria de Álvaro Lins, do qual foi citada acima expressiva passagem e no qual o crítico afirma ainda ser Lisboa, “na ordem cronológica, o primeiro espírito crítico em ação na literatura brasileira” (1962, p. 276), padece de grave equívoco quanto à natureza dos escritos do autor, bem como quanto a seu ordenamento e unidade. Escapam a Lins as consequências do fato de quase todos os “livros” que cita – ele se refere, por exemplo, à “Vida do Padre Vieira” como obra autônoma, separada de “Eleições e Partidos no Maranhão” – não terem sido publicações separadas, mas apenas partes de uma mesma publicação seriada, em doze “fascículos”, chamada *Jornal de Tímon*.

Um dos motivos dessa incompreensão se encontra na própria história editorial da obra de Lisboa. Na passagem de sua publicação original, em fascículos, para a sua reedição e reordenamento nos volumes póstumos das *Obras de João Francisco Lisboa*, perdeu ela sua integridade primeira, tanto mais por ter encontrado maior circulação sobretudo por meio das *Obras*.

Embora seja de crer, conforme Antônio Henriques Leal inclusive afirma em sua biografia do autor (Leal, 2012, p. 101-102), que Lisboa tivesse a intenção de no futuro expandir e melhorar suas investigações sobre a história do Brasil e a atuação do Padre Vieira, publicando-as em títulos especiais, fato é que o *Jornal*, incompleto e vário o quanto se pretenda, guarda uma unidade inegável e sustenta-se de pé pelo que é, não pelo que partes suas posteriormente poderiam ter sido. Seus fascículos, de variada dimensão, foram publicados em São Luís da seguinte forma:

- Fascículo 1: junho de 1852, 99 páginas, a conter “Prospecto”, “Eleições na Antiguidade” (três capítulos) e “[Eleições na] Idade Média e Tempos Modernos” (quatro capítulos + um “Epílogo”);
- Fascículo 2: julho de 1852, 77 páginas, a conter “Partidos e Eleições no Maranhão” (quatro primeiros capítulos);
- Fascículo 3: agosto de 1852, 93 páginas, a conter a continuação de “Partidos e Eleições no Maranhão” (capítulos cinco a nove + “Tímon a seus Leitores”);
- Fascículo 4: setembro de 1852, 51 páginas, a conter “Considerações Gerais”;

- Fascículo 5: outubro de 1852, 102 páginas, a conter “Introdução” e “livros” I a III (acrescidos de uma “Nota A”) de “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão”;
- Fascículos 6 a 10: 1853, num único volume de 416 páginas, a conter os “livros” IV a VII (acrescido de “Notas” B a G) de “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão”;
- Fascículos 11 e 12: 1858, num único volume de 427 páginas publicado em Lisboa, a conter novos “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão” (“Prólogo” + 20 capítulos + seis notas), os quais não são continuação dos apontamentos anteriores.

Quando da organização das póstumas *Obras de João Francisco Lisboa*, seus editores e revisores, Antônio Henriques Leal e Luís Carlos Pereira de Castro, distribuíram os textos originalmente saídos em *Jornal de Tímon* da seguinte forma, conforme eles próprios descrevem em uma nota inicial de “Advertência”:

Para comodidade do leitor dividimos a obra em quatro volumes. Os três primeiros contêm onze dos doze números do bem conhecido e apreciado *Jornal de Tímon*; no quarto e último reunimos à *Vida do padre Antônio Vieira*, obra póstuma de Lisboa, o que sobre este mesmo assunto, e a propósito de índios, havia escrito no décimo número do já citado *Jornal de Tímon*. Incluímos também neste volume a biografia do Sr. Manuel Odorico Mendes, o discurso que como deputado à Assembleia Provincial do Maranhão pronunciou, em 1849, por ocasião de discutir-se a proposta para impetrar-se do Governo imperial a graça de anistia para os revoltosos de Pernambuco, os folhetins que publicou sob os títulos de Festa dos Remédios, Festa dos Mortos, Teatro de São Luís, e alguns outros trabalhos de crítica e política. À frente do primeiro volume vai a biografia de João Francisco Lisboa, composta por um dos dous amigos do autor incumbidos de dirigir a impressão de suas obras, o doutor Antônio Henriques Leal, que, porque escrevia de contemporâneo, e de um que tomou grande parte nas nossas tão renhidas lutas políticas, teve não poucas vezes de reprimir a pena com receio de ofender suscetibilidades (Leal, Castro *apud* Lisboa, 2012, p. 15-16).

A “montagem” póstuma da “Vida do padre Antônio Vieira” recebe explicação mais detalhada na biografia que Leal fez de Lisboa. Quando da morte deste, foram encontrados entre os seus papéis um maço em que se lia: “Estes papéis devem ser queimados, sem serem lidos, quando eu o determinar”. Dona Violante, a viúva, pretendia cumprir o desejo do marido e assim destruir aqueles escritos, mas foi convencida por um amigo da família, Olegário José da Cunha, a não fazê-lo. Este abre o maço, e dá com uma “Vida do padre Antônio Vieira” inteiramente

diversa daquela publicada no fasc. 10 do *Jornal de Tímon*, que sequer apresentava aquele título a distingui-lo do restante dos “Apontamentos”. Tratava-se de texto inacabado. Em uma das anotações de Lisboa, constava: “ler e reler todas as obras do Padre Antônio Vieira antes de dar o juízo final” (Leal, 1987 [1875], p. 352-353).

O manuscrito receberia cuidados do professor e gramático Luís Carlos Pereira de Castro, que, com “muita familiaridade com o estilo de Tímon, e conhecimento não vulgar da língua e de sua construção, [...] salvou-a [a obra póstuma] do nimbo dos borrões, entrelinhas, saltos e frases mal-acabadas” (Leal, 1987 [1875], p. 353). A opção por fundir escritos publicados e escritos inéditos acerca do Padre Vieira é explicada por Leal da seguinte forma (1987 [1875], p. 353, grifo do autor):

Entendemos os colecionadores dos escritos de Lisboa que para mais regularidade e harmonia da edição das suas *Obras* convinha reunir em um só todo, quer a parte da vida do Padre Antônio Vieira, que havia aquele publicado no *Jornal de Tímon*, que constituem três capítulos do livro VIII dos estudos sobre *Índios e Jesuítas*, correspondentes ao décimo número do referido *Jornal*, quer a póstuma, e assim o fizemos, dando no quarto e último tomo a *Vida do Padre Antônio Vieira*.

Essa “Vida” seria impressa dividida em duas partes: “VIDA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA / (Obra Póstuma) / Na Europa” e “VIDA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA / (Jornal de Tímon) / No Brasil”. Assim, o volume 2 das *Obras*, que traz o conteúdo dos fascs. 6 a 10, teve removida de seu fim – do fasc. 10, portanto – a parte referente ao Padre Vieira. O que o leitor da edição de Leal e Pereira de Castro tem em mãos, portanto, não corresponde de maneira alguma ao que Lisboa concebera e publicara como *Jornal de Tímon*. E pior ainda é o efeito que o texto assim estruturado causa ao leitor. “Se por um lado o leitor beneficiou-se de uma visão de conjunto sobre o jesuíta, por outro, houve uma mutilação da obra original, que se vê praticamente sem conclusão em sua 1ª fase”, conforme observa Maria de Lourdes Janotti; como resultado, Lisboa “tornou-se muito mais conhecido como biógrafo do jesuíta do que como historiador da época colonial, como atestam as várias edições da *Vida do Pe. Vieira*, em contraste com as duas únicas dos *Apontamentos* (Janotti, 1977, p. 146).

Esse arranjo do *Jornal* – que, como visto acima, o fazia acompanhar no tomo quarto de textos de diversa natureza, como folhetins e até discurso parlamentar – recebeu materialmente o seguinte tratamento:

- *Obras*, vol. I: 1864, CCIII + 518 páginas, a conter fascículos 1 a 4 de *Jornal de Tímon*, precedidos de biografia do autor escrita por Henriques Leal;
- *Obras*, vol. II: 1865, 517 páginas + 1 folha de errata, a conter fascículos 5 a 9 e parte do 10 do *Jornal*;
- *Obras*, vol. III: 1865, 579 páginas (as três últimas são errata), a conter fascículos 11 e 12 do *Jornal*;
- *Obras*, vol. IV: 1865, 761 páginas, a conter o manuscrito inédito “Vieira na Europa” somado à parte restante do fascículo 10 (“Vieira no Brasil”); a “Biografia de Manuel Odorico Mendes”; os folhetins “A Festa de N. Sra. Dos Remédios”, “A Festa dos Mortos ou A Procissão dos Ossos” e “Teatro São Luís”; o “Discurso acerca da Questão da Anistia”; “A Questão do Prata”; e, em apêndice, as lições 89<sup>a</sup> e 90<sup>a</sup> do *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, de Sotero dos Reis, então inéditas, as quais tratavam da obra de Lisboa.

As *Obras*, assim estabelecidas, tiveram quatro edições.

- A primeira, em 4 volumes, publicada em São Luís pela tipografia de Belarmino de Matos, veio a lume em 1864 (vol. I) e 1865 (vol. II, III e IV).
- A segunda, em 2 volumes de formato grande, foi publicada em Lisboa pela tipografia Matos Moreira & Pinheiro, em 1901; reproduz notícia biográfica escrita por Antônio Henriques Leal e, no volume II, traz uma “Apreciação Crítica” de Teófilo Braga.
- A terceira foi impressa pela Academia Maranhense de Letras em sua coleção Documentos Maranhenses de forma algo inconsistente: o primeiro livro, publicado em 1989, é chamado de tomo 1º; o segundo e o terceiro, saídos em 1990, são chamados de 1º e 2º volumes do tomo 2º; e o quarto, publicado em 1991, já é chamado de volume 4. Não traz a notícia biográfica de Leal.
- Por fim, a quarta edição (2012), também parte da coleção Documentos Maranhenses, foi organizada por Jomar Moraes, que lhe manteve as feições originais do texto, em quatro volumes, apenas lhe acrescentando a introdução que escrevera para o volume 4 da edição anterior, bem como alguns outros textos auxiliares, como o já citado de Teófilo Braga, bem como outros, curtos, nas orelhas dos volumes.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> As citações feitas neste trabalho tomam por base esta quarta edição.

Em razão da perpetuação do arranjo que os editores das *Obras* deram ao *Jornal*, João Francisco Lisboa passou a ser gradativamente tomado como autor de livros que, a rigor, nunca publicou enquanto tais, o que prejudicou a unidade dos 12 fascículos originais de *Jornal de Tímon*.

Essa incompreensão foi quase imediata à reunião de seus escritos nas *Obras*: Silvio Romero, por exemplo, chega a se queixar de que o enfeixe da obra de Lisboa em “quatro grossos volumes” tenha prejudicado sua “popularização”, e propõe, assim, uma nova mutilação do *Jornal*, desta vez em cinco volumes, com a criação de um novo livro intitulado “O Brasil Colonial” (Romero, 1980, v. 5, p. 1574). De sua parte, Joaquim Serra, jornalista e escritor um pouco mais moço que Lisboa, que se estabelecerá no Rio de Janeiro como destacado publicista, muito amigo de Machado de Assis, escreveria que o *Jornal de Tímon* “não pode ser considerado uma publicação de caráter exclusivamente literário nos seus primeiros números, quando aparecia em fascículos, em forma de revista periódica”. Nessa sua primeira “série” – perceba-se como Serra já desmembra uma parte da obra –, “é tanto uma folha literária como política”. “Na segunda série”, prossegue ele, “quando acentuou-se inteiramente a fisionomia literária da obra, deixa ela de ser uma revista para aparecer com livros destacados e fora inteiramente do quadro jornalístico que examinamos” (Serra, 2001, p. 61). Como se vê, Joaquim Serra toma os cinco primeiros fascículos como produção ainda próxima do jornalismo usual à época. O que é um juízo muito estranho: como dizer isso de fascículos que reúnem pastiche de história universal das eleições e retrato satírico de época em tom de denúncia moralista (fasc. 1 a 4)? Com muita boa vontade se poderia aceitar esse juízo se aplicado ao fascículos-livros 5-10 e 11-12.

Francisco Sotero dos Reis, autor de uma das obras inaugurais da historiografia literária brasileira, a princípio professor e logo depois inimigo político de Lisboa, mais tarde reconciliado com ele, fornece informação curiosa. No capítulo dedicado a João Lisboa em seu *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (5 volumes, 1866-1873), lembra: “Foi justamente quando exercia a profissão de advogado que compôs por mero desenfado esses inimitáveis retratos físicos e morais, ou caricaturas políticas da época, e empreendeu a sua obra de vulto” – atenção agora –, “o *Jornal de Tímon*, em três volumes grossos, parte da qual foi composta e impressa na província, e parte em país estrangeiro” (Reis, 2014 [1873], p. 318, grifo nosso). A exposição subsequente de Sotero dos Reis deixa bem claro o que ele considera o primeiro dos “grossos volumes”: na Lição XCIII do seu *Curso*, afirma que o “primeiro volume” é

um grande e profundo estudo das instituições, usos e costumes, dos povos antigos e modernos, porque compreende nada menos que a história resumida dos diversos sistemas de eleições em seu modo prático desde os tempos da civilização grega e romana até nossos dias. É um livro precioso para quem deseja instruir-se nesta parte curiosíssima da história política, antiga e moderna [...]

Se a isto juntarmos o juízo seguro e ilustrado do crítico, do filósofo, do jurisconsulto, do publicista, do historiador, *porque todos estes caracteres assume o autor no seu trabalho*, [...] convencer-nos-emos [...] de que há muito que aprender [...] tanto neste como nos outros dois volumes do *Jornal de Tímon*, *que compreendem estudos históricos de outro gênero, mas não menos importantes*” (Reis, 2014 [1873], p. 320, grifo nosso).

Sotero dos Reis toma os fascs. 1 a 4, lançados avulsos e com periodicidade mais ou menos mensal, como o primeiro dos “grossos volumes” porque assim se encontravam nas *Obras* editadas por Henriques Leal. O caso é ainda mais curioso porque Sotero certamente lera o *Jornal* em seus fascículos originais, tão conhecidos em São Luís uma década antes. Seja como for, o fato é que o historiador via três núcleos no *Jornal*, o primeiro deles bem apartado dos dois últimos. Aqui, inverte-se em parte a impressão de Joaquim Serra: se este via os primeiros fascículos do *Jornal* como ainda muito próximos do jornalismo, Sotero dos Reis já os tomava mais pelo que de fato – conforme se argumentará ao longo deste trabalho – eles são, isto é, obra mais afim à literatura e não ao jornalismo. De resto, o que Serra estranhamente veria como a parte mais “literária” do *Jornal* – os tomos que reúnem os fascs. 6-10 e os fascs. 11-12 – surgirá para Sotero, mais acertadamente, como “estudos históricos de outro gênero”.

Embora proteste contra a “subalternidade imerecida” em que se encontrava João Lisboa, Nelson Werneck Sodré afirma em sua *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos* que “o *Jornal de Tímon*, *sem unidade de assunto e sem ordenação cronológica* embora, representa um dos maiores monumentos de erudição histórica, sempre temperada de crítica e de participação” (1964, p. 227, grifo nosso). Parece uma constante no caso de Lisboa: o elogio de sua pessoa e de sua obra corre parêlho à incompreensão do projeto do *Jornal de Tímon*.

Essas percepções do *Jornal*, variadas o quanto fossem, coincidem, contudo, na visão dele como obra descontínua, partida, e não como obra que se deve interpretar em seu arranjo total, unitário. Assim, perpetuou-se uma compreensão manca de João Lisboa, cada vez mais reforçada, aliás, pelas edições avulsas de partes de sua obra. Octávio Tarquínio de Sousa, que vê em Lisboa principalmente o historiador, edita-lhe umas *Obras Escolhidas* (Lisboa, 1946), desse modo rompendo a unidade até do cânon estabelecido por Henriques Leal. Passa “Vida do Padre Vieira” a ser um volume autônomo da Coleção Clássicos Jackson, de grande

circulação no mercado editorial brasileiro nas décadas de 1940 e 1950, e com esse mesmo formato é reeditada em 2007 pela Academia Maranhense de Letras (Lisboa, 2007). “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão” ganha autonomia sob o título de *Crônica do Brasil Colônia* (Lisboa, 1976). Uma recolta de folhetins, discursos e passagens do *Jornal* sai do prelo como *Crônica política do Império* (Lisboa, 1984). E *Jornal de Tímon*, com esse título, ganha edições diversas nas quais ou se inclui apenas a parte referente a “Partidos e Eleições no Maranhão”, como no volume organizado por José Murilo de Carvalho (Lisboa, 1995); ou, indo um pouco além, se inclui também a parte imediatamente anterior, com “Prospecto”, “Eleições na Antiguidade” e “Eleições na Idade Média e Tempos Modernos”, como no volume lançado pela Livraria do Senado Federal (Lisboa, 2004). Ou, de modo a irmanar-se com outra “obra” de Lisboa, é publicado num volume intitulado *Jornal de Tímon e vida do padre Antônio Vieira*, organizado por Afrânio Coutinho (Lisboa, 1968).

### 1.1 De problema editorial a problema historiográfico e crítico

Sem negar que haja relativa autonomia em cada um desses textos-eixos da obra de João Francisco Lisboa, o que escapou ao conjunto da crítica foi a natureza completamente nova da atividade literária a que o escritor se atirou. Tendo já antes se dedicado longamente à imprensa em veículos como *Eco do Norte* e *Crônica Maranhense*, era, no entanto, a primeira vez que se dedicava a um projeto de maior envergadura, tanto no volume quanto no lapso de tempo de sua produção, de 1852 a 1858. Foi, até onde se pode averiguar, a primeira publicação seriada dessa natureza na história editorial brasileira, de fato “obra sem precedentes na nossa língua” (Veríssimo, 1998, p. 275): um jornal-livro escrito por um único redator, que ali apresenta-se com um *alter ego*, “Tímon”, e que não trata da política imediata nem apenas de questões culturais várias, mas se compenetra de sistematicamente tratar e alargar um mesmo núcleo de questões – a história do Maranhão, a história do Brasil, o método historiográfico, a crítica à intelectualidade ambiente, a compreensão do que é a vida brasileira e a ficcionalização dessas matérias como meio principal de crítica aos discursos então mais difundidos.

José Veríssimo percebeu algo da unidade pelo menos editorial do *Jornal de Tímon*, sem atinar, contudo, com sua unidade literária e estilística: “este veio a se dividir em três partes, a primeira sobre as eleições nos tempos anteriores ao nosso, a segunda sobre partidos e eleições no Maranhão, e a terceira e última relativa à história desta província e por extensão à do Brasil”

(Veríssimo, 1998, p. 275). Logo em seguida, contudo, trata como coisas inteiramente separadas as partes sobre eleições ao longo da história, eleições no Maranhão e história colonial, com o que abandona a trilha crítica promissora que abrira ao falar da simbiose de história e romance no escritor. Tanto mais que ele fizera uma observação seminal: “Havia [...] em João Lisboa um romancista”. No *Jornal*, ao tratar das eleições, “há cenas, diálogos, invenções, descrições, criações de tipos, figuras e situações fartamente reveladores de que não carecia João Lisboa, antes as tinha em grau relevante, das qualidades de imaginação, sem falar nas de expressão, de um bom romancista” (1998, p. 277).

Ronald de Carvalho, mais atento do que Sílvia Romero à singularidade da obra e mais afim à percepção de José Veríssimo, tomou o *Jornal* como uma unidade, ou pelo menos, por um momento, assim deu a entender, ao escrever em sua *Pequena História da Literatura Brasileira* (1922, p. 284):

Lisboa não fez do seu *Jornal* um panfleto, como a *Lanterna* de Rochefort, mas um livro de notas profundas e vivas lastreado de eruditas ponderações, no gênero, guardadas as proporções, dos *Ensaaios* de Montaigne, e onde há verdadeiras teses ricas de conceitos e informações, como “As Eleições e Partidos no Maranhão”, e os “Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à História do Maranhão”.

Assim escreve, para logo em seguida, sem dúvida influenciado pela estrutura editorial que Antônio Henriques Leal deu ao *Jornal*, afirmar que “João Francisco Lisboa [...] também escreveu, com o douto cuidado de sempre, a *Vida do Padre Antônio Vieira*” (Carvalho, 1922, p. 284).

Luiz Costa Lima figura como exceção na recepção da obra de João Francisco Lisboa, pois apreciou, com algum nível maior de penetração, a importância da componente ficcional em sua obra. No entanto, se com razão vê na obra de Lisboa uma “passagem do plano historiográfico ao ficcional” (Lima, 1999, p. 288), o faz às custas de uma leitura transversal das partes do *Jornal de Tímon*. Em vez de seguir a ordem de publicação dos escritos – mesmo a que consta das *Obras* –, Costa Lima procede de trás para frente: começa pela “Vida do Padre Vieira”, na qual vê sobretudo o embate entre biógrafo e biografado, que se revela um confronto entre uma crítica fundada em princípios e uma ação fundada em acomodação de princípios à realidade política existente; passa ao que chama de “História do Maranhão”, a destacar principalmente a componente ficcional dos retratos históricos dos personagens Jerônimo de Albuquerque (reconquistador do Maranhão aos franceses, em 1615) e Manuel Beckman (líder de insurreição, em 1684, contra os jesuítas e as condições de comércio impostas pela coroa

portuguesa); para afinal chegar ao que chama de “História das Eleições”, da qual se centra no “romance de Anastácio Pedro”, como especial exemplo da mobilização de recursos ficcionais, a retratar um personagem que historicamente nunca existiu, mas que era historicamente típico dos políticos que ocupavam a presidência da província do Maranhão. Da história com propósitos menos moralistas que pedagógicos, segundo Costa Lima, João Francisco Lisboa chega a um “verdadeiro romance histórico”, ao retratar os vícios políticos nacionais em escala diminuta, provincial (Lima, 1999, p. 303).

No entanto, uma leitura integral de *Jornal de Tímon*, que respeite sua integridade e ordem de publicação original, permite conclusões mais complexas e inquietantes: o que Lisboa faz é uma verdadeira crítica dos tipos de discurso socialmente difundidos e dominantes no Brasil de meados do século XIX, alterando o sistema discursivo do Brasil oitocentista.

A deliberada irresponsabilidade de João Lisboa para com os modos eminentes de escrever do seu tempo é reforçada por uma consciente condição de marginalidade frente aos centros de produção dos estilos apreciados. O quase mítico misantropo da antiguidade que tomou para seu *alter ego*, Tímon, esse “grego nascido e criado nas históricas margens do soberbo Itapecuru” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 133), não fala desde o Rio de Janeiro, capital do Império, nem tampouco de Paris ou da Grécia antiga. Ele “enche a sua obscura carreira em um obscuro e pequeno canto do mundo”, e é desde aí que, “antes amigo contristado e abatido, do que inimigo cheio de fel e desabrimento, empreende pintar os costumes do seu tempo” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 130). O programa de *Jornal de Tímon* é assim enunciado:

O estudo e exame da nossa vida política, ou antes, da vida dos nossos partidos pretendidos políticos, e o da sua influência sobre os costumes e a moral pública e privada já é de si um assunto tão vasto como elevado, e para o qual se requeria uma capacidade e experiência, e sobretudo, um ócio e folga que o pobre Tímon não tem à sua disposição; mas sem lisonjear-se de que há de desempenhar, não diz já cabalmente, mas ao menos de um modo tolerável, esta grande tarefa, ousa todavia arriscar a promessa de fazer algumas considerações acerca das diversas raças em que se divide a nossa população, sobre a sua condição, índole, costumes, sobre o seu passado, e o seu porvir enfim. Será talvez oportuno explorar então alguns pontos da história antiga e moderna deste povo [...]. Certas variedades, acomodadas ao espírito geral da publicação, e algumas curiosas notícias estatísticas, colhidas de documentos esparsos onde, sobre as dificuldades de se acharem, pouco desafiam a atenção, completarão o trabalho, e encherão os derradeiros números do *Jornal de Tímon* (Lisboa, 2012, v. 1, p. 133).

Aí está destacada, com clareza absoluta, a unidade do *Jornal*: o retrato e crítica de costumes haveria de naturalmente se ampliar sob a forma de investigação no passado das

origens de certo estado de coisas. A compreensão dos “Partidos e Eleições” iria requerer os “Apontamentos, Notícias e Observações”. É tudo parte de um mesmo esforço interpretativo da realidade brasileira e maranhense.

Munido de uns poucos autores apenas, Lisboa faz um pastiche de história das eleições da antiguidade até o mundo moderno. Seu objetivo não é nem poderia ser fazer história séria desse assunto: ele não tem acesso às “bibliotecas de Paris” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 142), e em tudo quer ver apenas o aspecto risível e que pudesse de algum modo remeter à sua situação no Brasil, no Maranhão: como quando, ao descrever festividades promovidas por Crasso em Roma, com o intuito de angariar a simpatia do povo, afirma Tímon que “quase me envergonho de mais para o diante falar das nossas iluminações e transparentes com engoiadas pinturas de caboclos, e no magro arroz-de-pato”, que bastam para causar a “excitação do fervoroso patriotismo dos modernos quirites” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 174).

Toda a sua produção é orientada por uma intuição de que vive “época de transição” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 134), “época em que os princípios de desorganização se têm infiltrado por todos os poros do corpo social” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 256). Entre um mundo que morre e outro que nasce – e entre referências várias ao mundo do absolutismo que se esvai, por um lado, e o mundo pós-Revolução Francesa que se instaura, inclusive com menção cômica e deliberadamente anacrônica a um “rei socialista, e mesmo algum tanto comunista” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 153), que é não um político moderno, mas sim Ágis, rei de Esparta –, Lisboa, a escrever no período de solidificação do Segundo Reinado, em tudo busca o meio, o inexato, o trânsito entre lá e cá. Seu próprio estilo de proceder o exemplifica: passa do pastiche de ensaio histórico à invectiva moralista contra seus conterrâneos (fasc. 1 do *Jornal de Tímon*), e daí ao estudo sociológico da composição social de seu meio e ficcionalização dos tipos principais de personagens da cena política contemporânea (fasc. 2 e 3), para então ascender à meditação teórica que busca identificar “leis” na história, e mesmo teorizar sobre o que seja “revolução” ou “crime político” (fasc. 4).

A propósito, é generalizada a falta de sensibilidade para o fato de que Lisboa realiza um pastiche no fasc. 1. Tomando a sério o que ele escreve sobre história das eleições, Francisco Otaviano chega a dizer:

O seu livro, apesar de alguns traços epigramáticos, é no gênero histórico de um merecimento tão transcendente, que um de nossos colegas de mais espírito, conversando há dias em um grupo de jornalistas na Câmara disse – ‘que ainda duvidava que aquele livro fosse em semelhante gênero uma publicação brasileira’” (Otaviano *apud* Niskier, 2012, p. 42).

Sotero dos Reis, de sua parte, chama ao primeiro fascículo do *Jornal de Tímon* de “grande e profundo estudo das instituições, usos e costumes, dos povos antigos e modernos, porque compreende nada menos que a história resumida dos diversos sistemas de eleições em seu modo prático desde os tempos da civilização grega e romana até nossos dias” (Reis, 2014, p. 320). E Maria de Lourdes M. Janotti, em estudo já bem mais recente de Lisboa como historiador, não percebe, por exemplo, que as duas páginas que o autor dedica às eleições na Turquia não são de modo algum estudo sério, e assim se refere a “preconceitos e estereótipos sobre os turcos” que o autor nutriria (Janotti, 1977, p. 61). Na verdade, são páginas de gozação travestidas de séria meditação, bem à maneira do Capítulo CXIII (“A Solda”) de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Mas a mesma Janotti teria a inteligência de fazer este comentário:

Muito se tem afirmado com respeito à erudição de Lisboa e aos seus conhecimentos sobre a Antiguidade clássica; pelo teor de sua narrativa, não podemos, porém, constatar senão informações superficiais destes conhecimentos. Demonstra desconhecer, ou pelo menos, não revela nos resultados de seus escritos, os historiadores do século XIX, que já submetiam Plutarco, Tácito e Tito Lívio às luzes da crítica (Janotti, 1977, p. 64-65).

Janotti não percebe, contudo, que Lisboa não tem aqui a mesma ambição que terá ao tratar da história do Maranhão: não quer submeter fonte alguma à crítica; quer apenas servir-se delas para pintar o retrato moral da humanidade que bem lhe parecer mais adequado, ou mais divertido. É estranho, de qualquer forma, que depois a autora escreva, em aparente contradição, que João Lisboa “tratou a Antiguidade com o respeito e o brilhantismo dos clássicos” (Janotti, 1977, p. 76).

Tímon, a cumprir o que prometera no “Prospecto” de seu *Jornal* (fasc. 1) – ao dizer, como se viu, que investigaria o passado do Maranhão –, passa sem transição no fasc. 5 a fazer seus “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão”. Quem fala aqui ainda é o mesmo personagem, o *alter ego* do autor que tanto faz crítica de fontes históricas quanto, sempre que surge a oportunidade do dito picante e da reflexão irônica, assoma desde dentro do relato histórico, e então surgem construções como “Houve já tempo em que Tímon [...]” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 193).

Da mesma forma que anteriormente Lisboa escolhera um filtro específico (o sistema eleitoral) para fazer sua sátira costumbrista, agora elenca um tema específico – a ação dos jesuítas no Brasil, em especial para com os indígenas – para servir de guia às suas investigações e meditações. Ele preza a “verdadeira crítica”, aquela feita com “filosofia da história” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 18), e, conforme mais tarde explicitaria no “Prólogo” do fasc. 11, seu método é monográfico: para justificá-lo, cita Gustave Planche acerca da importância de “concentrar os esforços em um espaço limitado, antes de recontar a vida de toda uma nação ou povo inteiro” (Planche *apud* Lisboa, 2012, v. 3, p. 34). Assim, Lisboa isola certos núcleos de

sua narrativa, para então ampliá-los e se deter mais pormenorizadamente neles. É o caso dos jesuítas de maior vulto em sua história, Anchieta e Nóbrega, mas principalmente o caso de Antônio Vieira, a cuja biografia dedica quase todo o fasc. 10.

Há alguns eixos de estruturação da narrativa. Um deles é o embate entre Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno em sua jornada de expulsão dos franceses da ilha de São Luís do Maranhão. É a oposição entre o homem aclimatado às guerrilhas de selva, o Jerônimo confiante e cordial, empenhando em conseguir uma sempre adiada confiança e apoio dos índios, e o soldado europeu de guerra de Flandres, apoiado em estratégias e não em esperanças, disciplinado e organizado a confiar na razão e nas armas. É um princípio tensional, de estruturação romanesca.

Já os fascs. 11 e 12 representam, de certa forma, uma reorientação dos procedimentos até então adotados. João Lisboa retoma, após narrar a vida do Padre Vieira, a matéria dos fascs. 5 a 10, mas agora investe mais detidamente na descrição da vida colonial como um todo. Toma então por fulcro dramático a sublevação comandada por Beckman: dos capítulos 1 a 4, faz uma história geral do Maranhão e do Brasil no período colonial, para a partir do capítulo 5 se deter em aspectos cruciais da vida no Brasil, como sua constituição humana, a legislação colonial relativa a comércio e escravidão e problemas políticos como o da centralização excessiva do poder, para só afinal passar, do capítulo 15 até o fim (capítulo 19), a narrar com dramaticidade a vida e atuação de Beckman. A obra narrativa se encerra, com uma “Nota E”, retomando a meditação inicial sobre a vida política brasileira tal como simbolizada pelas eleições. Queixa-se aí o autor do modo como a história se repete, com os presidentes de província do período imperial a reproduzir os mesmos desmandos dos capitães-generais do período colonial, de maneira que é “sempre o mesmo teatro com guarda-roupa e cenário novo, e com repertório retocado e acomodado ao gosto dos tempos” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 426). A voz é de Tímon, mas ele já não comparece. Tornou-se historiador, e tem só um lapso de revolta do antigo pedagogo e moralista que fora nos primeiros fascículos.

Como se vê, o percurso que Lisboa faz é, na verdade, precisamente o contrário daquele descrito por Luiz Costa Lima. Ele não parte do histórico e o vai progressivamente enodoando de ficção, até que se habite plenamente a fronteira dos discursos socialmente difundidos no Brasil de então. Ao contrário, parte do amálgama, da própria confusão e indefinição de gêneros e discursos, e progressivamente os depura até que, nos últimos dois fascículos do *Jornal*, uma modalidade nova, o discurso histórico com pretensões de rigor assemelhado ao da ciência, toma vulto e ocupa todo o espaço. Os discursos, portanto, se depuram com a meta de encaminhar-se para um modo de fazer história que já não se identifica

com o das crônicas jesuíticas nem com o das monografias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Não é tanto a história que dá à luz a ficção na obra de Lisboa. Ao contrário, *Jornal de Tímon* é, de forma única no sistema discursivo brasileiro, a ficção em busca da história.

## 1.2 Na fronteira dos gêneros

Em síntese, o *Jornal* se situa na fronteira dos gêneros literários para, com maior folga, emular e criticar determinadas modalidades de discurso. A viga mestra da armação do *Jornal* enquanto arma crítica está na ficção.

O que não é coisa a se estranhar. Afinal, a própria ficção goza por natureza de uma condição fronteiriça em meio aos gêneros literários, e é especialmente favorita na tradição luciânica. Ao estudar *Como se Deve Escrever a História*, de Luciano de Samósata (séc. II), Jacyntho Lins Brandão identifica na mescla ou indefinição de gêneros uma das características centrais da chamada “tradição luciânica” que se desenvolveria posteriormente, a englobar autores tão diversos quanto Swift, Rabelais e Machado de Assis, porém convergentes na arte da crítica dos discursos estabelecidos exercida através de sua emulação e relativização:

[Na preceptística de Luciano] uma característica parece especialmente relevante: a indefinição ou pouca definição de fronteiras. De um lado, defeitos de composição, que tornam a obra vulnerável enquanto conjunto, pela desproporção entre as partes, pela mescla de registros linguísticos e, sobretudo, de gêneros; de outro, defeitos de conteúdo, relativos à veiculação de informações incorretas. [...] [Em certas partes da obra] constata-se uma intromissão de características da literatura poética, filosófica, dramática e mântica na historiografia (Brandão, 2001, p. 38).

Com um retoque aqui e outro ali, seria possível dizer o mesmo de João Francisco Lisboa.

Ora, vendo nele “uma espécie de São João Batista” da Escola de Recife, Álvaro Lins acredita-o “o precursor, o anunciador, o primeiro a revelar um autêntico espírito crítico numa geração em que outros praticavam uma falsa crítica com ânimo de burocratas e escrita de colegiais” (Lins, 1962, p. 276). E esse “espírito crítico”, discerne Lins, exerce seu ofício como “crítico de costumes políticos”, “moralista” e “historiador” (com a praxe errônea, já aqui

descrita, de separar o *Jornal* dos “Apontamentos” e da primeira parte da biografia de Vieira) (Lins, 1967, p. 278-9), porém a fazer todas essas facetas convergir para a ficção.

Recordem-se as palavras de Sotero dos Reis reproduzidas mais acima: nos fascículos iniciais do *Jornal*, encontra-se “o juízo seguro e ilustrado do crítico, do filósofo, do jurista, do publicista, do historiador, *porque todos estes caracteres assume o autor no seu trabalho*”. É uma intuição correta, da qual o crítico não tirou todas as consequências possíveis, mas que serve de indicação da possibilidade de rastrear-se várias modalidades de discurso no *Jornal*, cuja sucessão não é falta de confrontos, de ironia e significado transcendente. Transcendente, entenda-se, em relação aos limites de cada modalidade discursiva apreciada em particular. É justamente esse o sentido da sátira à maneira de Luciano e tal como praticada por Lisboa, conforme as possibilidades e referências do seu meio e sua época.<sup>2</sup>

João Alexandre Barbosa considera que a obra de João Lisboa seja “histórica, embora a classificação possa ser passível de controvérsias de tal modo ela está estruturada”, e que é “plurifacetada”, pois, “sob um único título, *Jornal de Tímon* por exemplo, encontramos terrenos tão diversos quanto os estudos sobre eleições e partidos no Maranhão e os apontamentos para a História do Maranhão”. Sua atividade teria compreendido “o jornalismo político e polêmico, o folhetim, a biografia e a pesquisa histórica” (Barbosa, 1967, P. 9).

Desde já, contudo, vale dizer que é possível identificar seis gêneros de discurso (não confundir com gêneros literários *stricto sensu*) que Lisboa pratica e satiriza:

- 1) o *discurso publicista*, próprio da imprensa, do qual faz repetidos pastiches, por exemplo opondo os jornais adversários e imaginários “A Trombeta” e “O Postilhão” (LISBOA, vol. 1, p. 275-279) e seus “espirituosos jornalistas” (Lisboa, v. 1, p. 175);
- 2) o *discurso parlamentar*, próprio do púlpito de assembleias provinciais, como quando emula o que chama “estilo grandiloquo-festival” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 363);
- 3) o *discurso sermonístico*, próprio do púlpito das igrejas; por isso sucessivas vezes resume criticamente, lançando mão de vários giros retóricos, os sermões e discursos políticos do Padre Vieira, como no caso de suas ambíguas defesas da liberdade dos índios (Lisboa, 2012, v. 4, p. 356-362);

---

<sup>2</sup> Cf. o subcapítulo 4.2, “De João Lisboa a Luciano de Samósata: o sentido da sátira”.

- 4) o *discurso histórico*, próprio das crônicas históricas de modelo jesuítico ou das monografias do IHGB, por exemplo ao criticar a justificção que Varnhagen dá para a escravidão dos índios (Lisboa, 2012, v. 3, p. 382-421);
- 5) o *discurso romântico*, próprio de intelectuais da capital do Império, razão pela qual repetidas vezes repreende Gonçalves Dias por idealizações indevidas do indígena; e
- 6) o discurso neoclassicista,<sup>3</sup> próprio das Academias e do intelectual isolado na província, o qual faz representar especialmente por Berredo, autor dos *Anais Históricos do Estado do Maranhão* (1749) e antimodelo de escritor.

João Francisco Lisboa se insurge, portanto, contra o sistema discursivo romântico, tanto em sua vertente historiográfica quanto literária em sentido estrito, como também contra o sistema discursivo pré-romântico ou neoclássico, dominado pelas crônicas históricas, pelos sermões religiosos e por toda uma sublitteratura que se poderia denominar de áulica – aquela que se identifica com a das Academias, como a dos Esquecidos e a dos Renascidos. Com efeito, os ataques que move contra crônicas como a de Berredo bem poderiam ter sido direcionados, pontualmente, contra obras como *História da América Portuguesa* (1730), de Rocha Pita.

O efeito é intensificado pelo procedimento do autor de falar através do personagem Tímon. Nisso está algo que João Alexandre Barbosa considera “essencial para uma compreensão da obra de Lisboa: o disfarce da personalidade”. Fez então um sugestivo paralelo: “Assim como já se disse de Descartes ter sido um ‘philosophe au masque’, poderíamos dizer de Lisboa ter sido *um moralista encoberto*” (Barbosa, 1967, p. 11, grifo do autor). O uso de mascaramento e de alegorias atenderia até a uma necessidade prática, a fim de que o autor não se sentisse desconfortável em dizer o que considerava necessário dizer:

Fazer-se meditado e cético diante de uma alegria vazia, e interessada, sobretudo, no distanciamento de uma verdadeira euforia, era uma posição assumida pelo escritor, transfigurando-se em personagem histórico, na medida em que este poderia ser responsabilizado pela casmurrice e pelo ceticismo do misantropo ‘inflexivelmente severo’.

[...] a *alegoria* seria capaz de manter a temperatura ou clima de indiferenciação (Barbosa, 1967, p. 15, grifo do autor).

---

<sup>3</sup> Os qualificativos “barroco”, “neoclássico” e “romântico”, empregados com algum senso estratégico ao longo desta tese, não se prendem a sentidos demasiado rígidos e escolares; visam apenas indicar algo acerca do perfil intelectual e dos traços de época identificáveis com alguma precisão neste ou naquele autor. É só com essa compreensão bastante precisa e limitada que se devem ler as contraposições, mais adiante, entre estilos neoclássico e romântico, ou o comentário, já ao fim do trabalho, acerca da circunstância história do barroco latino-americano e a maneira bastante peculiar como nele João Francisco Lisboa se insere. As compreensões estéticas dos termos mencionados depende dos trabalhos de Alcir Pécora (2001), Affonso Ávila (2020) e Haroldo de Campos (2013).

A “alegoria” se prestava melhor aos propósitos de João Lisboa, cujo modelo panfletário fora dado – ainda que muito problemáticamente – por um publicista francês.<sup>4</sup> É penetrante o comentário que Teófilo Braga faz a respeito na introdução da segunda edição das *Obras* de Lisboa:

Em 1852 publicou o primeiro número do *Jornal de Tímon*, em um folheto de cem páginas. Já não era a folha avulsa, que *aparece* reproduzindo ou explicando o fato do dia, que se rasga, e passa, tal como o poeta Arnaud nos descreve o destino da folha solta. Era o *panfleto*; aqui o galicismo é intencional. O célebre escritor francês Cormenin, nos folhetos e opúsculos com que combateu os desvarios do Império, da Restauração, e ainda da segunda República, empregava sempre o pseudônimo *Timon*; com esse nome, porventura tomado do *Timon*, o Silógrafo, e não de *Tímon*, o Misanthropo, assinou Cormenin os seus folhetos Uma palavra sobre a lista civil; Sim e não; Fogo, fogo; Ordem do dia sobre a corrupção eleitoral; A soberania do povo, etc. Com esses folhetos de *Timon*, Cormenin chegou a apelar ministérios e a atuar na transformação das instituições administrativas. Com o nome de *Timon* foi admirado na Europa o vigoroso foliculário do reinado de Luís Felipe; ele tinha descoberto uma arma de combate mais segura do que o jornal, não de efeito tão rápido, mas mais profundo. Foi sobre este tipo que João Francisco Lisboa moldou o seu *Jornal de Tímon* (Braga *apud* Lisboa, 2012, v. 3, p. 15-16).<sup>5</sup>

O panfletário alegorista João Lisboa se ficcionaliza como Tímon na mesma medida em que emula e critica diferentes gêneros de discurso. É uma originalíssima – sobretudo no Brasil dos anos 1850 – mescla de emulação estilística, crítica cultural e ficção histórica.

---

<sup>4</sup> Cf. subcapítulo 4.1, “Fontes para um *alter ego*”.

<sup>5</sup> Perceba-se a diferença de acentuação em *Timon*, o Silógrafo, e *Tímon*, o Misanthropo. Este trabalho segue a lição da edição das *Obras* por Jomar Moraes: em grafia atual, o correto será Tímon, a fim de evitar qualquer ambiguidade de pronúncia.

## 2 O JORNAL E A PROVÍNCIA

Talvez pareça pouco recomendável notar, de saída, que João Francisco Lisboa não foi grande exceção em sua época. Este maranhense foi amador na política, no Direito, na historiografia e na ficção; profissional talvez só tenha sido no jornalismo, e mesmo nisso se pode assinalar nele muitas das limitações do intelectual de província da sua época. Compreender como pôde realizar obra excepcional como *Jornal de Tímon* – evidente: chegará ainda o momento de mostrar em pormenor em que consiste essa excepcionalidade – exige necessariamente passar pelo vasto campo dos lugares-comuns, dos padrões sociais, das personagens típicas e das práticas usuais que definem o cenário do Brasil do imediato pós-Independência e sua rede de discursos, contra a qual se voltará a metaliteratura de Tímon. Só sob camadas e camadas de praxe é que João Lisboa se revela digno de atenção. No caso de João Lisboa, diz João Alexandre Barbosa, “somente um esforço crítico que procure fundir as dimensões de execução literária e o rastreamento das implicações sócio-históricas estará fadado a, pelo menos, fazer aflorar [...] [a] complexidade [de sua obra]” (Barbosa, 1967, p. 9).

### 2.1 Efeitos da Independência e da imprensa

A geração de escritores da Independência brasileira era de bacharéis em Direito. Os que naquela quadra eram meninos, isto é, os que seriam adultos de vida feita por volta das décadas de 1840 e 1850, sação do romantismo gonçalvino, tinham na pena o ofício das petições, cedo abandonado pelo ofício dos discursos parlamentares, e o ofício do jornalismo. Seria até o caso de dizer que a convergência de ambas as vocações, a forma simbiótica *jornalismo político*, seria prática quase única do intelectual de província.

Numa palavra, os escritores brasileiros das primeiras décadas do século XIX necessitavam ser oradores. Principiava naquela quadra a ser verdade o diagnóstico que Silvio Romero faria décadas depois:

No Brasil, mais ainda do que noutros países, a *literatura* conduz ao *jornalismo* e este à *política* que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam *oradores*. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o *literato* é *jornalista*, é *orador*, e é *político* (Romero, 1954, v. 3, p. 865).

É preciso compreender o quadro político e social que deu vida a esse personagem de quatro faces. As condições para o surgimento do jornalismo no Brasil se ligam diretamente às condições da Independência. Há algo de cômico na constatação quase queixosa de Alexandre Eulalio de não poder recuar seu ensaio de história do gênero ensaístico no Brasil para além de 1808 – data do traslado da corte portuguesa para o Brasil, depois elevado à categoria de Reino Unido –, pois só então se autorizou o funcionamento de prensas nesta parte da América; e, mesmo assim, Eulalio atribui a “paternidade do nosso ensaísmo” a *O Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa, escrito e impresso na Inglaterra... (Eulalio, 1992, p. 19). Mas apontar o aparecimento tardio da prensa não basta para explicar o retardo da imprensa no Brasil. Circunstâncias históricas mais amplas concorreram para que a imprensa em geral não fosse uma necessidade inescapável da colônia.

Nelson Werneck Sodré vê na imprensa um fenômeno típico do desenvolvimento da sociedade capitalista. Como o Brasil retardasse demais o incremento de seu mercado, como fosse deixado pela metrópole em situação de subserviência colonial, não lhe foi possível desenvolver os traços de mercado necessários para a vigência da imprensa (Sodré, 1983, p. 1-6). “É interessante verificar o paralelismo entre o esforço técnico de produção, na imprensa”, diz Sodré, “e o progresso dos meios de comunicação e de transporte, afetando o problema fundamental da grande imprensa, que é o do volume e espaço geográfico em que a notícia, ou a informação, ou a doutrinação têm oportunidade” (1983, p. 2). Em suma, as condições estruturais de uma sociedade capitalista seriam em alguma medida as condições materiais para a emergência da imprensa, de maneira que “O atraso da imprensa no Brasil [...] tinha apenas uma explicação: ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu a imprensa se desenvolveu” (Sodré, 1983, p. 28).

Sem discordar inteiramente do argumento de Sodré, José Marques de Melo observará, contudo, que a argumentação do historiador representa uma transposição acrítica da interpretação usual da história da imprensa europeia para uma realidade bem diversa, a brasileira. De saída, é de se observar que a imprensa se desenvolveu em Portugal em período de pleno mercantilismo e sem o estabelecimento de burguesia alguma: o “modo de produção capitalista” ainda não vigorava lá, mas a imprensa já. Mais ainda, o exemplo de colônias inglesas e hispano-americanas, dotadas de prelos, basta para demonstrar que a realidade colonial não é de todo avessa à prática da imprensa (Melo, 2003, p. 104-109).

José Marques de Melo desenha um quadro mais amplo de fatores concorrentes para o atraso da imprensa brasileira. Até o início do século XIX, houve seis tentativas de instalação de prelos na colônia: no Recife sob domínio holandês, em 1642; no Paraná, por mãos de jesuítas

espanhóis, em 1700; no Recife novamente, por mãos de impressor desconhecido, em 1706; no Rio de Janeiro, por Antônio Isidoro da Fonseca, em 1747; em Salvador (“Fábrica de Jogar Cartas”), em 1770; e em Vila Rica, pelo Pe. Viegas de Menezes, em 1807 (Melo, 2003, p. 142). Todas essas tentativas foram detidas pelos poderes coloniais. Contudo, isso teria se devido menos a qualquer política sistemática de supressão da imprensa da colônia – “não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil” (Melo, 2003, p. 99) – do que a casos pontuais de instalação de prelos sem autorização expressa de autoridade d’além mar. No máximo, influiriam fatores econômicos: seria muito caro para livreiros e impressores sediados no Brasil conseguir na metrópole todas as autorizações necessárias ao *imprimatur*. Produzir livros e periódicos em Portugal e enviá-los para a colônia, mesmo que por contrabando, mostrava-se mais viável. Além disso, se havia algum direcionamento programático da metrópole em sentido contrário à imprensa colonial, devia-se mais à salvaguarda de monopólio sobre o mercado de impressos do que a qualquer policiamento mais ostensivo do pensamento. Do contrário, como poderiam autores brasileiros publicar com facilidade, como o fizeram tantos, os seus livros em casas editoriais portuguesas (Melo, 2003, p. 100-103)?

A imprensa teria sido refreada, continua Marques de Melo, em razão de seis fatores principais: (a) “natureza feitorial da colonização”, (b) “atraso das populações indígenas”, (c) “predominância do analfabetismo”, (d) “ausência da urbanização”, (e) “precariedade da burocracia estatal”, (f) “incipiência das atividades comerciais e industriais” e (g) “censura e [...] obscurantismo metropolitanos” (Melo, 2003, p. 113). Cabe enfatizar a ligação entre os fatores (a) e (e): como a ação portuguesa no Brasil foi em grande parte apenas colonialista – a despeito dos muitos núcleos citadinos e da ação jesuítica –, foi apenas “feitorial”, não se deu um incremento da infraestrutura nacional, nem tampouco se veio a construir uma administração robusta; e, sem esta, pouca necessidade houve de impressão de ofícios, circulares, legislações e demais documentos, cuja publicização ocorria por meio de manuscritos pregados em portas de igrejas e de prédios da edilidade, os quais só uns poucos eram capazes de ler em voz alta para os demais. Sob esse aspecto, uma das maiores utilidades da imprensa aos governos europeus simplesmente faltava no meio brasileiro.

Não à toa, isso logo se alteraria com a transplantação da família imperial para o Brasil, em 1808, e a elevação deste à categoria de Reino Unido, em 1815. A Imprensa Imperial viria a cumprir importante papel na administração pública brasileira. E, para além dessa motivação de natureza técnico-burocrática, influiriam preponderantes fatores políticos. “O estreito vínculo entre a imprensa e a ordem capitalista aparece, também, na evolução do

problema da liberdade de informar e de opinar” (Sodré, 1983, p. 2), o que se pode aceitar sem ao mesmo tempo endossar em toda a sua extensão o argumento economicista. Nelson Werneck Sodré aponta as Cortes Gerais de Lisboa – que representariam, a longo prazo, uma nova submissão do Brasil a Portugal e a vitória da “independência” à custa da “liberdade” – como o momento em que as forças econômicas e as autoridades locais brasileiras passaram a ver na imprensa um meio de afirmação dos interesses nacionais, em sentido amplo, e de seus interesses particulares. Foi no Recife que circulou o primeiro periódico brasileiro em resposta à situação das Cortes Gerais: o *Aurora Pernambucana*, lançado em 27 de março de 1821 por iniciativa do governador Luís do Rego (Sodré, 1983, p. 47-50).

Afinal, como se pode ver pela história do próprio Maranhão, o publicismo se ligou de muito próximo aos acontecimentos políticos centrais do período, pois dedicar-se ao jornalismo político, diz José Veríssimo, “era necessário em época em que todo o brasileiro de alguma instrução e capacidade de expressão era solicitado, se não constrangido pelas circunstâncias, a dizer da cousa pública e a tomar parte na refrega política” (1998, p. 272). Em 1825, ainda nos embates da Independência e da adesão do Maranhão a ela, *O Argos da Lei* de Manuel Odorico Mendes combateu, ao lado do “partido brasileiro”, o *Censor Maranhense*, de Garcia de Abranches, português que, embora muito sensível aos problemas brasileiros e até em parte contrário à escravidão, cerrava fileira junto ao “partido português”. As conturbações que correriam o Império em 1831 também se refletiram em São Luís através da atuação de José Cândido de Moraes e Silva à frente de *O Farol Maranhense*, principal órgão de oposição ao governo. Em 1838, pouco antes da eclosão da Balaiada, o semanário *O Bem-Te-Vi*, capitaneado por uma das mais singulares figuras do Maranhão à época, Estevão Rafael de Carvalho, foi responsável por dar combustível às insatisfações populares que meses depois se expressariam naquela revolta, para horror do seu redator, que não poderia tolerar assassinatos, pilhagens, sequestros e estupros no sertão da província. A *Crônica Maranhense* de João Lisboa foi seu contraponto, o que não quer dizer que fosse pró-governo<sup>6</sup>.

Assim, em todos os momentos-chave da primeira metade do século XIX, a imprensa maranhense se mostrou uma extensão das lutas políticas, não apenas como reflexo, mas como agente destacada.

Em João Francisco Lisboa esse conjunto de circunstâncias encontrou uma estranha e feliz realização. Ao longo de sua carreira, seria publicista nas folhas políticas, político nas tribunas parlamentares, orador nas tribunas judiciais e historiador em dois grossos tomos que

---

<sup>6</sup> Cf. adiante a seção 2.4.2, “*Crônica Maranhense*: o liberalismo político frente à Balaiada”.

reúnem os derradeiros fascículos do *Jornal de Tímon*. Em sua vida influíram fortemente, portanto, o fenômeno da imprensa, o advento da Independência, a generalizada formação jurídica do típico intelectual brasileiro de então e a busca pelas raízes da nação tão própria da geração romântica, com a qual partilhava esse projeto, mas da qual se afastava doutrinariamente.

A variedade de atividades e estilos, em vez de diminuir a potência intelectual de sua obra, a tornou um caleidoscópio único que, a misturar traços da história, da ficção, da sermonística, do ensaio e do publicismo, rompeu com veleidades de escola literária e com os vícios inerentes a cada um desses gêneros, mesmo que para só criar obra marcada por defeitos de outra ordem. É uma originalidade manca, sim, mas originalidade de todo modo. A começar pela conformação que deu ao extemporâneo neoclassicismo do meio intelectual onde se formou.

## 2.2 O neoclassicismo maranhense

São Luís, para os intelectuais lá formados à época da Independência, parecia um núcleo literário mais verdadeiro do que a corte do Rio de Janeiro. Isso em parte se devia ao sentimento de maior proximidade com Portugal que lá se tinha. Em um dos muitos panfletos de protesto contra a Independência do Brasil que circularam pelo Maranhão da década de 1820, um publicista se indigna com a ideia de se submeter a um distante e desconhecido Rio de Janeiro e ao mesmo tempo que dar as costas ao tão próximo Portugal, esse pai do vernáculo (Galves, 2015, p. 144-145).

Concorria para essa sensibilidade a intensa presença jesuítica no Maranhão. “A presença jesuítica na cultura maranhense ficou expressa em múltiplos domínios”, comenta Rossini Corrêa em ensaio sobre a *Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional*, referindo-se especialmente aos domínios escolar, teatral e “oratório” (2001, p. 93), tudo segundo a moldura de um “humanismo ibérico”. A presença do Padre Antônio Vieira em São Luís a pregar sermões famosos, como o de “Santo Antônio aos Peixes”, estimulou certo imaginário letrado. Em data avançada como 1805, os jesuítas ainda inauguravam seminário em São Luís, cuja formação era “acadêmica e aristocrática”, como a chama a educadora Regina Nina Rodrigues (Rodrigues *apud* Corrêa, 2001, p. 93). Com a quase completa ausência de professores públicos, em grande parte ainda eram esses padres os encarregados de formar os

alunos mais interessados em línguas e retórica. Daí o comentário de Rossini Corrêa de que “a deificação das letras e das artes, contida na mitologia da Atenas Brasileira, foi produto do alicerce cultural plantado pela Companhia de Jesus, nos séculos de colonialismo no Maranhão” (2001, p. 93).

Quase toda a geração maranhense nascida entre 1800 e 1820 será pré-romântica ou até antirromântica, ainda sob o influxo do humanismo jesuítico. Otto Maria Carpeaux a chamará de “neoclassicista” por analogia com o sentido da palavra por volta de 1810, portanto por reminiscência de um José Bonifácio ou um Sousa Caldas, época em que a palavra “significa o movimento literário de que Alfieri, Chénier e Goethe são os maiores representantes” (Carpeaux, 1951, p. 61). ““Neoclassicistas’, nesse mesmo sentido”, prossegue Carpeaux,

são enfim vários escritores que, já fora dos limites cronológicos, pertencem ao chamado grupo maranhense (Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa), contemporâneos de Gonçalves Dias, que no entanto não acompanharam (ou entenderam de outra maneira) o romantismo do poeta (Carpeaux, 1951, p. 61).

Compreender o “atraso” maranhense em relação à literatura do Rio de Janeiro – caso se tome por parâmetro evolutivo a passagem da literatura universalista árcade à literatura nacionalista romântica – não é tarefa simples. A dificuldade começa pela compreensão de que não se trata de “atraso”. O circuito de jornais, oficinas tipográficas, escolas, seminários e tertúlias vigente em São Luís no período de 1820 a 1850, aproximadamente, mostra uma vitalidade que beira a incompatibilidade com outros setores da vida ludovicense da época. É famosa a avaliação que José Veríssimo faria dos literatos maranhenses do período:

Este grupo é contemporâneo da primeira geração romântica toda ela de nascimento ou residência fluminense. O que o situa e distingue na nossa literatura e o sobreleva a essa mesma geração, é a sua mais clara inteligência literária, a sua maior largueza espiritual. Os maranhenses não têm os biocos devotos, a ostentação patriótica, a afetação moralizante do grupo fluminense, e geralmente escrevem melhor que estes (Veríssimo, 1998, p. 280).

O historiador está se referindo principalmente a Odorico Mendes, João Lisboa, Sotero dos Reis e Gonçalves Dias (este posto um pouco à parte, por ser um típico romântico), primeiro núcleo que faria justificar o epíteto de “Atenas Brasileira” dado a São Luís, logo ridicularizado pelo próprio Lisboa e submetido a crítica arrasadora por Frederico José Correa, que ataca justamente o *Pantheon Maranhense* de Antônio Henriques Leal – conjunto de

“ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos” – como peça de entronização de um grupelho lítero-político no Maranhão (Correa, 2015 [1878]).

De todo modo, certa imagem “civilizada” daquela geração chegou a ser percebida até por estrangeiros, como é o caso do Rev. Daniel P. Kidder, que visitou São Luís na década de 1840 e do qual o historiador e crítico Jomar Moraes nos apresenta um relato expressivo, no qual o religioso afirma coisas como: “São Luís é a quarta cidade do Império e capital da importante província do Maranhão”; “Tem-se a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil”; “Apresenta ela ao visitante um aspecto de progresso que raramente se nota em outras cidades do Império”; “Os maranhenses alegam possuir, e não sem razão, um grau de desenvolvimento intelectual e moral comparável ao de seus patrícios das maiores cidades do Império” (Kidder *apud* Moraes, 1976, p. 53).

Por aquela época, São Luís dificilmente teria dobrado a cifra de 19.611 habitantes na qual o Cel. Pereira Lago calculara sua população em 1821 (Meireles, 2012, p. 176), em que pese o desenvolvimento econômico e urbano relativamente intenso pelo qual passou na primeira metade do século XIX, impulsionado sobretudo pelo cultivo do algodão, que chegou a corresponder a 70% das receitas do Maranhão. Com a abertura dos portos em 1808, firmas inglesas se estabeleceram na capital e ampliaram sensivelmente a circulação de bens (Meireles, 2001, p. 256-257).

Jomar Moraes nota que, à diferença de outras províncias, grande número de intelectuais (Lisboa, Sotero, Celso Magalhães, entre outros) formou-se em São Luís ou nela permaneceu, não indo para a corte. Além disso, vários dos que partiram para a capital do Império retornavam regularmente à cidade natal, caso de Gonçalves Dias e Joaquim Serra (Moraes, 1976, p. 52). Esse fato, quando somado ao aspecto razoavelmente bem arranjado do centro da cidade e a uma tardia e imprevista pujança econômica, concorreu para a aristocratização – e mesmo “helenização” – da cultural local.

Cultura essa que, como se viu há pouco, permaneceu muito próxima de Portugal e da cultura portuguesa, em especial dos usos lusitanos da língua. Bem o ilustra que, já na década de 1870, ao reunir as lições do seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, Sotero dos Reis só avance na parte portuguesa até Herculano e Garret; na parte brasileira, elenca, de poeta oitocentista, praticamente só Gonçalves Dias. A poesia romântica não caíra em seu gosto. Frederico José Corrêa, que chama Sotero de “múmia” e de “Aristarco de aldeia”, a quem conheceu pessoalmente, acredita-o “pouco conhecedor da literatura moderna, de que ele talvez não gostasse, aferrado, como sempre esteve, no gosto e ensino dos clássicos” (2015 [1878], p. 53).

Sob esse aspecto, Sotero dos Reis e Odorico Mendes não eram a exceção, mas a regra. Graça Aranha assinala que “O Maranhão era fiel à tradição verbal portuguesa” e que “pensava-se no Maranhão à portuguesa. Toda a ilustração, toda a erudição, era lusitana ou vinha por Portugal”. Chega a um juízo curioso a respeito de Gonçalves Dias: este, que “pelo seu sangue mestiço e pelo seu contato pessoal com as civilizações europeias, devia exprimir a revolta contra o jugo literário português e trazer ao espírito maranhense aspectos mais largos e novos”, acabou, ao contrário, por submeter-se, “e nessa vassalagem talvez se explique a deformação do seu gênio brasileiro” (Aranha, 1996, p. 82).

Quanto a João Lisboa, são recorrentes na historiografia literária brasileira as menções aos seus traços neoclassicistas. Por exemplo, “o que é ainda mais digno de louvor é que Lisboa nos reproduz nos seus escritos a beleza de dicção dos clássicos”, escreve o próprio Sotero dos Reis, “não os defeitos de alguns deles; pois nem é declamador como Jacinto Freire, nem cheio de antíteses e trocadilhos de palavras como Vieira” (2014, p. 315).

Em sua *Pequena História da Literatura Brasileira*, Ronald de Carvalho falaria do “autor espirituoso, elegante e sutil do *Jornal de Tímon*, manejando a língua com apuro e distinção, conhecendo as velhas literaturas, a portuguesa especialmente”, o que o tornaria “um dos nossos escritores clássicos por excelência, aquele, pelo menos, em quem o sabor clássico é mais característico”, e no qual se encontram muitas páginas que “lembram, pela malícia e ironia, o estilo de um D. Francisco Manuel mais espontâneo e desataviado” (Carvalho, 1922, p. 282-284).

José Veríssimo notaria em Lisboa o atilado conhecimento dos clássicos do idioma.

A língua

é nele portuguesa de lei pela correção gramatical e pelo torneio da frase, índole, número e propriedades do vocabulário, sem indiscretas escavações arcaicas e apenas com uma ou outra afetação impertinente de classicismo. Com alumiado entendimento leu e meditou os clássicos, o que não era costume aqui, e se lhes apropriou da língua, com exata inteligência da sua evolução e fino tato de escritor de raça (Veríssimo, 1998, p. 275).

Em suma, assinala “a forma tersa, límpida, em que juntou com discernimento e garbo o casticismo português aos naturais influxos do brasileirismo” (Veríssimo, 1998, p. 274).

Na verdade, Veríssimo não faria juízo inteiramente positivo do tom classicizante do “grupo maranhense”, pois, bem pesadas as coisas, teria sido um projeto fracassado. “A reação vernaculista dos maranhenses durante justamente esta primeira fase romântica”, escreve, “não obstante os preclaros modelos de Sotero dos Reis, João Lisboa, Odorico Mendes e

Gonçalves Dias, ficou estéril” (1998, p. 205), no mais a ser corrente só a lírica do poeta da “Canção do Exílio”.

Em toada similar, Graça Aranha, ao fazer o retrato do meio cultural da São Luís de sua infância, assinala que o “propício e grande João Lisboa” não foi um reformador da prosa brasileira. Na verdade, “Ampliou-a, enriqueceu-a, coloriu-a, mas guardou o ritmo tradicional. Assim, já eu disse que o seu estilo conserva as características portuguesas, a linha horizontal, a planície”. Mesmo quando faz uso do sarcasmo, “o estilo de João Lisboa é plano, largo, dando a sensação de serenidade” (Aranha, 1996, p. 82-83).

Esse “prosador de equilíbrio clássico, imune às demasias do romantismo que então se obedecia e praticava”, como observa Josué Montello (1969),<sup>7</sup> ou esse “escritor corretíssimo”, como o qualifica Nelson Werneck Sodré (1983, p. 184), era dado a parágrafos longos e permeados de estruturas de subordinação. Contudo, João Lisboa fez uma “reação vernácula” bem particular: inseriu, na sintaxe mais castiça, às vezes vieiriana, giros do linguajar comum, estrangeirismos, vocábulos regionais, nomes de pratos e bichos antes exóticos à língua, e com tino de galhofa. Isso lhe angariaria reprovação até de quem muito o admirava, como Frederico José Correa, que escreveu em seu *Um livro de crítica*, volume que se contrapunha ferozmente, como acima dito, à “corriola” ou *coterie* que Antônio Henriques Leal reunira em seu *Pantheon Maranhense*: “os seus escritos, aliás tão elegantes, não deixam de ser frequentemente repreensíveis pela bastardia da linguagem, bem que esta tome a forma clássica no estilo, e seja em verdade correta no que pertence à gramática” (2015 [1878], p. 127-8). Após recomendar “o estudo comparativo da língua francesa com a nossa”, enumera alguns galicismos de João Lisboa à época ainda não inteiramente aclimatados ao português: “penível”, “barbárie”, “tantos outros”, “de resto”, “ele mesmo”, “em face de”, entre outros (2015 [1878], p. 128).

### 2.3 A formação intelectual de João Francisco Lisboa

A formação intelectual de João Lisboa, como já dito, transcorreu inteiramente em São Luís, entre as décadas de 1920 e 1940. Tem, portanto, os relativos méritos e defeitos da época e do meio. É certo faltarem recursos e documentos com que traçar, em linhas claras, a

---

<sup>7</sup> O comentário de Montello consta numa folha avulsa – similar àquelas com que se costumava encartar errata em livros – da publicação da *Crônica Maranhense* que organizou em edição do Museu Histórico Nacional (Lisboa, 1969). A folha não traz numeração.

formação intelectual de João Lisboa. Contudo, algumas fontes são de extrema valia, em especial o retrato biográfico que dele deixou Antônio Henriques Leal no quarto volume do *Pantheon Maranhense* e as citações de autores antigos e modernos encontráveis no *Jornal de Tímon*.

Nascido a 22 de março de 1812 às margens do rio Itapecuru em Pirapemas (hoje município Itaperucu-Mirim), passou a infância com os avós, na fazenda, só se retirando para São Luís por alguns anos a fim de estudar. Como todo menino de então, fez as chamadas aulas de “primeiras letras” e, aos onze anos, estava “sabendo o que então se aprendia nas nossas mal organizadas escolas primárias: ler, escrever, as quatro primeiras operações de aritmética e a indigesta e defeituosíssima gramática de Lobato” (Leal, 1987 [1875], p. 298). A referência à “gramática de Lobato” mostra quão típica e meã foi a primeira e quase única educação formal que recebeu. Com sua *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1780), Antônio José dos Reis Lobato chegou a ser, diz o linguista Rolf Kemmler, “o primeiro gramático cuja obra fosse declarada como gramática obrigatória do ensino primário em Portugal e Colônias” (Kemmler *apud* Galves, Basílio, Pinto, 2019, p. 89). Entre 1799 e 1826, houve 23 remessas dessa obra para São Luís, uma quantidade que, em si mesma, pode não ser tão vultosa (talvez não represente mais que uma ou duas centenas de exemplares), mas que assim parecerá se atentarmos à reduzidíssima população educada na cidade à época. Em 1812, a obra chegou à sua sétima edição, saída dos prelos da Impressão Régia do Rio de Janeiro (Galves, Basílio, Pinto, 2019, p. 89).

Aos 15 anos, João Lisboa torna-se caixeiro de uma casa comercial, para daí a pouco tempo incompatibilizar-se com o ofício e buscar educar-se. Nessa quadra Lisboa, diz seu biógrafo, “se deu com solicitude e ininterrupto ardor ao estudo de humanidades, cursando com solicitude as poucas aulas públicas, que então havia” (Leal, 1987 [1875], p. 299). Em 1823, data que marca no Maranhão o fim do período colonial, o estado possuía 15 cadeiras públicas, das quais quatro se achavam em São Luís: uma de filosofia, uma de retórica, uma de gramática latina e uma de primeiras letras. Sabe-se que 1828 também já havia uma cadeira de geometria (Leão, 2013, p. 531). Dessas, como já ficará claro, há certeza de que João Lisboa cursou as de latim e de retórica, mas não é possível saber se também a de filosofia e a de geometria. Teria aproximadamente 17 anos.

Em particular, estudou a cadeira de latim com Sotero dos Reis, o qual, acerca dessa época, faz este relato:

Habilitado no conhecimento da língua latina em pouco mais de dois anos, sabendo já o francês, e com noções de literatura, devida à sua muita leitura,

vinha para minha casa aos domingos; e aí, por mero gosto seu, tirava-me a limpo a tradução em verso da *Fedra* de Racine, que então empreendi por instigação de meu amigo Manuel Odorico Mendes, fazendo-me já observações muito judiciosas sobre algumas passagens dela, muitas das quais eu aceitava, sem que o mestre se envergonhasse de anuir às correções propostas pelo discípulo, com quem viveu na mais perfeita inteligência, até que a política os separou, para reuni-los mais tarde, depois de muitas e amargas decepções” (Reis, 2014, p. 315).

Esse cenário idílico foi antes contestado por Lisboa nas páginas da *Crônica Maranhense*, quando a política o opunha ao seu antigo e pretenso mestre. Fazendo *mea culpa* de sua pouca educação – “Quanto aos nossos conhecimentos, não temos vergonha de confessar que pouco são, e daí não é maravilha que os nossos escritos contenham proposições errôneas”, ainda mais que “teríamos apenas vinte anos quando começamos a publicá-los” (Lisboa, 1969 [1838], v. 1, p. 144) –, atribui-a em parte ao pouco cuidado dos professores que tivera, entre eles Sotero, que, “posto que de mais talento e instrução”,

era tão desleixado em cumprir os seus deveres em todo o tempo que nos ensinou o latim, que foi ano e meio, que as três quartas do tempo da aula consumia em ruminar as suas poesias, as suas unhas, e o seu tabaco, e apenas aplicava uma escassa meia hora em tomar e passar lições, quase materialmente, se é aqui admissível semelhante expressão. Se os discípulos do Sr. Sotero aprendem alguma coisa, devem-no aos seus esforços que não às explicações e cuidados do mestre (Lisboa, 1969 [1838], v. 1, p. 144).

Lisboa refere outro professor, este de “lógica e retórica”, que “era sofrivelmente pedante”: “para formar o corpo de delito de sua incapacidade bem pode servir, entre outros documentos, uma rapsódia que escreveu, e intitulou *Elementos de Poética*” (Lisboa, 1969 [1838], v. 1, p. 144). Como se nota, a educação de Lisboa foi, sob o aspecto das letras que lhe ensinaram numas poucas classes, um simulacro de educação retórica à maneira do *Ancien Régime*, temperada de escritos franceses setecentistas (o que já se verá).

Diferentemente de outros membros destacados de sua geração – basta citar Odorico Mendes e Gonçalves dias –, não foi estudar em Coimbra. Fez do jornalismo a sua principal escola de pensamento e de língua.

De um modo geral, pode-se dizer que sua formação literária foi típica: 1) os clássicos latinos – ao menos ocasionalmente lidos no original – e 2) os clássicos portugueses, Ferreira, Camões, Vieira, Bernardes, Francisco Manuel de Melo, e assim por diante. Uma vez que sua propalada “erudição” em história universal não se verifica por nenhum maior rigor ou apuro factual – conforme se discutirá no próximo capítulo –, talvez seja lícito tomar em chave

literária, no sentido da formação de um “letrado”, o que leu e repetidamente citou em matéria de história “universal”: Maquiavel, Chateaubriand, Montesquieu, Cantú, Thierry, Tocqueville e Guizot.

A variedade desses autores e, em alguns casos, o seu quase completo amadorismo em história – caso de Chateaubriand – denunciam a liberdade e mesmo desordem com que João Lisboa fazia suas leituras. Era um tipo marcadamente autodidata e “amador”, desde que se compreenda seu amadorismo não tanto em um sentido negativo quanto no sentido de que, à falta de academias, grêmios e escolas de pensamento ao seu redor, guiou-se segundo aquilo de que era amador, aquilo em que punha o seu gosto, vário mas empenhado. Em especial, seu conhecimento de línguas era excepcional para um autodidata de província: é certo que lia bem o latim, o francês e o italiano, o que fica patente pelos autores, obras e trechos que cita.

Doutrinariamente, influíram em sua fórmula ideológica o liberalismo monárquico, de feição inglesa – demonstra grande admiração por Alexis de Tocqueville, que cita extensamente –, e certo iluminismo francês tomado de maneira muito moderada, a partir das obras de Montesquieu e Rousseau, tema que receberá tratamento mais amplo no terceiro capítulo deste trabalho.

#### **2.4 Um excuro: “Doutor em Direito”?**

Josué Montello oferece um testemunho do qual não se pode duvidar, por improvável que pareça: afirma que João Lisboa teria se diplomado em Direito por uma universidade alemã.

Conta isso em uma crônica, na qual diz ter recebido papéis que pertenceram a uma antiga professora da Escola Normal de São Luís, Celina Nina, da qual fora aluno aos seis anos de idade. Reencontrou-a, já adulto, no Rio de Janeiro. Morta a professora, pertencente que era a uma família tradicional de educadores, acharam de encaminhar os espólios dela a Montello, já romancista reverenciado, a fim de que desse a eles o encaminhamento que considerasse conveniente. Foi então que se deparou com uma pasta que continha o início de um romance de João Lisboa e alguns documentos. Segue o seu relato, que, embora longo, merece ser transcrito:

Entre esses papéis, dei com um documento assinado pelo Presidente da Relação do Maranhão, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, e que me revelava

apenas isto: que o propalado autodidata João Francisco Lisboa era Doutor em Direito pela Academia de Rostoch, na Alemanha!

Li e reli a certidão, depois de examinar-lhe o selo, a letra e o papel, e aqui a transcrevo fielmente, para surpresa e espanto de outros olhos: “O Doutor Joaquim Veira da Silva e Souza, do Conselho de S. M. o Imperador, Fidalgo Cavalheiro de sua Imperial Casa, Comendador da Ordem de Cristo, e Presidente da Relação do Maranhão – atendendo a que o Comendador João Francisco Lisboa se acha habilitado para poder advogar, assim pelo diploma, que me apresentou, de Doutor em Direito pela Academia de Rostoch (Alemanha), como pelo exame a que procedeu em 1842, e em virtude do qual se lhe passaram diversas Provisões de Advogado nos termos da 2a. parte do Parágrafo 5º do Artigo 7º do Regulamento das Relações do Império, de 3 de janeiro de 1833. E ordeno que se lhe não ponha obstáculo no exercício de suas letras, de que poderá livremente usar nos lugares onde competir, nos termos do referido Regulamento. Pagou de direitos sessenta mil réis como se viu do conhecimento em forma, que se apresentou: e servirá debaixo do juramento já prestado. Maranhão, 8 de junho de 1859. E eu Adriano Augusto Bruce Barradas, Secretário da Relação, o escrevi”. Logo abaixo vem a assinatura do Presidente (Montello, 2018, p. 47-48).

Essa crônica foi publicada no *Jornal do Brasil* em 1973. Treze anos depois, ao escrever o breve texto “A lição de João Francisco Lisboa” como prefácio ao estudo de Arnaldo Niskier sobre o autor do *Jornal de Tímon*, o romancista volta a tocar no assunto:

José Veríssimo, na sua *História da Literatura Brasileira*, admitiu em João Lisboa, de par com o jornalista e o historiador – o mestre do romance, embora não houvesse publicado qualquer obra nesse gênero.

O acaso fez que me viessem ter às mãos uns velhos papéis que corroboraram a intuição do grande crítico. Por morte de minha primeira professora, D. Celina Nina, foram doados a mim vários textos manuscritos de João Francisco Lisboa. Um deles, pelo seu desenvolvimento, constituía o começo de um romance. Romance que não teve prosseguimento.

Tomei a iniciativa de transferir esses papéis ao Arquivo do Maranhão, por intermédio de seu então diretor, Domingos Vieira Filho (Montello, 2012, p. 17).

Busquei em vão localizar os papéis. Não estão indexados em catálogo algum do Arquivo Público do Estado do Maranhão. A diretora da Casa de Cultura Josué Montello, Joseane Souza, disse-me em meados de agosto de 2019 desconhecer o paradeiro desses documentos. A Biblioteca Pública Benedito Leite, principal entidade do tipo mantida pelo governo do Maranhão, também nada registra em sua seção de manuscritos e obras raras.

À falta das fontes de Montello, resta apenas elucubrar algumas possibilidades acerca da natureza do “diploma de Doutor em Direito”. Se João Lisboa de fato veio a ser bacharel em Direito, foi só depois de sua ida para Portugal, em 1855.

A biografia escrita por Antônio Henriques Leal dá conta de que João Lisboa visitou São Luís durante o período de 5 de junho a 11 de dezembro de 1859. O documento transcrito por Montello traz a data de 8 de junho de 1859. Isto é: João Lisboa teria dias após seu retorno à cidade natal apresentado seu diploma à Relação do Maranhão. As datas são congruentes: entre 1855, data de sua chegada a Lisboa, e 1859, data da apresentação do diploma, teria havido tempo de cursar o bacharelado.

É fato que Lisboa conheceu grande parte da Europa à custa dos lucros que havia auferido ao investir suas economias de advogado numa grande casa de confecções em São Luís, à qual o administrador João Pedro Ribeiro, seu admirador, deu o nome de “Bazar Tímon”. Antônio Henriques Leal relata:

Achando-se na Europa, não se contentou seu espírito observador e sedento de instrução com ver a cidade de Lisboa, e passou a percorrer várias vezes algumas das principais cidades da França, da Inglaterra, da Espanha, da Itália e da Bélgica, e ainda no ano de 1861 viajou ao norte deste Reino. [...] Ouvi-o algumas vezes descrever as cousas que observara em suas peregrinações pela Europa, falando, sobretudo, de Florença, de seus palácios, dos seus quadros, de suas estátuas e outros primores de arte” (Leal, 1987 [1875], p. 377).

Com efeito, existe menção a uma viagem do escritor maranhense à Alemanha. A folha portuguesa *Revolução de Setembro*, em seu número 1.267, de 11 de julho de 1856, dá notícia da existência de “um grande escritor, que o Brasil hoje admira, e com o qual a literatura portuguesa se não deve honrar menos”. E, antes de fazer a sinopse de alguns fascículos do *Jornal de Tímon*, revela que “O Sr. João Francisco Lisboa (...) há pouco passou pelo nosso país, em direitura a França e a Alemanha” (Leal, 1987 [1875], p. 358, grifo nosso).

O que não se compreende bem é como poderia tê-lo concluído com tempo relativamente escasso, já que se sabe que até 1857 estaria preso ao Arquivo do Conselho Ultramarino, incumbido da missão de reunir em Portugal documentos relativos à história do Brasil. Uma carta daquele ano a Antônio Henriques Leal não deixa dúvidas acerca do quanto estava envolvido na pesquisa: “O Arquivo do Conselho Ultramarino é um depósito riquíssimo de notícias de todo o gênero acerca do Brasil desde 1750 para cá, e ainda não tinha sido compulsado por ninguém. *Ali e no meu gabinete é que passo o mais do tempo*” (Lisboa *apud* Rodrigues, 1978, p. 65, grifo nosso). Supondo-se que estivesse livre em 1858 para passar novas temporadas na Alemanha, como poderia ter em ano e meio, sem maiores conhecimentos de língua alemã – nada em sua obra indica o domínio desse idioma, e nenhum de seus

contemporâneos menciona algo nesse sentido –, concluído o curso que lhe daria o título de “Doutor em Direito”?

Pois bem: por pura e simples impossibilidade geográfica e cronológica de que o escritor tenha se graduado formal e regularmente, à qual se soma a inexistência de qualquer menção a esse título na biografia escrita por Henriques Leal (autor tão propenso a listar cargos, títulos e honrarias de seus biografados), o provável é que Lisboa tenha estabelecido algum tipo de laço com alguma academia alemã representada em Rostock, lá se identificando como versado em Direito. Bastaria uma pequena incompreensão para que o presidente da Relação do Maranhão, tendo em mãos algum documento em alemão que comprovasse aquela filiação, a tomasse por título de “Doutor em Direito”. É uma possibilidade, tão provável, é verdade, como tantas outras, mas a única que parece se conformar minimamente aos fatos dos quais há certeza.

## 2.5 Publicações pré-*Jornal de Tímon*

Toda a carreira literária de João Francisco Lisboa anterior ao *Jornal de Tímon* se fez em folhas políticas. Bem ao molde da simbiose de jornalismo político, política parlamentar e literatura discutida no início deste capítulo, Lisboa foi escritor e ator, leitor e fazedor. “Não se trata”, comenta a esse respeito Sebastião Jorge, “apenas do autor de uma narrativa, mas de quem participou como testemunha e personagem de todos os desdobramentos” (1998, p. 69).

Na esteira das agitações de 1831 que precederam a abdicação de D. Pedro I, e à vista da possibilidade de “regresso” da autoridade portuguesa, tal como se via ocorrer no Pará, em São Luís um grupo de correligionários do “partido brasileiro”, sob o comando jornalístico de José Cândido de Moraes e Silva, fez uma representação pedindo ao então presidente da província, Araújo Viana (futuro Marquês de Sapucaí), garantias de compromisso com a ordem institucional brasileira independente. Um dos signatários foi João Lisboa, que tinha à época 18 anos. O movimento, designado “Setembrada”, com multidão reunida no dia 13 de setembro em frente ao palácio de governo como quem exige e não pede, recebeu por ora a aquiescência do presidente, que assim preparava sua ofensiva para dali a meses, na surdina, aos moldes das devassas coloniais.

José Cândido teve de homiziar-se. Era ele “O Farol”, como era conhecido por dirigir a folha liberal *O Farol Maranhense*, que teve assim sua publicação suspensa. Para que não se criasse um vácuo no jornalismo liberal maranhense, João Lisboa lança *O Brasileiro* em agosto

de 1832. Mas esta folha só duraria três meses. É que José Cândido tanto padeceu escondido e adoecido, sem recursos nem assistência, que acabou falecendo. O caso muito chocou João Lisboa. Chama à sua responsabilidade o caso, e se incube de dar continuação à militância de José Cândido: relança assim, ainda em 1832, *O Farol Maranhense*, que viria a ser a sua primeira empreitada jornalística de maior vulto.

Sua militância, do ponto de vista doutrinário, era monárquica mas liberal, pró-brasileira mas não radicalmente antiportuguesa. Tome-se esta passagem do artigo com que encerrou a publicação d'*O Farol Maranhense*, sintomática quanto à sua posição:

Venho agora por termo a esta minha empresa há mais de um ano começada, e bem que eu, assim como todo outro homem, esteja sujeito às paixões próprias da nossa espécie, todavia deitando os olhos para tudo o que nesse espaço escrevi, não posso deixar de enobrecer-me, e dar-me por um dos escritores mais imparciais do nosso Brasil. Fui inimigo de Araújo Viana, e mais que nenhum outro escritor o combati no meu *Brasileiro*; contudo nunca procurei escurecer as suas boas partes, e até elogiei o desinteresse e a atividade com que sempre aqui se houve nos negócios públicos: fui inimigo do partido moderado ou do governo [que defendia a manutenção da ordem de antes da abdicação, em contraposição aos “exaltados”, que pediam reformas e destituição de empregados de perfil pró-português], porém ainda mesmo quando lhe formava os mais graves capítulos, nunca cessei de mostrar ao povo a sua bondade relativa, o nenhum interesse que tínhamos em derribá-lo, e as tramas dos restauradores, que destruído esse principal estorvo dos seus planos liberticidas, muito nos empeceriam, se não é que de todo nos desbaratariam. Sempre pertenci ao partido denominado *exaltado*, porém sempre me viram à frente dos seus inimigos todos aqueles que, usando desse nome, não se pejavam todavia de dar o braço aos restauradores, contra quem pouco antes haviam requerido medidas de sangue. Exaltado sim era eu, porém censurei os desatinos e malfeitorias cometidos pela gente de Antônio João, porém desaprovei altamente a parcialidade da *Bússola* e outros periódicos em oposição ao governo, e nunca dei o meu assenso à eleição de Searas e Goianas (Lisboa *apud* Leal, 1987 [1875], p. 304, grifo do autor).

Mais tarde, escreveria em outro jornal: “Bem que estejamos convencidos da necessidade que há de reformar a nossa Constituição, *não entendemos contudo que isso se possa alcançar por meio de tormentas revolucionárias*”, pois, emenda, “uma triste experiência nos deve ter ensinado que delas ninguém sai mais aproveitado que da paz sepulcral do despotismo...” (Lisboa *apud* Leal, 1987 [1875], p. 316, grifo do autor).

Talvez o leitor não esteja familiarizado com o feitio dos jornais brasileiros provinciais da primeira metade do século XIX. Em sua quase totalidade, eram preenchidos com informes dos governos provincial e central, com relatos de debates parlamentares e reprodução do que se considerava importante em jornais da corte, de Lisboa e, às vezes, da França. Não raro uma edição desses jornais se consumia toda nesse tipo de conteúdo, com o redator nada

tendo escrito de seu. E isso se verá muito ocorrer em *O Farol Maranhense*, como ainda em *O Brasileiro* (1832), *Eco do Norte* (1832-1833), *Crônica Maranhense* (1838-1840) e *O Publicador Maranhense* (1842-1855), jornais que, à exceção deste último, foram de todo escritos, editados e até mesmo impressos por João Lisboa. Este chegou a possuir tipografia e empregados (Frias, 2001, p. 16).

João Lisboa foi, pois, não apenas homem de jornal, mas também empresário de jornal; e, em que pese não ser fácil acusá-lo de bandear-se para o lado político que lhe fosse pessoalmente conveniente – chegou a ser secretário de governo amigo, do qual despediu-se em 1837 quando o presidente da província não investigou de maneira suficiente o assassinato do opositor político Raimundo Teixeira Mendes (Leal, 1987 [1875], p. 310) –, sempre foi ligado ao grupo político liberal “bem-te-vi” da nobiliarquia de Alcântara, comandada pela família Jansen, da qual era próximo até por laços familiares. Representou-o duas vezes na condição de deputado à câmara provincial do Maranhão, mas dele se afastou, se não doutrinária pelo menos partidariamente, quando, após muito trabalhar para ele, teve sua candidatura preterida em 1840 em prol do nome de uma conveniência de momento. Ali se encerrava sua carreira política e se iniciava sua carreira de advogado prático, sem diplomas, a qual lhe permitiria amealhar considerável patrimônio.

### 2.5.1 As pasquinadas de João Lisboa

Por fim, antes de passar à *Crônica Maranhense*, que merece tratamento à parte, cabe um breve comentário sobre as pasquinadas do escritor. A imagem estabelecida de João Lisboa é dúbia. Por um lado, tratam-no como “pessimista”, “macambúzio”, homem de temperamento intratável, isso de Antônio Henriques Leal a Arnaldo Niskier, a chegar a um dos últimos textos publicados sobre Lisboa, que se chama justamente “O ironista macambúzio” (Gurgel, 2012). Por outro, fazem-no um arauto do pensamento desapassionado e objetivo, o qual jamais desce à invectiva pessoal.

O historiador Jerônimo de Viveiros comenta que a bile de João Lisboa muita vez passou da mera casmurrice pessoal à violência impressa, e que isso pouco corresponderia à visão que se formou dele na posteridade:

Dos nossos escritores do passado João Lisboa é o único que passa por manter sempre num nível elevado a linguagem das suas polêmicas. Não é, porém, isto verdade. Ele descia com os antagonistas quando estes baixavam, respondendo injúria com injúria, infâmia com infâmia e, não raro, descia só, como no caso

de Domingos Porto, a quem chamou em letra de forma de *filho da lua*. No fim da vida, passando a Portugal, e lá se tornando historiador no *Jornal de Tímon*, foi que se investiu no papel de censor dos nossos defeitos, que, aliás, dele também foram. Este foi o Lisboa que a posteridade conheceu através de três edições (sic) de sua obra de historiador. Aquele das discussões políticas jaz no pó das raras coleções de jornais dos tempos, só conhecido por dois ou três pesquisadores de velharias. Daí a reputação imerecida que gozou (Viveiros, 2016 [1958], p. 131).

Vejam-se, por exemplo, as animosidades de João Lisboa com o jurista e historiador Cândido Mendes de Almeida.

Os “cabanos”, opositores da Liga Liberal governista que tinham à sua frente Cândido Mendes, acusaram pelas páginas de *O Legalista* João Lisboa de redigir a folha da família Jansen, *O Guajajara*, jornal que, inimigo de *O Legalista* e amigo do governo liberal ou “bem-te-vi” de Franco de Sá, era repleto de ataques à honra. Cândido Mendes diria de ambas as publicações que “são de uma só essência, dos mesmos sentimentos e mesmíssima pena” (Mendes *apud* Jorge, 1998, p. 117). O conhecido jurista, então ainda bem moço, tinha sido acusado de pederastia pelos Jansen (Jorge, 1998, p. 112-113), acusação cuja redação denunciaria a pena de Lisboa.

Este, é verdade, nem sempre precisaria se esconder sob anonimato e folha política alheia. Nas páginas do seu *Publicador Maranhense* chamaria Cândido Mendes de “advogado desocupado”, “político trânsfuga” e “escritor de expressões cínicas e grosseiras”. Acabaria por lhe pespegar um apelido: “Midas Orelhudo”, ferindo-o onde muito lhe doía, a vaidade, e ainda outro: “Cabeça de Medusa” (Viveiros, 2016 [1958], p. 132-3).

É que João Lisboa participou ativamente do que, como nota Jerônimo de Viveiros, ele próprio ridicularizaria nos fascs. 2 a 4 do *Jornal de Tímon*: a utilização áulica, por um lado, e barbarizante, por outra, de pasquins, os quais tendiam a se proliferar conforme os períodos eleitorais. Por exemplo, quando da presidência do mesmo Franco de Sá que dividiu o meio político e publicista entre os adeptos e os contrários à “Liga Liberal” governista, havia em 1846 apenas três folhas políticas em São Luís. Mas bastou chegar o ano eleitoral de 1847 para que o número delas subisse a oito, entre as quais a de João Lisboa, o *Publicador*, se aliaria a três jornais governistas para bater-se com outras quatro publicações (Viveiros, 2016 [1958], p. 133).

### 2.5.2 *Crônica Maranhense*: o liberalismo político frente à Balaiada

A *Crônica Maranhense* foi editada de 1838 a 1840, período crítico na vida da província. Especialmente, claro, em razão da Balaiada, conflagração popular que varreu certa

porção sertaneja do Maranhão, mas também em razão de desentendimentos, rivalidades políticas e pessoais e, sobretudo, o ápice de um sentimento geral de desligação entre a vida real, cotidiana, da população, e os governadores que, nomeados pela corte e naturais de outras províncias, pareciam apenas perpetuar uma dominação que havia começado com os capitães-generais do período colonial. A morte de José Cândido de Moraes em Silva, em 1832, deu a ver que o liberalismo político era ainda tão-só uma miragem nessa parte distante do império, tão-só um liberalismo de letra de Constituição. O assassinato de Teixeira Mendes, em 1838, reavivou a indignação que já vinha se generalizando e havia extrapolado o limite estreito das classes mais abastadas e educadas.<sup>8</sup> O povo começava, se não a ter voz, pelo menos a fazer um bochicho.

Lisboa assentou praça novamente na imprensa com a sua *Crônica Maranhense* a 1º de janeiro de 1838. A expressão, “assentar praça”, cabe bem aqui. Uma das grandes ferramentas de opressão de que se valeria o novo presidente da província, Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, foi justamente o recrutamento militar compulsório e sem critério, ou sem outro critério que a conveniência política: quando necessário livrar-se de algum sujeito inconveniente, bastava fazê-lo ser chamado a servir nas forças públicas. João Lisboa insistiria bastante no tema em muitos números da *Crônica*. Veja-se o que escreve na edição de 3 de agosto de 1838:

A administração provincial parece que não tem outro meio governamental senão o terror e o recrutamento violento. Se um escritor público, como o redator da Sentinela, faz algum epigrama contra S. Exa., é incontinenti recrutado para a marinha; se um cidadão, escandalosamente perseguido por ódios políticos, é unanimemente absolvido pelo júri, é imediatamente agarrado para grumete. Se um escrivão, como o Sr. Eugênio Braga, comete o crime de desagradar a maioria da assembleia, que de propósito faz uma lei para o esbulhar do seu emprego, eis o Sr. Camargo a ordenar a sua prisão para

---

<sup>8</sup> No primeiro número da *Crônica Maranhense*, João Lisboa descreveria o assassinato com bom tino narrativo: “O infeliz Raimundo Teixeira Mendes [...] saiu com vestido familiar e dirigiu-se a um bilhar a congratular-se com os seus amigos: ali se demorou até às nove e meia, e antes de retirar-se, notai bem, despediu o ordenança que o acompanhava; o Sr. João Fernandes de Moraes advertiu-lhe como amigo a imprudência que cometia em vagar aquelas horas solitário e inerte, ofereceu-lhe um par de pistolas: ele as rejeitou, dizendo que nem tinha inimigos, e nem havia que reccar. Assim de tão tênues circunstâncias anda dependendo a vida do homem, e dissera meditando na fatalidade com que desprezou todos os meios de salvar-se, que a sede de sangue que devorava os seus inimigos arrastava com tanta força para a morte, como o veneno dos olhos que exalam certos répteis enleia a atrai as suas vítimas! Caminhava o infeliz cidadão para sua casa, acompanhado só de um moço igualmente desarmado quando, ao passar pela frente da antiga igreja matriz, dois homens, que junto das varandas se ocultavam, guiam direito a ele, e segurando-o fortemente pelos braços, lhe deram algumas punhaladas. Teixeira Mendes, cujo coração não esmoreceu naquela hora derradeira e terrível, lutou com todas as forças para desprender-se dos assassinos, e conseguindo-o em parte, açoitava-os com uma chibata que trazia; mas com tantas e tão profundas facadas lhe rasgaram o peito, que em cinco minutos caiu esvaído em sangue, podendo apenas murmurar alguns gritos de socorro” (Lisboa, 1969, v. 1, p. 8).

grumete, obrigando esse cidadão a homiziar-se, e impossibilitando-o de ganhar a vida com a habilidade que o distingue (Lisboa, 1969, p. 186).

Não por ironia do destino, mas por uma fatalidade que se manifestava cada vez mais aos olhos de todos, foi justamente um recrutamento forçado que deu início ao levante da Balaiada (1838-1841). No dia 13 de dezembro de 1838, um grupo de nove sertanejos, dos quais o vaqueiro Raimundo Gomes era o chefe, atacou um quartel na Vila da Manga, na região de Iguará, para colocar a solto o irmão de Gomes, que fora ali preso a mando do prefeito, que dele desgostava e o queria trancado, recrutado. Alguns homens da tropa atacada se juntam a Gomes, além dos demais detentos; e dali descem arrebanhando povo, por todo o Itapecuru, a chegar até parte do Piauí. O comando (muito difuso, na verdade) seria repartido entre Gomes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (o “Balaio”) e Cosme Bento das Chagas (o “Negro Cosme”). Três semanas após o motim na Manga, escrevia João Lisboa em sua *Crônica*: “Por informações particulares, confirmadas em parte pelas mesmas peças oficiais, podemos vir no conhecimento da origem destes tumultos: foi o recrutamento violento” (1969, v. 2, p. 3).

Já naquele momento os cabanos acusavam a oposição de instigar a insurreição popular, pelo que na mesma edição do jornal Lisboa dizia: “a oposição nada tem de comum com os perturbadores da ordem, e muito menos com assassinos, como nos dizem que são esse Raimundo Gomes e o seu irmão”; na verdade, continua, “o que a oposição fez foi clamar altamente contra as perseguições e violências que produziram a desordem” (Lisboa, 1969, v. 2, p. 4). Os bem-te-vis por muitos anos seriam culpados pela Balaiada.

Mas por que “bem-te-vis”? Poucos meses antes, a *Crônica* veio a ganhar um aliado inesperado, até inconveniente, já que não se privava de criticar nem aquela que chamava de “Crônica das Crônicas”. Meio pasquim, meio folha política pragmaticamente liberal, o jornal *O Bem-te-Vi* teve apenas 29 números, de junho a outubro de 1838. O periódico, com tiragem de 400 exemplares, era escrito por Estêvão Rafael de Carvalho (1808-1846), um liberal razoavelmente exaltado do qual se diz, anedota memorável, que chegou a negar-se a receber o diploma de bacharel em filosofia na Universidade de Coimbra, pois considerava diplomas algo comparável a títulos de nobreza, portanto incompatíveis com qualquer democracia (Lopes, 2021, p. 159). Deputado pelo Maranhão à Assembleia Geral do Império na legislatura de 1834-1837; poeta satírico (um dos primeiros tradutores de Heine no Brasil, vertendo-o diretamente do alemão, e não do francês, como foi costume); iniciador da ciência contábil no país com a *Metafísica da contabilidade comercial* (1836): era, em tudo e por tudo, um indivíduo no mínimo

curioso, até original, que não viveu mais que 38 anos. Sua vida e sua dispersa obra poética, jornalística e oratória ainda aguardam estudos mais largos.

Escreve Antônio Lopes sobre *O Bem-te-vi*, comparando-o à *Crônica*, da qual é uma espécie de irmão menor inconsequente:

Em vez de um periódico escrito com louçanias literárias e de programa traçado à feição das mais avançadas ideias dos teorizadores do liberalismo, tal a brilhante “Crônica Maranhense” de João Lisboa, a contribuição de Estêvão Rafael em momento de tantas aflições e apreensões para a terra natal era uma folha violenta e faceta, agredindo sem piedade e fazendo do ridículo arma diabólica. Não um jornal: um facho aceso que ele tomava para o chegar ao estopim de uma carga de explosivo (Lopes, 2021, p. 179).

Uma das principais troças de Rafael Estêvão estava em representar o partido governista como um grupo de bruxos, discípulos de um demônio chamado Abracadabro, que se reuniam numa gruta toda véspera de lua cheia. Através da “sublime ciência” da feitiçaria, reuniam assim elementos para “fazer crer ao povo que esse partido [opositor] é de *ateus*, que quer acabar com a religião, e de *republicanos* que querem acabar com o imperador: apoiai-vos nos segredos da *mágica preta*, e o povo nos acreditará” (Carvalho, E., 1987, p. 10-11). O sacerdote chega a cravar um punhal no centro do “signo de Salomão”, que um governista havia desenhado no chão utilizando o dedão do pé, signo do qual sai voando nada menos que um bem-te-vi, para logo devorado pelo ídolo cultuado pelos bruxos: um tamanduá (Carvalho, E., 1987, p. 11).<sup>9</sup>

João Lisboa e Estêvão Rafael de Carvalho se irmanaram no ataque à facção dominante, mas não no apoio à Balaiada.

Nelson Werneck Sodré avalia que João Francisco Lisboa “acompanhou, em seu jornal, o desenvolvimento da rebelião, sem penetrar as suas razões, sem explicá-las, mas não formou no coro dos que a invectivaram, capitaneados pelo órgão do governo da província”, *O Publicador Oficial* (Sodré, 1983, p. 134). A seu ver, João Lisboa teria até se levantado contra “o fundo feudal que constituía a base que sustentava a facção conservadora”. Mas ele “não esposaria [...] a causa dos amotinados” (Sodré, 1983, p. 135). Na verdade, “Nem mesmo Estêvão Rafael de Carvalho, mais extremado na pregação, a esposaria. As acusações a ambos, nesse sentido, levantadas e pugnazmente sustentadas por Sotero dos Reis, carecem de fundamento” (Sodré, 1983, p. 135).

---

<sup>9</sup> Edição nº 3 de *O Bem-te-vi* (7 de julho de 1838).

Lisboa precisaria negar repetidamente que seu jornal e o de Estêvão Rafael de Carvalho tivessem algo que ver com a conflagração e o morticínio que se seguiu. Diz que o “Bentevi” se “celebrizou por epigramas, sarcasmos e anedotas picantes, que tamanho ódio lhe acarretaram dos que foram por ele expostos às risadas”; que seu fim não era outra coisa senão “rebater as agressões insolentes e multiplicadas da ‘Facção Depredadora’ [os cabanos]”; e que “a sua parte doutrinal foi inteiramente nula”, sem jamais propugnar qualquer insurreição” (Lisboa *apud* Carvalho, E., 1987).<sup>10</sup> E que se pode dizer da *Crônica* a esse respeito?

João Lisboa, na verdade, não precisaria se desculpar se a memória de seus concidadãos não fosse tão curta e se a maledicência dos acusadores não conseguisse se impor com relativa facilidade. Basta ler os números programáticos da *Crônica* para compreender que Lisboa não poderia endossar revoltas como a Balaiada, do mesmo modo como não poderia suportar a Lei dos Prefeitos e os desmandos que a partir dela praticava um presidente Camargo. Ele irá, sim, condenar “um furor maníaco de retrogradar para as coisas e ideias antigas, e de proscrever as modernas, que entre nós se foram introduzindo manso e manso desde a época da independência” (Lisboa, 1969, v. 1, p. 4-5). Mas o faz de olho nos “males gerais que há tanto consomem o império; nas guerras e rebeliões que assolam as suas extremidades [...]; na desorganização judiciária, que ameaça desorganizar tudo” (Lisboa, 1969, v. 1, p. 3).<sup>11</sup> É clara a sua intenção de preservar o império e mantê-lo a salvo de sublevações, porém o salvaguardando através do expediente de minar as causas de insatisfação. É cristalino quão grande é o “medo que temos das desordens, por isso não cansaremos de clamar contra elas, e apontar aos nossos compatriotas o caminho que devem seguir para evitá-las”(Lisboa, 1969, v. 1, p. 24).<sup>12</sup> Quando recebe notícias de um levante no Rio Grande do Sul, escreve:

desejamos ansiosamente ver restabelecida a paz naquela importante porção do território brasileiro, e sopeada a *anarquia, que sob o nome de república, tem assolado uma província*, já tão próspera e rica, e ocasionando um dispêndio incalculável de sangue e dinheiro ao nosso império (Lisboa, 1969, v. 1, p. 12, grifo nosso).<sup>13</sup>

João Francisco Lisboa dirá e repetirá que, por maior que possa ser sua admiração por ideais republicanos, o “espírito público não se acha entre nós preparado para aceitar uma revolução, de qualquer natureza que seja, e muito menos uma revolução republicana” (1969, v.

<sup>10</sup> Edição de 9 de abril de 1840.

<sup>11</sup> Edição de 1º de janeiro de 1838.

<sup>12</sup> Edição de 16 de janeiro de 1838.

<sup>13</sup> Edição de 5 de janeiro de 1838.

1, p. 16). Nada mais natural, portanto, que qualificasse de “desgraça para o Brasil” um possível sucesso da Sabinada (1837-1838) na Bahia (Lisboa, 1969, v. 1, p. 14).<sup>14</sup>

O posicionamento político de João Lisboa, em linhas gerais próprio de um liberalismo monárquico parlamentarista,<sup>15</sup> teve na Balaiada um grande teste prático, este de bem maior vulto que o teste representado pela Setembrada. E o resultado do teste foi o esperado: o antigo companheiro dos “exaltados” não poderia, de modo algum, tornar-se um companheiro dos “balaios”.

---

<sup>14</sup> Edição de 9 de janeiro de 1838.

<sup>15</sup> Maior tratamento de seu ideário político se encontra no próximo capítulo, na análise do fasc. 4 do *Jornal de Tímon*.

### 3 TÍMON E SEU JORNAL

Quem é Tímon, senão o próprio João Francisco Lisboa? Este assinou indiferentemente textos na imprensa ou com o próprio nome ou com o do *alter ego*. Mas é no *Jornal de Tímon* que João Lisboa assume inteiramente a personagem, que funciona não só como mero adorno do escritor, mas como princípio de construção da obra.

O *Jornal* possui uma feição temporal peculiar. No fasc. 1, faz um sobrevoo pela história universal (tanto quanto se pode considerar universal um relato jocoso restrito à Europa, aos Estados Unidos e à Turquia). Nos fasc. 2-3, recolhe-se ao presente, a tratar das insignificâncias (por isso mesmo significativas) da vida política provincial. A partir do fasc. 5, contudo, Tímon decide centrar atenção ainda no Maranhão, decerto, mas olhando para o passado colonial mais recuado. Dedicase, na verdade, inteiramente ao século XVII, com especial atenção à narrativa da vida do Padre Vieira e, já nos fasc. 11-12, da vida de Manuel Beckman.

À medida que a obra se torna mais precisa do ponto de vista historiográfico, menos Tímon comparece, até desaparecer de vez. E, contudo, nem por isso seus procedimentos estilísticos ficcionais são abandonados; ao contrário, até ganham sofisticação. Compreender o *Jornal de Tímon* implica compreender esse movimento aparentemente paradoxal: à medida que se torna menos jocoso e menos abertamente imaginoso, faz-se mais estruturalmente ficcional em seus artifícios.

#### 3.1 O falso historiador político: fasc. 1

O *Jornal* se iniciará pelo estudo das “Eleições na Antiguidade”. Tímon definirá a história como “essa longa narração de crimes e atrocidades de todo gênero” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 163), e assim logo fica claro o que mais interessará ao narrador, bem como o estilo que adotará. Se o autor escolhe olhar a história universal pelo ângulo da história particular das eleições, como se as praticaram na Antiguidade, na Idade Média e na modernidade europeia e norte-americana, é porque encontra aí as cenas mais burlescas de que precisa para criar um mundo risível, execrável, mesmo deprimente. Para um autor brasileiro de meados do século XIX, quase inteiramente alheio a quaisquer discussões teóricas sobre como se deve praticar a

história, João Lisboa surpreende pela crítica bastante livre às práticas historiográficas do seu tempo e especialmente de sua terra.

Ele não quer, diz referindo-se a gregos e romanos, “escrever uma obra completa acerca das suas instituições e costumes políticos”; quer apenas, isto sim, “dar uma leve tintura do que diz respeito à manifestação da vontade popular no meneio dos públicos negócios” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 139).

Da cerimônia que se segue à eleição de um senador em Esparta, recorda, por exemplo, que “o feliz candidato corria imediatamente ao templo para render graças aos deuses, donde, penso eu, se introduziu o costume de cantar-se o *Te Deum* nas nossas apurações finais” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 143).

Por toda parte observa o triunfo da intriga, da violência, do conchavo – ou, como gosta de dizer, das “cabalas” e do “cacete”. Mesmo na celebrada democracia ateniense terá de notar:

Desta gradual relaxação dos princípios resultou que certas magistraturas, a princípio só conferidas a homens de uma integridade a toda prova, por meio de uma eleição livre e escrupulosa, já depois se outorgavam por via de sorteio; e afinal, desprezada a eleição como a sorte, cada qual manejou a intriga e o dinheiro para alcançar todo e qualquer emprego, e introduzir-se até no próprio Senado (Lisboa, 2012, v. 1, p. 148).

Assim iam deitar longe suas raízes os “nossos degenerados tempos modernos” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 151). Afinal, Ágis, rei de Esparta que propôs uma espécie de reforma agrária e confisco de bens, era, como já citado, “um rei socialista, e mesmo algum tanto comunista”. O algoz que executará Fócion, por sua vez, era “homem de uma pontualidade e exatidão que faria honra a qualquer banqueiro moderno”, e não trabalhava sem pagamento à vista e adiantado. Daí que Fócion, prestes a morrer, tenha precisado se dirigir aos amigos: “*Pois que em Atenas não se pode morrer grátis, rogo-vos que pagueis a este homem as custas que reclama*” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 155-156, grifo do autor).

Mesmo uma refrega entre Tibério Graco e uma facção contrária, em Roma, seria como “duas multidões de adversários rancorosos e exasperados, reunidos em dous locais vizinhos, como, por exemplo, Santana e S. João”, isto é, duas ruas próximas no centro de São Luís do Maranhão (Lisboa, 2012, v. 1, p. 166).

A morte de Tibério é tirada das alturas da nobre história romana e trazida ao chão da pilhéria: “O primeiro que o feriu foi Públio Satureio, um de seus colegas, dando-lhe com uma perna de banco na cabeça” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 168). Bem nesse espírito, dirá Tímon

que uma “nova época” da história romana se abrirá com Catão e Cícero, César e Pompeu, mas “parece que por uma irrisão e acinte do destino, a grandeza das nomeadas contrasta positivamente com a pequenez e miséria dos atos que se vão narrar” (2012, v. 1, p. 171). Isto não é obra de historiador político. É obra de um moralista na tradição de Nicolas Chamfort, autor, parece, desconhecido de João Lisboa.

Roma era, afinal, “a mais vasta agregação de homens que invadiu o universo” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 171), e a todo político ambicioso cabia agradá-la por todos os meios. O cônsul Crasso, por exemplo, “deu um festim ao povo, em que houve dez mil mesas postas, distribuindo depois a cada cidadão (Roma tinha sete milhões de habitantes) trigo para três meses!”. De sua parte, e para não ficar para trás, seu companheiro de consulado Pompeu promoveu, quando da inauguração do teatro ligado ao seu nome, um combate de animais “em que houve passante de quinhentos leões mortos, terminando tudo com o combate dos elefantes, o mais curioso e terrível espetáculo que até então admirara Roma”. Todo o relato é feito para que Tímon arremate com as costumeiras comparações entre um passado supostamente faustoso e o presente inglório: como ao notar, acerca da aliança de Pompeu com César que se juramentou com o oferecimento que este último fez da mão de Júlia, sua filha, àquele primeiro, que logo “se vê que o emprego desta máquina política não tem nada de moderno” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 179). Tímon erode a verossimilhança de sua pretensa narrativa histórica, como se vê, pela constante remissão a fatos modernos, e especificamente brasileiros e maranhenses.

Mesmo a literatura mais prezada da antiguidade é tomada de ponta-cabeça. Ao buscar exemplo da mais elevada oratória romana, recorre a nada menos que a segunda *Filípica* de Cícero, centrada toda ela no ataque a Marco Antônio, ataque do qual Tímon obviamente selecionará as passagens mais picantes. “A propósito, lembraram-me agora aquelas bodas de Hípias em que chupaste tão enorme quantidade de vinho” que, a despeito “desse estômago tão vasto como um odre, te foi forçoso vomitar no dia seguinte em plena assembleia do povo romano!”. É o preâmbulo para o ataque mais baixo à venalidade sexual de Marco Antônio. “Mal recebeste a toga viril, para logo a converteste [...] em saia de mulher, pois que, prostituído ao vulgo, recebias de tuas infâmias, e não pequeno, o preço ajustado”. E ao fim Lisboa traduz livremente o original latino: “mas sobreveio Curião, que arrancando-te ao comércio público, te guardou teu e manteúdo, como se te houvera recebido em matrimônio regular” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 190-191).

A época imperial em nada dignifica Roma aos olhos de Tímon. Por exemplo, Calígula, “inimigo dos nobres e ricos”, era um “imperador *vermelho*”, “muito popular e querido da gentalha, cujos prazeres e vícios grosseiros partilhava”. Seu sucessor traria novas qualidades

ao trono: “Este homem era Cláudio, digno certamente de suceder a Calígula, porque depois do furor e da demência bem era que a imbecilidade tivesse também a sua vez” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 201, grifo do autor).

Um dos mais radicais atos de reescrita histórica de Tímon, ou de ressignificação de textos conhecidos, é o reconto da história do apóstolo Pedro desde o momento em que Jesus Cristo é preso até a eleição daquele como chefe da Igreja Católica. Tímon vê Jesus como chefe de uma facção política que é derrotada por outra, assim se valendo de sua história adulterada para, mais uma vez, fazer rir de costumes contemporâneos. “Todo o fiel católico, senão mesmo todo o infiel”, inicia Tímon,

sabe que indo Jesus Cristo à testa de um grupo, composto dos apóstolos e mais discípulos, por uma via estreita (os evangelhos não o dizem, mas figura-se-me que seria como o beco de São João), eis senão quando topou-se face a face com o grupo governista, cujas cabeças, já fatigados de tantas e tão intermináveis discussões, tinham assentado pôr termo à contenda, por um meio pronto e decisivo. [...] Entre os oposicionistas porém havia um sujeito exaltado e resoluto, de nome Simão Pedro, pescador de profissão (posto que não matriculado), o qual furioso com semelhante violação da segurança individual, e da liberdade do voto e da palavra, arrancou da espada, arremeteu aos contrários, e dum golpe cortou uma orelha a Malco, acérrimo espoleta da facção dominante (Lisboa, 2012, v. 1, p. 209-210).

Repare-se na remissão à geografia de São Luís (“beco de São João”) e na inserção do episódio evangélico em um contexto deliberadamente estranho e risível (“grupo governista”, “liberdade de voto”, “facção dominante”). Pedro, que se escapa e passa a negar ser um dos discípulos de Jesus, é pintado como um político que busca afastar-se de antigas alianças depois que estas encontram mau termo. “Quem tiver perdido eleições e andar por essas ruas, infestadas de caceteiros, em busca de um asilo em que esconda o despeito e vergonha”, comenta Tímon, “e encontre alguns momentos de repouso em que possa tomar os primeiros apontamentos para a ata falsa, esse tal poderá compreender os embaraços e angústias de Simão Pedro” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 210). A pequena parábola política se desenrola com Pedro a buscar recolocar-se em posição melhor. Assim, “Endireitou para os próprios acusadores, apertou-lhes a mão, e perguntou sorrindo que novidades havia?”. Ao ouvir que seria ele o melhor informado, afirmou “que jamais pertencera ao grupo dos perturbadores; que é bem verdade que tinha amizade com alguns dos chefes, mas puramente particular, e sem participar das suas opiniões políticas e religiosas”; pedia “que o deixassem viver sossegado com suas redes e canoas, pois nunca fora homem que costumasse andar metido em barulhos”; e, por fim, pedia que deixassem de lhe fazer aqueles gracejos, “pois podia chegar isso aos ouvidos do governo (era então presidente da

província o Exm<sup>o</sup> Pôncio Pilatos), e ele queria evitar comprometimentos” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 211).

O chiste se estenderá a outros papas, como Sisto V, que “foi guardador de porcos na sua mocidade; ignoro se desse primeiro ofício lhe coligiram a aptidão para o segundo de pastor do rebanho católico”, sendo porém certo que “foi um dos príncipes que mais enobreceram e honraram” o trono pontifical (Lisboa, 2012, v. 1, p. 218).

O fascículo se encaminhará para o fim com reparos sobre como na Inglaterra se faz “ferver o soco nacional”, em época de eleições, e como lá “esguicha o sangue de centenaes de cabeças quebradas, e de ventas esmurradas” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 227). Na Turquia Tímon parte para a galhofa mais licenciosa. Por que se espanta o leitor com a menção às terras do grão-turco, “se o sistema representativo faz progressos espantosos, e vai cada dia ganhando um terreno imenso”? (Lisboa, 2012, v. 1, p. 243). Só que lá não se elege um governante: é o governante que escolhe, de seu harém, a candidata do seu agrado no momento...

O “Epílogo” deste primeiro fascículo traz uma justificativa do autor: por que se deu ao trabalho de fazer um arremedo de história universal das eleições, diante da qual, por sinal, não fariam assim tão má figura os desmandos maranhenses e brasileiros? “Que quererá de nós este Tímon?” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 245). Esclarece então que, dos gregos antigos à moderna América inglesa, os povos sobre os quais discorreu tinham valia por outros aspectos não abordados e, por muitos méritos, poderiam justamente ser tomados como exemplos de civilização. E então impreca: “E vós, ó atenienses, queria dizer, ó maranhenses! que é o que ofereceis para compensar e resgatar a humilhação das vossas misérias políticas e eleitorais?” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 249)? Como vinha de fazer comparações, “permiti que vos aponte alguns exemplos”, pede Tímon aos concidadãos de “Atenas brasileira”, “por onde vejais o paradeiro a que caminham, ou antes a que se transviam os que como vós só revelam a atividade nas ambages e fantasmagorias de uma vida pretendida política” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 249). Pede licença para prescindir de exemplos fáceis, como a ditadura Rosas na Argentina, e ir buscar socorro no México.

O que faz Tímon é uma alegoria: fala do México, mas fala do Brasil. É um “país rico e produtivo, muito mais favorecido pela natureza que os Estados Unidos”. Seu solo “é o mais fecundo” do mundo e suas minas são “riquíssimas”. Mas logo os espanhóis e em seguida os mexicanos independentes “converteram todos estes dons da Providência na mais asquerosa e repulsiva miséria”. Há cidades suas onde habita “uma gentilha ociosa, vestida de andrajos, cheia de vícios, hedionda e asquerosa no físico e no moral” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 250). Os que compõem a classe superior são “homens baldos de instrução, ou pelo menos de conhecimentos

positivos, mas cheios de presunção, enfatuados do seu grande mérito”, além de “dados à madraçaria, ao jogo e às intrigas”. Para eles

só existe uma carreira aberta, a dos empregos públicos, única que pode satisfazer ao mesmo tempo a sua vaidade, preguiça e avidez. Vivem retalhados em facções, e pleiteiam com as armas na mão o poder e o salário, sem compaixão da pátria, que cada vez mais se afunda no abismo das revoluções, com quebra e estrago manifesto da fortuna pública e privada. [...] Criaram-se empregos públicos, em número espantoso, inúteis sim, mas larga e magnificamente retribuídos; para passarem praça de republicanos, aboliram os títulos e distinções nobiliárias, que aliás não custavam um real ao tesouro público, mas em desconto deixaram a cada um a faculdade de fazer-se, a seu talante, capitão, major, coronel e general; e como todos estes postos têm grossos vencimentos, já todos podem ficar entendendo que o seu número é mais crescido que o dos soldados (Lisboa, 2012, v. 1, p. 251).

Nessa classe domina “os estudos de jurisprudência”, de modo que “a chicana, os doutores e os magistrados são os que governam”. Mas, prossegue Tímon com sua invectiva, “essas mesmas escolas não creiais que seja o amor da instrução e da ciência que as povoa e sustenta; é o *aspirantismo*, hidra multiforme, e de mil cabeças”. Pior, “só se estuda quanto baste para alcançar um diploma, e o emprego e posição que é consequência dele” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 253, grifo do autor). Pintado esse retrato, Tímon deixa aos maranhenses “meditar sobre a história do povo que também vozeia como vós há tantos anos as palavras sagradas e profanadas – de independência, liberdade e patriotismo!” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 254).

Com esse fecho, fica evidente o caráter de todo este fasc. 1: o que culmina afinal numa alegoria é, desde o princípio, uma fabulação de moralista que não quer fazer história, não quer esclarecer os sistemas políticos e eleitorais, mas apontar de maneira repetitiva – e até maniqueísta – a baixeza humana normal e rotineira em todas as épocas, pelo menos no que diz respeito à cobiça quando avizinhada dos negócios públicos. O falso historiador político não precisa mais dissimular fazer história. Parte agora diretamente para a arte do retrato, ou melhor, da caricatura, a que se dedicará nos fascículos imediatamente seguintes.

### **3.2. O ficcionista reticente: fasc. 2-3**

João Francisco Lisboa se revela, em “Partidos e Eleições no Maranhão” (conteúdo dos fasc. 2-3), um romancista disfarçado de crítico de costumes. Perceba-se a gradação: quem

primeiro se investira do papel de historiador político logo o abandona para assumir o de crítico de costumes, agora de forma mais aberta, quando antes já o era de maneira velada; mas, ainda aqui, não se revela de todo: o crítico exerce sua crítica por meio de artes da ficção, as quais, em cenas como a de Simão Pedro, já haviam apontado timidamente.

### 3.2.1 O conto de Anastácio Pedro

“Corria o ano de 184..., e esta heroica província gozava então da honra talvez pouco apreciada de ser presidida pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Anastácio Pedro de Moura e Albuquerque” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 255).

É assim que Tímon, de saída, chama o leitor a acompanhar uma narrativa que terá lá sua parcela de veracidade histórica,<sup>16</sup> a qual contudo não é enfatizada senão como artifício. As expectativas de realismo são logo desarmadas pela adjetivação pitoresca (“heroica província”), uma das marcas estilísticas do narrador, em especial nas páginas de “Eleições na Antiguidade” (fasc. 1) e mais ainda neste “Partidos e Eleições no Maranhão” (fasc. 2-3); pela hipérbole que faz divisa ao inverossímil (“honra talvez pouco apreciada”); e pelos formalismos que, tão logo enunciados, revelam seu ridículo (“Excelentíssimo Senhor Doutor”).

De todo modo, e para a maior confusão de estilos e quebra de expectativas tão ao seu gosto, Tímon busca dar ares de perfeita realidade ao que narra, e por isso menciona alguma testemunha “de quem colhi estas informações” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 261). Diz ainda que “Tímon tem presenciado algumas destas cenas” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 263). Menciona as “notas que tenho à vista ao escrever estas memórias” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 267). E de outras notícias diz que “Tímon assentou de as consignar aqui, ajudado das informações dos contemporâneos, pois ele nesse tempo andava ausente, e viajando pela Europa”<sup>17</sup> (Lisboa, 2012, v. 1, p. 273, grifo nosso).

Esses subterfúgios que hoje poderíamos chamar de borgianos, em sua fusão de artifício realista e narrativa ficcional, irão inserir o destino do governo Anastácio Pedro num crescendo dramático: primeiro a tensão que o acompanha ao ser destituído da presidência da

<sup>16</sup> Cf. o subcapítulo 4.3, “Passagem do ficcional ao historiográfico: o sentido da sátira”.

<sup>17</sup> Se não for simples expediente narrativo, ou referência irônica a alguma outra viagem de tiro mais curto (talvez até o interior da província), isto indicaria que João Lisboa teria conhecido a Europa antes de assumir a missão de reunir em Portugal documentos relativos à história do Brasil (cf. adiante a seção 3.5.1, “Excurso: João Francisco Lisboa em Portugal”). Teria ido até lá para doutorar-se em Direito? Nesse caso, seria preciso explicar por que seu biógrafo, Antônio Henrique Leal, não menciona em parte alguma essa informação, logo ele, que era tão propenso a engrandecer seus biografados com menções a títulos, cargos e prebendas.

província; depois, as providências de situacionistas e opositores diante do novo quadro político; por fim, a posse do novo presidente e a despedida do anterior.

Mais ainda, todo este capítulo se comprime entre a chegada e a partida do vapor: ora a embarcação vem trazendo o novo presidente, Bernardo Bonifácio Montalvão de Mascarenhas, ora vai-se embora levando Anastácio Pedro. Toda a ação se dá segundo essa armação, que estabelece tanto a dilação do tempo (três dias, tempo das últimas providências do ex-presidente e do retorno da embarcação, que ia até Belém) quanto o arco dramático das intrigas. Trata-se de um conto. E qual o seu teor?

Aproxima-se a época de eleição e todo o pensamento de Anastácio Pedro está em seu futuro político. Temia ser aliado do governo, temia não ser escolhido candidato à Assembleia Geral. Ele “despertava em sobressalto, e banhada a fronte em gélido suor, ao ruído de um pretendido tiro de canhão, mensageiro importuno que lhe anunciava a chegada de um imaginário vapor” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 268), o qual traria seu substituto. Tímon pinta o que seria um quadro comum:

Só quem observar de perto um presidente candidato no meio destas obsessões e das intrigas que para a sua queda se agitam na corte e na província, ao aproximar-se a terrível quadra eleitoral, poderá compreender a intensidade da longa agonia que o vexa e extenua, até ser coroada pela morte e demissão, ou por um triunfo renhidamente disputado, miserável compensação dos amargos dissabores curtidos, e das cruéis injúrias devoradas (Lisboa, 2012, v. 1, p. 258).

Estava Anastácio Pedro nesse estado, e por isso “escrevia ao seu ministro predileto, narrando-lhe os serviços que estava prestando, os trabalhos por que passava, as injúrias e calúnias de que era alvo”; e foi justamente nesse momento que “soou repentinamente o tiro de S. Marcos” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 259).<sup>18</sup> Alguém exclama: “Bandeira imperial no tope grande!”. Ele corre à janela do palácio, tendo tomado os óculos de alguém ali próximo, com os quais avista “o negro Leviatã que vinha rasgando as ondas com tanta sobrançeria e velocidade”. Ficou sem reação, ao passo que seus apaniguados tentavam minorar os males com expectativas falsas: “*Há de ser o bispo – dizia um. Ou então presidente do Pará – acudia outro*” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 260, grifo do autor).

O vapor, como já dito, é que move este conto, o que fica ainda mais nítido pela seguinte passagem:

---

<sup>18</sup> Forte de São Marcos, na orla de São Luís, onde havia canhões instalados.

o vapor, o infernal vapor, impassível como uma máquina de ferro e madeira que era, sem fazer conta de cousa alguma, avançava com incrível e quase acintosa rapidez, pois desta feita dobrou a Ponta da Areia em pouco mais de meia hora depois do sinal (Lisboa, 2012, v. 1, p. 261).

Ao porto ocorre uma multidão de curiosos, monta-se a recepção de honra, muito deficientemente, com “um casco de batalhão de linha, quatro pelotões de polícia, e a companhia da guarda destacada, pouco material, é certo, no porte e no uniforme desbotado, *mas animada sem dúvida do melhor espírito*” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 262, grifo do autor). O patético da cena se completará com a desfaçatez de Anastácio Pedro, o qual recebe seu substituto Montalvão como se fosse coisa natural e bem-vinda, “mostrando nos desembaraçados ademanes, na segurança do porte, e no sorriso que lhe enfeitava o semblante, a perfeita serenidade da sua alma e o pouco caso que fazia do sucesso” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 263).

Levemente contrariado mas oprimido de tanta gentileza, o novo presidente consente em aguardar três dias para ser empossado, o que será tempo suficiente para que se fizesse “aquilo a que a opinião maliciosa e desvairada tem chamado *testamentos políticos*” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 266, grifo do autor). Em que consistem? Simples: licenças para empregados amigos de Anastácio Pedro, nomeações e demissões, graduação de patentes e aumento de soldos, aluguel de imóveis de partidários, e assim por diante, segundo a toada usual da tradição patrimonialista brasileira. Týmon deixa a cargo do leitor imaginar:

O que mais disseram e fizeram naquela ocasião, deixa Týmon à perspicácia, e sobretudo à grande experiência do benigno leitor, amestrado sem dúvida em todos estes meneios da política provincial, para que o imagine e aprecie como lhe parecer; *pois a sua atenção já está sendo solicitada pelo que se passou no clube ou chá da oposição*, em casa do major Olivério, logo ao anoitecer do dia do desembarque (Lisboa, 2012, v. 1, p. 269, grifo nosso).

A parte destacada é um giro folhetinesco da narrativa, bem comum em periódicos da época, pelo qual se deixava em suspenso um núcleo ficcional e se passava a focar outro. Lá, no tal “clube”, reuniram-se personagens que voltarão a aparecer, major Olivério, coronel Pantaleão e os doutores Bávio e Mévio, naturais inimigos dos aliados do governo que se findara, como o Dr. Afrânio e o coronel Santiago. Suas expressões são a mais rasteira ilustração da política de “cabala”: “Os patifes não contavam com esta pela proa”; “O Afrânio comeu-se de raiva por ver o novo presidente conversar comigo com tanta atenção na sala grande”; “Ninguém falte à posse do homem”; “O doutor deve o quanto antes fazer um artigo bem feito elogiando o homem, e prevenindo-o dos manejos da facção, logo que chega um presidente novo. Cante-lhe a ladainha bonito e asseado” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 270-271).

A caracterização de Montalvão é rápida, mas toda interessante. Alto, magro e zorlo, os “dentes só brilhavam pela sua ausência”. Tinha na perna direita uma antiga chaga, nunca cicatrizada, “o seu médico assistente me informou”, diz Tímon. Era motivo de muitas dores. “Durante esses ataques [...] é que choviam com mais profusão as demissões, as ordens para recrutamento, e todas essas medidas violentas que mais tarde tamanha nomeada deram à sua administração” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 274).

Os grupos políticos logo se perfilariam, cada um em seu jornal, para buscar a simpatia de Montalvão. Tímon dispõe em colunas paralelas dois artigos. Um é da “Trombeta”, órgão dos “muruçocas” (depois Tímon comentará essas designações), opositores do ex-presidente Anastácio Pedro; e o outro artigo é do “Postilhão”, órgão dos “cangambás”, partidários do ex-presidente. O procedimento se repetirá ainda duas vezes ao longo de “Partidos e Eleições no Maranhão” e constitui o ataque de Tímon mais frontal, literariamente criativo, ao publicismo político da época. Pois não se trata de mero protesto contra a venalidade ou parcialidade de jornalistas, mas de apropriação, emulação e ridicularização de sua escrita. Pois, comenta Tímon, “extratando os jornais do tempo, conservo fielmente não só as ideias, *senão o estilo e a frase*” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 279, grifo nosso).

A “Trombeta” pintará uma província que vivia “debaixo do jugo mais pesado e aviltante” e que assim exultou com a “alegre nova”, isto é, a chegada de um novo presidente. Ao contrário, “o déspota e seus infames conselheiros, pilhados por assim dizer com a boca na botija [...], ficaram cobertos de confusão e raiva, vendo-se despojados do mando”. Já o “Postilhão” dirá que não foi nada disso. Na verdade, “o Sr. [Anastácio Pedro de] Moura e Albuquerque há meses instava por sua demissão, desgostoso com a infame guerra que lhe faziam os díscolos da oposição” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 276).

Se “Trombeta” afirma que “Foi possuído da maior indignação que o público [...] soube que o Sr. Anastácio Pedro durante os três dias que adrede demorou a posse tomou muitas e importantes medidas”, para dispor do erários público “a favor dos afilhados da facção”, por outro lado o “Postilhão” informa que todas as medidas foram comunicadas ao novo presidente e, aliás, não eram mais que “complemento de sua administração”. Tudo seguirá o bom caminho e Montalvão “nada alterará na marcha administrativa de seu digno antecessor” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 276-277). Caído Anastácio Pedro, que não favorecia o grupo da “Trombeta”, este logo remata o artigo cavando uma oportunidade: oferece a Montalvão “o apoio de nossa débil pena para a sustentação de seus atos, pois convencidos estamos que eles serão ditados pelo amor da justiça, e a bem da prosperidade desta bela província” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 278-279).

A adjetivação desbragada, a retórica pseudopatriótica e os protestos de civilidade não empanariam o fato, crê Tímon, de que “a política provincial, por mais que a envernizem, trajem e enfeitem à feição da política da corte, ou do estrangeiro, é afetada, mesquinha, insignificante e até ridícula” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 280).

Que seja. Mas que é de Anastácio Pedro?

O Sr. Anastácio Pedro corria toda a cidade a pé, a cavalo, ou em carros emprestados, a despedir-se de seus numerosos amigos, políticos e particulares, e de todos recebia as demonstrações menos equívocas de afeto que sempre lhes merecera, do seu vivo reconhecimento pelos benefícios liberalizados, e finalmente das saudades que ficavam a ralar-lhes os corações. E na efusão de todos estes suaves posto que dolorosos sentimentos, é bem de crer se trocassem muitas promessas e palavras consoladoras acerca da candidatura de S. Exa., que nada menos deixava entrever certos pressentimentos pouco lisonjeiros à fidelidade política dos maranhenses, já na tenacidade com que insistia em semelhante assunto, já no ar de abatimento com que às vezes o tratava (Lisboa, 2012, v. 1, p. 282-283).

Do mesmo modo como foi pego desprevenido em suas ocupações, quando da chegada do vapor, assim também é pego novamente quando do retorno do vapor, com o qual “o cruel apartamento tornou-se inevitável”. Ao subir nele, “dizem que no momento supremo lançara um derradeiro olhar, baço e vidrado pelo susto da fraudada candidatura, *como um pecador não absolvido que partisse para o outro mundo*” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 283-284, grifo nosso).

Acaba-se aí o capítulo 1 de “Partidos e Eleições no Maranhão”, acaba-se o conto de Anastácio Pedro, que só fará ainda uma rápida aparição. Tímon quer agora tratar de alguns hábitos políticos da província e traçar os perfis de outras figuras.

### 3.2.2 Um solilóquio e um diálogo exemplares

A primeira providência do novo presidente Bernardo Bonifácio Montalvão de Mascarenhas é conhecer melhor os seus domínios: isto é, o “palácio” do governo. Tímon monta a cena, dispõe o personagem e começa a imaginar o que teria passado pela cabeça dele, mas com total realismo – é, pelo menos, o que garante. Por isso chega a insistir comicamente na veracidade do relato, como quando assinala em nota de rodapé uma única palavra, “Histórico”, para assim comunicar ser mesmo factual que Mascarenha teria encontrado três detentos (“três galés”) varrendo o paço do palácio por falta de escravos ou legítimos empregados para tanto

(Lisboa, 2012, v. 1, p. 287). Aquilo logo lhe dá bem mais o que pensar, e o que questionar acerca das reais riquezas de seu novo reino.

E segue ele em seu passeio, “medindo a passos largos o grande salão”, sim, que grande o era, mas – triste pensa – “nem por isso a residência presidencial do Maranhão é lá tamanha cousa como eu supunha, quando ouvia falar em palácio, e o avaliava pela importância da província” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 288-289). Encontrou o que não era mais que um “velho casarão desguarnecido de móveis, pouco asseado, pouco resguardado”, o que leva o presidente a deduzir que “qualquer particular medianamente abastado tem habitação muito mais cômoda e decente que a primeira autoridade da província” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 289). Pensa que lhe falta um carro, pensa no dinheiro que recebera para a mudança e que se fora todo no pagamento de dívidas; pensa que “não haverá remédio senão utilizar-me do oferecimento do comendador Saraiva”; na verdade, “Se o tenente-coronel Fagundes, amigo que me caiu do céu, não tivesse tanto a ponto, e tão generosamente, provido todos os arranjos necessários, sem eu saber o como, estava o Sr. presidente da Província muito bonito!” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 290).

Decididamente, reflete, as coisas já não eram como no tempo dos capitães-generais: naquela época, “Que poder absoluto! que respeito, ou antes que terror universal! Quem se atreveria a boquejar neles a não ser muito em segredo?”. Mas logo pensa no que poderia compensar seu destino miserável: um bom casamento... pois “Certamente que não sou o primeiro a quem isto lembra” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 290). Assim como não era ele o primeiro a achar que, pelo menos no que diz respeito aos partidos políticos, a coisa não lhe ia mal, já que “todos eles pelo órgão de seus dignos chefes me têm cá vindo protestar e oferecer a sua adesão, lealdade e serviços”. Se bem que, confessa a si próprio, “Não tenho gostado disto, se não é que já me vou enjoando de tanta maçada e bajulação. Pobre gente! não podem com uma gata pelo rabo”, palavras que o narrador comenta entre parênteses: “(Tímon adverte ao leitor que S. Ex<sup>a</sup> falava com os seus botões, com os quais lhe era permitido usar desta linguagem mais que familiar)” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 291).

A fim de fazer ver como típica a conduta do novo presidente, Tímon-Lisboa comenta (atenção para o corte caracteristicamente folhetinesco com o sintagma “quando foi interrompido...”, a fim de assim fazer a transição da ação):

Não ousa Tímon asseverar que todos os excelentíssimos presidentes por quem temos tido a honra de ser governados fizessem solilóquios semelhantes a este; mas o que não padece a menor dúvida é que o senhor doutor Bernardo Bonifácio Montalvão de Mascarenhas passeava, pensava, ruminava ou murmurava pela maneira que fica exposta, *quando foi interrompido pela*

*chegada do tenente-coronel Fagundes* (Lisboa, 2012, v. 1, p. 291, grifo nosso).

Este Fagundes vinha “almoçar com S. Ex.<sup>a</sup> dos mesmos bolos e pães de ló que de casa havia pouco lhe mandara de mimo” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 291). Necessariamente, conforme impunha a trama criada por Tímon com o romance de Anastácio Pedro, novos arranjos políticos teriam de ser feitos para que a antiga oposição se tornasse situação e a nova oposição se compusesse daqueles que não conseguissem ser situação. O pão de ló e mais favores abririam caminho para a nova cena, que se inicia pelo desenrolar de um diálogo exemplar.

Mascarenhas pede ao novo amigo, uma dessas pessoas “estranhas a todos os partidos, prontas e oferecidas a servir o homem do poder” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 291), que lhe viabilize a compra de “dous cavalos bons e baratos”, ao que o interlocutor responde – coincidência grande! – que vinha justamente para “pedir a V. Ex.<sup>a</sup> me permitisse licença de ofertar-lhe uma bela parelha que ontem me chegou da fazenda”. O presidente se faz de rogado, mas termina por aceitar, para logo se queixar do estado em que a presidência anterior deixara estábulos e cavalaria, tudo em desamparo. Para isso Fagundes também tem solução: “se eu fosse o Sr. presidente não estava a incomodar-me com semelhantes cuidados e arranjos, quando o tenente Cadaval tem tráfico de sustentar e tratar cavalos”. Chamado, tampouco Cadaval aceitar receber pelos seus serviços (Lisboa, 2012, v. 1, p. 294). O comentário de Tímon, páginas adiante, arremata a cena com o tom de didatismo e moralismo que lhe é próprio:

Que um presidente se faça freguês do chá e pão-de-ló, tome emprestado o cabriolé do rico e potentado, e aceite mesmo o bucéfalo com que um ou outro dos seus apaixonados o presenteia, ainda lho tolero e desculpo; mas que aceite não somente o mimo dos cavalos, senão também o dos escravos que lhos pensem e boleiem, como sei de um; e se constitua formalmente aquilo a que se usa chamar *papa-jantares*, como também sei de outro, isso é cousa que não podem sofrer nem homem, nem deuses, nem colunas.

*Non homines, non dii, non concessere columnae.*

Em vez de presidentes tais, melhor fora que S. M., como Carlos XII, mandasse uma de suas botas a governar-nos (Lisboa, 2012, v. 1, p. 297, grifo nosso).

Curioso é que o verso citado da *Arte Poética* de Horácio se refere aos poetas que prezam a mediocridade, a qual seria tolerável em todos os mais setores da vida, mas que na poesia nem os homens, nem os deuses, nem as colunas tolerariam. Tímon transpõe para a vida política aquilo que em Horácio é condenado na esfera exclusiva da poesia.

Se Tímon por um lado afirma textualmente que determinados elementos de sua narrativa são factuais, mas por outro diz abertamente que apenas imagina o que teria se passado

no discurso interior de um personagem, e logo em seguida se põe a imaginar um diálogo que seria típico da administração pública, é porque seu compromisso é com a construção de tipos, o que se manifesta sobretudo na descrição que faz de algumas celebridades de província.

### 3.2.3 Vultos da província

Estabelecido o cenário da intriga, ou das intrigas, Tímon precisa mobilizar mais personagens. Retoma nomes já citados, anuncia outros, mas a todos pinta com mão forte e com espírito de reprovação. Sua prosa só não descai para o monotemático em razão do variado dos ridículos, das esquisitices e peculiaridades que atribui a cada um dos tipos torpes que apresenta. O moralismo precisa ser temperado com alguma graça, precisa ser recalibrado com algo de inesperado.

O primeiro grande retratado – na verdade, o principal retratado em toda a extensão de “Partidos e Eleições no Maranhão”, ao lado do ex-presidente Anastácio Pedro – é o Doutor Afrânio, “um dos chefes mais consideráveis do partido *cangambá!*”. Quando moço, o pai o havia mandado cursar Direito em Olinda, se bem que não “houvesse brilhado muito no estudo das disciplinas que se professam no liceu provinciano”, motivo pelo qual acabou ficando algum tempo pela Bahia, “convidado pela fama de indulgência e caridade com que na academia de medicina daquela província se costumava proceder aos exames preparatórios”. Afinal, havia partido de São Luís “sabendo muito pouco do francês, quase nada do latim, e ainda menos de lógica e retórica”; mas mesmo assim “em cousa de dous meses” conseguiu a aprovação nos exames preambulares, o que lhe facultou os títulos mínimos com que ingressar “na imortal academia de ciência jurídicas e sociais” de Olinda, onde se formavam “mancebos de mérito, é certo”, mas também “verdadeiros doutores à mexicana” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 310-311).

Seu projeto, daí em diante, não poderia ser outro senão “obter o diploma de bacharel com o menor estudo, e com a maior despesa possível”, pois “fez ele quanto esteve em si para suavizar os sabores deste tempo de provação e desterro, passando-o nos bailes e teatros, ou a cavalgar ginetes, e guiar carros, fiados a crédito, emprestados ou alugados”. Com isso se pôs a cumprir “a magnífica aspiração do bom Lafontaine que desejava passar a metade do tempo a dormir e a outra metade a fazer cousa nenhuma” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 311-312).

Não escrevendo fábulas como o francês, encontrou meios agressivos de gastar o dinheiro da família: seus muitos adornos “fundiram durante estes gloriosos cinco anos passante de doze contos de réis, e ainda aqui não compreendo o que por lá ficou em dívidas”. Mais: “Não

falo também dos livros, porque felizmente o doutor Afrânio não tinha a mania deles, e nunca com eles gastou dinheiro” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 312).

Esse “futuro deputado e presidente” era todavia muito aguardado pela família. Mas esta não poderia imaginar que o filho retornaria acompanhado: “salta o nosso doutor, e salta com ele uma senhorita de nariz arrebitado, de cor suspeita, e de um porte e maneiras que denunciavam uma educação equívoca. Era a digna esposa”. Viu então o pai assim “desvanecido o seu brilhante projeto de casamento rico”, escapando-lhe o meio de quitar as muitas dívidas adquiridas. À pobreza se somariam as intrigas familiares, agravadas pela “índole desabrida e insuportável da petulante pernambucana” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 313).

Descobre Doutor Afrânio o que é não ter sempre dinheiro à mão. Vai morar num sobradinho. Sem clientes em seu escritório de advocacia, consegue cavar um cargo de juiz municipal, mas isso era pouco remédio, já que a posição lhe rendia “apenas o terço da sua renda ordinária de estudante, e mal poderia bastar para o verniz das suas botas”; ora, como então haveria de “satisfazer aos numerosos encargos de uma casa de família, aos seus gastos dispendiosos, e aos caprichos sem conta da sua cara-metade?” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 314).

Não havia saída: teve então de aferrar-se “à política como à sua derradeira tábua de salvação”, pois, “posto que inimigo do trabalho recolhido e solitário que requeria o estudo da sua profissão, era dotado daquela atividade inquieta e vaga que constitui uma das primeiras qualidades dos que se dão ao mister da política” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 315). Referia-se Tímon ao que chama de “algaravia banal”, aquela que se adquire pela “prática do mundo” e “leitura dos jornais”, elementos formativos que permitiram a Afrânio logo estender seu raio de ação e falatório à província inteira e tornar-se redator-chefe do *Postilhão*. Sua tribuna é logo posta a trabalhar pelos interesses daqueles que o favoreciam. Quase não dava expediente; e, quando ia, chegava atrasado e com pressa de ir embora. “Não se pode dizer que vendia as suas sentenças, mas transigia à conta das eleições” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 316).

No retrato de Doutor Afrânio, manifesta-se principalmente a aversão de Tímon à cultura do bacharelismo, ainda mais quando visto pelo o viés de mero condutor ao funcionalismo público. Suas palavras mais claras e incisivas a respeito virão no capítulo oitavo:

Os pais de família, [...] sem consultarem nem as suas posses, nem a capacidade dos filhos, lá os vão mandando para as academias jurídicas de Olinda e São Paulo, e para as de medicina da Bahia e da Corte. Vós credes que ali se formam médicos e juristas; não o contesto até certo ponto; mas a verdade é que sobretudo e principalmente formam-se, graduam-se, e doutoram-se homens políticos, quero dizer, deputados, presidentes, ministros e senadores,

continuando na juventude, na idade madura e na velhice, os sonhos e fantasias da primeira infância e puerícia (Lisboa, 2012, v. 1, p. 434).

Mesmo que João Francisco Lisboa tenha conseguido na Europa tirar alguma carta que no Brasil equivalesse à de bacharel em Direito, fato é que sempre foi autodidata; à época em que escreveu essas palavras provavelmente não tivera outro ensino superior senão o que havia encontrado nos livros que lhe caíam à mão. É clara, aí, a animosidade do escritor de talento para com a mediocridade galardoada, diante da qual talvez mesmo se lembrasse: *Non homines, non dii, non concessere columnae*. É um sentimento que em nada deixa a dever ao de Lima Barreto perante Coelho Netto,<sup>19</sup> ou, guardadas as devidas proporções (pois não se há de falar de mediocridade aqui), ao de Marques Rebelo perante Gilberto Freyre.<sup>20</sup> A pena viabiliza a vingança que a vida não permitiu.

Tímon prossegue com outros retratos de figuras menores, todos pela mesma toada, tanto que logo diz, acerca do Doutor Bávio, redator-chefe da *Trombeta* e “luzeiro do partido *muçoca*”, que “Havia numerosos pontos de contato e semelhança no caráter, vida e feitos destes dous ilustres adversários”. Apesar de algumas diferenças, Bávio era, como o outro, um “sábio de pergaminho” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 318-319). E de igual modo falará de Doutor Bartolo e Doutor Azambuja, de Coronel Santiago e Coronel Pantaleão, ou ainda do Comendador Saraiva.

Está agora povoado de personagens o cenário antes construído em torno da província e seu governo. Tímon agora passará às cenas mais dramáticas.

### 3.2.4 Partidos e eleições

Os nomes dos partidos são muitos, e a tal ponto que “As aves do céu, os peixes do mar, os bichos do mato, as mais imundas alimárias e sevandijas já não podem dar nomes que bastem para designá-los, a eles e seus periódicos”, quais sejam esses periódicos, “os cangambás, jaburus, bacuraus, muçocas, papistas, sururus, guaribas e catingueiros”, partidários das mais disparatadas posições políticas, como as de conservador, centralizador, nacional, antilusitano, “provincialista”, ordeiro, desorganizador, “camarilha”, “grupo Santiago” e “grupo Pantaleão”, e até mesmo “a cabilda e o pugilo” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 303-304).

<sup>19</sup> Veja-se o retrato feito do autor de *Turbilhão* sob o nome de Veiga Filho em *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (Barreto, 2010, p. 189-193, 276-277).

<sup>20</sup> Freyre é o “famoso sociólogo” que, vaidoso e agradado por todos, volta e meia é referido em *A guerra está em nós* (Rebelo, 2009).

Tão rápido quanto organizam-se e desorganizam-se, nomeiam-se e renomeiam-se os partidos, surgem seus veículos de imprensa: “Quando menos se espera, em uma bela manhã, ou antes numa bela tarde, começa a distribuir-se um periódico em duas ou três colunas, ou mesmo em um quarto de papel” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 305). No cabeçalho, lá vêm nomes como *O Curica*, *O Jararaca*, *A Lanterna*, *O Farol*, o que para o leitor da época era referência suficiente, por exemplo, ao jornal *O Bem-te-vi*, de Estêvão Rafael de Carvalho, ou *O Farol Maranhense*, de José Cândido de Moraes e Silva, o que acaba por ser – recorde-se outro passo do segundo capítulo – uma autorreferência irônica de João Francisco Lisboa, já que fora ele quem dera continuidade àquela página após o assassinato de seu fundador.

No pequeno mas agitado cenário da política provincial, são muitos os dramas partidários, sobretudo quando da mudança de governo. São incontáveis as “cisões, ligas, fusões, dissoluções eleitorais” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 307). Por exemplo:

Os *bacuraus*, poucos mas ilustrados, segundo eles próprios diziam, se destacaram dos *cangambás*, e fizeram causa comum com os *muruçocas*, com quem pouco antes tinham andado em guerra acesa, e os *jaburus*, que de há muito não davam sinais de vida, a ponto de ser matéria controversa se eles existiam ou não, fizeram por aqueles tempos ato de ressurreição, e arrebanharam partidistas, novos pela maior parte, ou conhecidos por haverem figurado sob diversos nomes e bandeiras, e que então asseveravam haver sido sempre bons e fiéis *jaburus*, do verdadeiro e puro *jaburu* que circulava nas veias de S. Exas. os senhores ministros de estado (Lisboa, 2012, v. 1, p. 307).

Tímon, se é cruel com os maiores vultos da província, não o é menos com os menores. O ridículo a que submete seus colegas de jornalismo, redação e Direito corre parelho ao ridículo a que submete a “patuleia” em dia de eleição:

Não há espetáculo mais exótico e extravagante do que um pescador da praia de Santo Antônio ou da Madre de Deus, um caboclo da Maioba ou Vinhais [todos bairros de São Luís até hoje], que toda a sua vida andou descalço, quase nu, ou apenas de calça e camisa, a pavonear-se pela cidade, de jaqueta, gravata, chapéus, butes de duraque, e o inevitável cacete na mão, todo embaraçado e maljeitoso sob o peso incômodo da sua libre, lustrosa e garrida os primeiros dias, mas desbotada, suja e rota por fim, se a forçada liberalidade dos patronos a não renova (Lisboa, 2012, v. 1, p. 351, grifo nosso).

O retrato que Tímon faz do povo humilde é menos carregado de preconceito que de nostalgia. Pois “Tempos houve em que os homens de cor, os pobres, os operários, os patuleias enfim, acudiam às eleições tão possuídos de entusiasmo como de desinteresse, senão mais ilustrados”. Depois de lançarem seus votos às urnas, não custavam mais que um ou dois dias,

“quando muito”, para tornar às suas ocupações comuns, “sem imaginar que o simples exercício de um direito se pudesse converter em um ofício ou benefício rendoso”. E aqui vem o detalhe sensível: “*Foram as classes superiores que lho ensinaram, sem pensar por seu turno quão pesados e incômodos lhes viriam a ser para o diante estes voracíssimos auxiliares*” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 351, grifo nosso).

Esses “patuleias”, na condição de hábeis “caceteiros”, tornaram-se aliados de valor dos abastados quando, tão acirrada foi a luta partidária, “as cousas chegaram por fim a termos tais que metade da cidade não tirava o chapéu à outra metade” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 375). A formação das mesas eleitorais seriam acompanhadas de “tumultos, distúrbios e espancamentos” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 382). As notícias que logo chegam do interior dão conta de que “por toda a parte o governo triunfou, e a oposição fugiu, sem outro inconveniente mais que três ou quatro cabeças quebradas” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 379). A circunstância dá ensejo a que Tímon se recorde de suas meditações sobre a Antiguidade no fascículo primeiro:

A história refere que a antiguidade pagã e supersticiosa erguia altares ao medo; fosse superstição ou religião, o culto desta divindade merecia ser renovado em nossos dias, pois ao seu benigno influxo é certamente devido o desfecho quase sempre cômico e ridículo de todas essas bravatas com que os partidos matam o tempo durante meses inteiros até o dia da eleição; não podendo atribuir-se um ou outro desastre de maior consequência, como o que acabamos de referir, senão ao excesso de devoção e zelo ao culto (Lisboa, 2012, v. 1, p. 380).

E o que Tímon acabara de referir fora apenas um assassinato.

### 3.2.5 O argumento tornado ficção

Quando precisa argumentar, especialmente quando precisa argumentar para ridicularizar, João Francisco Lisboa muitas vezes recorre a símiles e metáforas, às vezes de modo implícito, às vezes explícito, e assim fixa na mente do leitor imagens em lugar de simples e discursivas acusações. Os últimos capítulos de “Partidos e Eleições no Maranhão” apresentam três passagens que exemplificam bem o procedimento, tanto mais chamativo porque partem de citações mais ou menos cultas.

Ao criticar – mais uma vez... – a imprensa maranhense, escreve Tímon no capítulo 7:

Em verdade, já não quero negar que a imprensa tenha vertido uma luz imensa; mas *semelhante à flama lóbrega e baça do inferno de Milton que só servia*

*para tornar visível e palpável o horror circunstante e sempiterno das trevas, o nosso jornalismo, estéril, impotente, maldizente e malfazejo, só tem servido para expor à grande luz meridiana todos os vícios e misérias da sociedade (Lisboa, 2012, v. 1, p. 416, grifo nosso).*

O trecho de John Milton aludido por João Lisboa se encontra no Canto I, em passagem em que se narra a queda dos anjos rebelados e, assim, dá oportunidade à descrição do inferno. Na tradução de António José de Lima Leitão, publicada em Portugal em 1840 e de grande circulação no Brasil, os versos aludidos são assim vertidos: “Mas luz nenhuma dessas flamas se ergue, / Vertem somente escuridão visível / Que baste a por patente o hórrido quadro / Destas regiões de dor [...]” (I, 82-85)<sup>21</sup>. Lisboa não parece ter em mente o texto de Lima Leitão; de todo modo, é um texto com o qual dialoga implicitamente no cenário literário brasileiro da época.<sup>22</sup>

O símile construído sobre os versos de John Milton ainda é bastante sério se comparado com o apodo construído sobre um passo da vida de Agesilau II (444-360), rei de Esparta, episódio que tem por fonte Plutarco (Plutarch, p. 729). “A história refere que Argesilau [...] fora um dia surpreendido a brincar com os filhos em um cavalinho de pau, e pedira envergonhado ao indiscreto amigo que dera com ele naquela atitude”, escreve Tímon, “lhe guardasse segredo até que também tivesse filhos”. O autor não fará qualquer observação no sentido de que até grandes guerreiros podem se entregar a meninices. Ele muda o foco de seu interesse, com a conseqüente ironia: “Deste rasgo tiro uma observação diferente da do comum dos historiadores, e vem a ser que já naquelas remotas eras as crianças brincavam em cavalinhos de pau” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 433). Agesilau, no argumento ficcionalizado de Lisboa, entra como Pilatos no Credo; daí o grande efeito cômico.

E mais. Para ridicularizar novamente a pretensão de gente inculta, Tímon, a partir da verificada antiguidade da brincadeira com cavalinho de pau, observará que “Hoje em dia porém as cousas estão bem mudadas”. Afinal,

qualquer marmanjo criado ao bafo de uma taverna, meneia-se à feição de um presidente, sendo que a própria mulher do quitandeiro vê nele o futuro administrador da sua província, e não se faz rogar para lho dizer; os meninos de escola e de colégio escrevem, e imprimem jornais, e sonham presidências, deputações e ministérios, como os seus antepassados da mesma idade sonhavam com bonecos, corruptions, doces e confeitos. Diria aqui também que

<sup>21</sup> Isto, claro, na mencionada tradução (Milton, 1949, p. 7). No original inglês, são os versos I, 62-64: “[...] yet from those flames / No light; but rather darkness visible / Served only to discover sights of woe, / Regions of sorrow [...]”.

<sup>22</sup> No subcapítulo 4.4, “Neoclássico barroco”, será dito algo acerca da função da cópia, citação e apropriação na obra de João Lisboa.

escrevem e representam dramas sanguinolentos, frequentam os teatros e bailes, e fazem a diversos outros propósitos, de pequenos homens feitos, se me não tivesse circunscrito a só pintar costumes políticos (Lisboa, 2012, v. 1, p. 433-434).

Após inverter o sentido de um episódio da vida de um famoso guerreiro da Antiguidade, João Lisboa chama atenção para a inversão hiperbólica de interesses dos jovens de sua época. Desse modo faz de grande parte dos seus colegas de jornal e de tribuna política não mais que meninos ambiciosos.

Um terceiro exemplo de construção ficcional como base para a crítica, em meio a parágrafos de concentrada argumentação, parte do mote latino “*Faciamus experimentum in anima vili*”, que indica a disposição de testar algo, especialmente uma droga ou tratamento medicinal, em um animal, ou num moribundo. João Lisboa a emprega para dizer algo da desconsideração de novos presidentes de província pela vida comum dos seus habitantes. “O novo presidente ou segue em tudo e por tudo as pisadas do seu antecessor, ou pelo contrário”, escreve Tímon, “posto que mandado sob a influência da mesma política, e às vezes pelo mesmo gabinete e pelo mesmo ministro, revolve tudo de alto a baixo, nomeia, demite, prende, solta, clama e vocifera, tudo ao revés e de encontro ao que até então fizera”. O único pensamento dele, portanto, seria o de experimentar livremente numa *anima vili*. Para dar conta do resultado, Tímon junta ao adágio latino a seguinte anedota:

Conta-se de um homem de meia-idade que casando com duas mulheres, uma moça e outra velha, dentro em pouco se viu calvo e despojado dos cabelos, arrancando-lhe alternadamente, a moça os brancos, e a velha os pretos, querendo cada uma pô-lo à sua imagem e semelhança. Tal tem acontecido à nossa província nos seus periódicos desposórios com estes doges de nova espécie, e na aplicação dos sistemas opostos que cada um deles tem a veleidade ou o capricho de ensaiar (Lisboa, 2012, v. 1, p. 418-419).

Todas as peripécias em torno da chegada de Montalvão de Mascarenhas, romanceadas no fasc. 2, ficam assim abrangidas pela piada admonitória acerca do homem com duas esposas. João Lisboa emprega ficção para comentar a sua própria ficção, que por sua vez comenta a realidade.

### **3.3 O tratadista político: fasc. 4**

O fasc. 4 é um *intermezzo*, um ponto de inflexão entre, por um lado, as seções de paródia de história política ocidental (fasc. 1) e de crítica de costumes nacionais (fasc. 2-3) e, por outro, de crescente purificação histórica do discurso, aproximando-se do gênero historiográfico em sentido estrito (o que é feito em dois núcleos: fasc. 5-10 é um, fasc. 11-12 é outro).

É uma parte que se destaca de todo o conjunto do *Jornal de Tímon*. É onde o personagem assume o papel de analista das instituições políticas modernas; parte do problema do “direito de revolução”, passa pela questão dos “crimes políticos” e da “anistia”, para por fim chegar a algumas observações sobre a conveniência ou não de formas mistas de governo, como a monarquia constitucional, quando então se volta um pouco mais de perto para a realidade nacional. É o texto mais “doutrinal” do *Jornal*. Como se coroasse um primeiro núcleo da obra, abrindo caminho para uma viragem do discurso.

E seu assunto não é dos mais leves, o que contrasta com a galhofa dos fascículos anteriores. Afinal, Lisboa partirá do fato de que “ainda não fazem quatro anos que a guerra civil assolou um dos pontos mais importantes do Império” (2012, v. 1, p. 465-466), referência à Revolução Praieira. Logo, a oportunidade dos assuntos que ora o atraem: revolução, anistia, formas de governo.

Coisa das mais interessantes e fora de época, Lisboa discute o “direito de revolução” (2012, v. 1, p. 467), discussão de que ele teria sido, comenta Franklin de Oliveira, o inaugurador no pensamento político brasileiro: “Lisboa fundou no Brasil a Sociologia da Revolução” (1965, p. 199).

E ele parecia estar bem ciente do fato. “Por mais que esta cruel verdade pese e amargue aos reis e aos cortesãos, como a toda a casta de adoradores dos poderes estabelecidos, a revolução é um fato dominante em toda a história da humanidade”, argumenta. Seria um direito, e não um mero fato, e seria “fundado na justiça e necessidade, e na própria natureza do homem, que amorosa do bem e do aperfeiçoamento, o leva a aborrecer, combater e vencer o mal, revelado sob os acidentes da opressão e de um mau governo” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 469).

Assim chega a esta formulação que a uma leitura ligeira, à época, poderia parecer incendiária:

Negar a revolução é negar a um tempo a razão e história, isto é, o direito consagrado pela sucessão dos tempos e dos fatos, pela força e natureza das cousas, e pela marcha irresistível dos interesses, que afinal triunfam dessa imobilidade a que tão loucamente aspiram todos os partidos de posse do poder; desse poder conquistado sem dúvida em eras mais remotas pelos mesmos

meios que debalde se condenam quando chega a ocasião de perdê-lo (Lisboa, 2012, v. 1, p. 471).

Mas o direito revolucionário, como o entende o autor, não se identifica com o que em geral nos vem à mente quando pensamos em revolução, já que o termo aproximou-se demais da conotação socialista; ao contrário, seja monárquica seja republicana, seja liberal seja autoritária, qualquer mudança extremada será para ele revolução, coisa natural e dada como “direito” de todos. Licurgo, por exemplo, “regenerou a sua pátria, revolucionando-a, isto é, abolindo e reformando todas as leis e costumes antigos” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 469). D. Pedro teria sido outro revolucionário, e revoluções houve na Inglaterra, nos Estados Unidos e, obviamente, na França, onde “continuam as terríveis provações” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 470), tão recentes eram as revoluções de 1848.

É que uma revolução pode ser “suave e pacífica, se as ideias e interesses lentamente desenvolvidos alcançam o termo e madurez, sem encontrar tropeços sérios”; ou pode ser “violenta, inexorável e cruel, se a obstinação e cegueira da velha autoridade desafia a sua cólera, procurando opor-lhe uma resistência tão desarrazoada como impotente” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 471). Disso Lisboa conclui: “não é o acidente dos meios brandos ou violentos, quem pode justificar as revoluções; que a força e legitimidade delas está toda na sua necessidade e oportunidade, que vale tanto como dizer – na sua justiça” (2012, v. 1, p. 471).

Mesmo quando ocorre por meios violentos, os fatos materiais traduziriam fatos da ordem das ideias. “O fato material rebuça a ideia que triunfa”, diz Lisboa, para em seguida mencionar a imagem de “Palas saindo armada do cérebro de Júpiter” como símbolo da “força material brotando da inteligência para dar vida e ação às ideias, convertendo-as em fatos” (2012, v. 1, p. 472).

No caso dos Estados Unidos, “uma ínfima questão de imposto deu azo a uma grande revolução, e existência a uma das nações mais poderosas que hoje dominam o mundo”. Nada mais ligava, de fato, os estados norte-americanos à Grã-Bretanha. A independência se impunha: “a ideia amadurecera; o mancebo se tornara homem feito; a primeira faísca atacou fogo à mina latente; e o direito triunfou por meio da força” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 473).

A revolução é um instrumento extremo que não se pode empregar amiúde, contudo; sua gravidade só pode ser invocada diante de situações de não menor gravidade no que possuírem de acintosas. E jamais pode a revolução ser entregue à liderança de ineptos: “O carro do sol não se há de confiar a inexpertos Faetontes, sob pena de vermos abrasado o universo” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 474). Importa também que a hora seja oportuna: “se não acertardes na

escolha da hora tremenda, vereis a pátria afundar-se num abismo de misérias” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 474).

João Lisboa não está atirando a esmo. Faz essa observação em virtude do que considera a prática irresponsável de muitos publicistas. Estes escreveriam – assim Lisboa os imita – pelo seguinte teor:

Os tempos se aproximam. O povo tem esgotado até às últimas fezes o cálix amargo do sofrimento. Tremei! a sua cólera há de ser terrível! Não ouvis o ruído subterrâneo e espantoso do vulcão? A lava devoradora há de em breve abrasar, como o fogo do céu, a nova Sodoma e a nova Gomorra! (2012, v. 1, p. 475)

São tudo palavras de nada, pois seus autores, “Feito ou dito isto, envergam o ligeiro paletó, e com a bengalinha na mão e o sorriso nos lábios, endireitam a divertir-se nos teatros e bailes, e se os fados o consentem, às repartições públicas”, lugar onde “os conserva e lhes paga o governo que insultam e difamam”; são crianças que “brincam e folgam com um instrumento de morte” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 475).

Exemplo de mau emprego desse “instrumento de morte” seria dado pela Revolução Francesa. A França “se aventura a todo o vago e desconhecido das experiências revolucionárias; e se escapa por um lado à confusão e anarquia do socialismo e do comunismo”, diz Lisboa, e repare-se bem nesta observação, “*lá cai pelo outro sob as garras cruéis do despotismo militar*” (2012, v. 1, p. 476, grifo nosso).

De igual modo reprova a Revolução Pernambucana de 1817, que em resumo seria nociva porque colocava em risco a ordem, “sem a qual não pode haver civilização”; porque “estragava o princípio de autoridade, aliás já tão enfraquecido pelos seus próprios excessos”; e porque, como “entre nós e em relação às raças livres, não existem grandes iniquidades sociais em que se houvesse de cevar o furor revolucionário”, as discussões intestinas, entre esta parcialidade e aquela, desencadeariam “as paixões más e turbulentas” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 476).

É muito natural que a essa altura invoque Alexis de Tocqueville, observador político muito crítico da Revolução Francesa, para condenar os revolucionários que livram-se da tradição sem, contudo, oferecerem coisa melhor que a substitua, do que seriam exemplos as “repúblicas da nossa América meridional”. “Qualquer que seja o nosso [destino]”, faz Tímon a confissão sintomática, “eu o prefiro a este abominável e horrível estado de povos, que antecipando os tempos, destruíram as antigas instituições, sem saberem fundar e consolidar as modernas” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 481).

Sendo as revoluções um fato, Lisboa passa a tratar do “direito de anistiar” (2012, v. 1, p. 501): “Tímon censurou a impolítica e absurda negação de todo o direito revolucionário; condenou também o abuso contrário; resta-lhe agora condenar o abuso não menos funesto e criminoso das repressões implacáveis e cruéis” (2012, v. 1, p. 500). Primeiramente, não caberia punir os chamados “crimes políticos”, expressão que é “filha de uma falsa terminologia, e porventura pobreza da língua” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 501), uma vez que os “crimes políticos” sequer possuem definição unânime: “variam a cada passo, segundo os tempos, os lugares, e ainda segundo outras mínimas circunstâncias de cada tempo e de cada lugar” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 502). Além disso, o criminoso político de hoje pode ser o governante legítimo de amanhã, embora a passagem do tempo não faça outros criminosos, por exemplo os homicidas e os ladrões, deixarem de ser criminosos. Logo, “Tímon o repete uma e mil vezes, não há crimes políticos” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 505).

A punição dos criminosos políticos, em geral cumprida com exageração e truculência incomuns, seria de nenhuma valia e falta de sentido:

Os caracteres da punição, o seu fim especial, são a reparação e satisfação do mal causado e a prevenção dos delitos futuros, pelo exemplo e pela intimidação; e esse fim se atinge mais ou menos nos crimes comuns. Mas nos políticos? os criminosos morrem glorificando-se dos seus atentados, e levando após si os aplausos e as simpatias de populações inteiras, em vez da aversão e desprezo que acompanham os malfeitores vulgares na sua expiação (Lisboa, 2012, v. 1, p. 503).

A descer da situação abstrata para a situação brasileira, lamenta o exagero da punição de crimes políticos em nosso meio e chega até a atribuir à falta de anistia a queda de D. Pedro I: “O sangue derramado nestes cadafalsos, o luto, a tristeza, a longa impopularidade, os ódios que ele gerou”, pergunta, “não seriam porventura a causa primeira dessa funesta abdicação, que deixou o país entregue a tantas outras facções e revoltas, durante uma longa menoridade?” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 524).

Tímon considera que a “anistia é pois uma negação da *criminalidade política* – como poder concedido ao chefe do estado para suspender ou anular as leis que a punem” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 520, grifo do autor); não só isso, acha que ela “deve partir diretamente do alto do trono, abranger todos os indiciados, sem exceção, ser concebida enfim com verdadeira magnanimidade” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 525).

Seu esforço, como se vê, é de reenquadrar a noção de crime político, mostrando-a como não mais que um subterfúgio de que os poderes estabelecidos lançam mão para sevicar

seus opositores, ao passo que o “direito das gentes” recomendaria a anistia. Se os revolucionários têm o direito de lutar contra um sistema que lhes parece ilegítimo, por outro lado tem esse sistema “o direito, não de puni-los, mas de *resistir-lhes pelas armas, quando não tenha podido preveni-los*, até que a vitória decida a contenda, e ponha termo ao processo” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 507, grifo nosso).

Assim como se bate contra conceitos inexatos do direito e da política, Tímon se bate contra a mera formalidade dos sistemas legais. Desse modo João Lisboa se encaminha para a afirmação, ainda bastante rudimentar, mas com estrutura argumentativa pelo menos clara, de um *antilegalismo*, ou, caso se prefira, um *antiformalismo político* (o que, conforme logo mais se verá, o faz propender para um conservadorismo liberal, cuja fórmula máxima estaria nas formas mistas de governo). Sua primeira manifestação no sentido desse antiformalismo está em, após definir democracia como “a intervenção de todos no governo de todos, e a igualdade que daí resulta para os homens” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 484), distinguir “democracia real” de “democracia nominal”: “Se não tivermos a democracia real pela efetiva intervenção dos povos nos públicos negócios, por meio das eleições do júri e das assembleias”, afirma que “debalde será o aspirar à democracia nominal ou de forma” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 492).

Isto o fará chegar mesmo a afirmar uma indiferença pelas formas de organização política. Num rasgo tipicamente iluminista de confiança absoluta na razão, a acreditar que seu reto curso bastaria para fazer valer a moralidade, a objetividade, a temperança, Lisboa à sua maneira crê que, assegurados os fins, pouco importarão os meios: “Conseguí, se vos for possível, estabelecer o domínio da moral, da razão e da justiça, e para logo tornar-se-á indiferente a forma de governo sob que ele se exercite” (2012, v. 1, p. 483).

Mas o fato é que a forma de governo não é tão indiferente assim para Tímon. Bem atento à realidade tanto brasileira quanto europeia, crê não ser possível amparar-se tão só numa monarquia à la Antigo Regime, tanto quanto crê impraticável amparar-se em ideias republicanas *tout court*. O Brasil, a seu ver, encontrava-se numa encruzilhada histórica que pedia um governo igualmente de encruzilhada, de meio caminho, progressão regrada, de aceleração conservadora.

Daí que não espante a confissão: “Surpreendo-me às vezes a desejar de um modo um pouco vago, é certo, que a opinião dita conservadora perdue largos anos no poder” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 497). Após notar que “Ninguém dirá certamente que Tímon vive acurvado ao peso das honras e favores, ou que satisfeita sua ambição social”, já pouco lhe importará a justeza de tudo mais, sobre o que opinará pela parcialidade que mais lhe convir; e após em seguida certificar o leitor de que está mais pelo afrouxamento dos mecanismos de poder que toldam a

ação individual (“entre a [opinião] que procura restringir, e a que procura alargar a esfera da autoridade”, diz preferir “a que é mais conforme e favorável à dignidade, independência e liberdade individual do homem”), faz então uma defesa em regra da “opinião conservadora”, já que “aflige-o, contrista-o, fatiga-o até o espetáculo que há tantos anos tem diante dos olhos”:

[Tímon] ama alimentar a esperança de que aqui, como nos Estados Unidos, pertencendo o poder à opinião conservadora por um tempo razoável, as novas instituições o tenham para consolidar-se, completando entretanto a opinião do movimento a sua educação, e habilitando-se todos os partidos, pelo desenvolvimento da riqueza pública e privada, para entender nos negócios do estado com mais desinteresse e virtude, e sem as vulgares e mesquinhas preocupações do interesse individual” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 497).

Isto está bem em consonância com sua opinião de que a Carta de 1824 “é uma constituição que se não é perfeita, é a última expressão da sabedoria política” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 495).

Tímon sabe que existe contradição patente entre as ideias que norteiam a inteligência nacional e os fatos materiais mais imediatos que contextualizam sua vivência. Nos fascs. 11-12, já inteiramente elevado à condição de historiador científico, João Lisboa muito se desgostará de argumentos mantenedores da escravidão, em especial a justificação histórica da escravização do indígena; mas já aqui o arremedo de tratadista político afirma da escravidão em geral que “sua antiguidade, contemporânea quase da criação do mundo”, não a “escusa ao menos aos olhos da religião e da filosofia” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 505).

É imediata a recordação, a esta altura, da ideia diretora do conhecido ensaio “As ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz, todo consciente do fato de que a independência brasileira, por exemplo, fora feita “em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional”, e também do fato concomitante de que, “com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles” (Schwarz, 2012, p. 13). A disparidade entre ideologia e vida material não poderia ser maior, tanto mais que a mediação por excelência entre o “latifundiário” e o “homem livre”, ao longo da história brasileira, foi a do “favor”, “*nossa mediação quase universal*” (Schwarz, 2012, p. 13, grifo do autor). Chega-se à situação que deveria ser paradoxal, mas não é:

no campo dos argumentos prevaleciam com facilidade, ou melhor, adotávamos sofregamente os que a burguesia europeia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão; enquanto na prática, geralmente dos próprios

debatedores, sustentado pelo latifúndio, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e as noções em que implica (Schwarz, 2012, p. 17-18).

Assim, a defesa que Tímon faz da monarquia constitucional não é prevaricação liberal, não é transigência “conservadora” que se contenta com o imoral para prevenir o caos que seria trazido pela moralidade, e muito menos é inconsciência do deslocamento entre ideias e circunstâncias a que se aplicam. Bem ao contrário, o ensaísmo político do Tímon *é crítico do liberalismo, se levado ao republicanismo, e crítico da monarquia, se levada ao absolutismo*.

A fórmula ideológica de João Francisco Lisboa é, na prosa literária, sem par naquele momento. Suas ideias estão natural e conscientemente “fora do lugar”, mas num sentido positivo que inverte a formulação de Schwarz – e como poderiam mostrar-se de outro modo, se cultivadas por um Timon tão marcado pelo sentimento da marginalidade geográfica, política e cultural de seu “obscuro e pequeno canto do mundo”, e não menos pelo sentimento de viver “época de transição”, “de dúvidas e incertezas”, como tanto insistiu nos fasc. 2-3 de seu *Jornal*? É bem a propósito que conclui este fasc. 5 retomando aquele mote, pois vê à sua frente um “mundo que se dissolve” (Lisboa, v. 1, 2012, p. 483), no qual nota “os incômodos, trabalhos, perigos e sofrimentos atrozés que costumam acompanhar as mudanças” (Lisboa, v. 1, 2012, p. 495).

Talvez agora se possa compreender, em todas as suas implicações, a afirmação de Álvaro Lins de ter sido Lisboa o primeiro caso de “consciência crítica” na história da inteligência nacional. É *crítico*, na acepção grega do étimo, aquilo que rompe, que se distancia, que interpõe entre si e o mais uma linha demarcatória. Distanciava-se Lisboa, de seu entorno, fazendo-se Tímon. Distanciava-se – fasc. 1 – da falsa erudição de seus pares fazendo-se irônico compilador de casos rumorosos da Antiguidade e das idades Média e Moderna europeias, com o que um moralista tropical se arroga a posição de denunciar a talvez nem tão venerável Europa. Distanciava-se – fascs. 2-3 – da política do favor, da retórica ataviada e da impostura de civilidade que o nascente Império tinha por já habituais, por coisa inerente, só de raro em raro contestada, à normalidade política. Distanciava-se – fasc. 4 – das doutrinas políticas absolutista e liberal, em suas versões puro-sangue, ao descrever a realidade brasileira não como ordem atravessada de caos, quando dos motins e sublevações nas províncias; sim como caos que se projeta para lá da ordem institucional, incontrolado, de que o processo eleitoral era amostra especiosa e escandalosa, e de que sedições e insurreições eram a expressão, senão sempre legítima, pelo menos inevitável, assim de natural amparadas no direito de revolução e numa pretendida sabedoria da anistia.

A partir dos fascs. 5-10, uma nova modalidade de procedimento crítico é instaurada: a da crítica histórica.

### 3.4 O historiador timonense: fasc. 5-10

Para melhor compreender os males que aponta nos livros 2 a 4, passa João Lisboa em revista a história do Brasil e Maranhão coloniais nos livros 5 a 10, conjunto abrangido pelo título de “Apontamentos para a História do Maranhão”.<sup>23</sup> Sua intenção, aí, é a de historiador. Mas, como logo fica claro, trata-se de um historiador muito peculiar, cujo ofício é frequentemente interrompido pelos recursos estilísticos e ficcionais do misantropo Tímon.

Tímon avaliaria, com reprovação, que todos os cronistas coloniais “andavam apostados a escrever somente de guerras estrangeiras ou tumultos civis”, o que os cegava para o “desenvolvimento gradual, posto que vagaroso, da nossa civilização colonial”, esse que seria “um assunto tão histórico, como qualquer outro, e onde o espírito curioso e indagador acharia uma ampla messe de fatos, e um campo vastíssimo para observações” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 21-22). Assim justifica o publicista o seu interesse em acompanhar a história das relações entre indígenas e jesuítas, ainda mais porque munido da “verdadeira crítica e filosofia da História” e segundo “as ideias que hoje vogam” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 18, 23), acerca das quais se tratou no subcapítulo precedente. Nada lhe aborrece tanto quanto a “falta de crítica” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 189).

Antes de chegar lá, começa por fazer um levantamento da bibliografia disponível sobre história do Maranhão àquela época.<sup>24</sup> Sua atenção se detém especialmente na qualidade

---

<sup>23</sup> A rigor, este título consta no *Jornal* aplicado apenas ao primeiro Livro. O procedimento é estranho, equívoco, pois todo o conteúdo dos presentes fascículos são “Apontamentos para a História do Maranhão”, que o editor Antônio Henriques Leal, por motivo desconhecido, transformou em “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão” em sua edição de 1864. Seja como for, são estes os títulos de cada livro: Livro I – Apontamentos para a História do Maranhão; Livro II: Invasão Francesa; Livro III: Invasão Holandesa; Livro IV: Paralelo das Invasões Francesa e Holandesa; Livro V – Índios I; Livro VI – Índios II; Livro VII – Índios e Jesuítas. As sete notas ao fim têm este teor: Nota A – trecho de Alphonse de Beauchamp sobre a invasão holandesa; Nota B – o *Sumário* em que Daniel de La Touche faz o relato dos feitos franceses no Maranhão; Nota C – a Carta de Pero Vaz de Caminha; Nota D – trecho de Fernão Denis (sic) sobre “Os Índios” tomado à obra enciclopédica *L’Univers*; Nota E – observações sobre a origem conjectural dos povos ameríndios; Nota F – “Foi nossa primeira intenção dar em uma nota a substância das diversas leis promulgadas acerca de índios; mas depois resolvemos apresentar esse trabalho em livro distinto” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 427), conforme se verá nos fascs. 11 e 12; Nota G – sobre o caso de índios barbados que os portugueses encontrariam no interior do Maranhão.

<sup>24</sup> São estas as obras recensadas: *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614* (da primeira metade do séc. XVII), de Diogo de Campos Moreno; *Anais Históricos do Estado do Maranhão* (1749), de Bernardo Pereira de Berredo; *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão, e seus*

literária dos títulos arrolados, e destes o que mais lhe interessará, enquanto objeto de crítica, serão os *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo.

Tímon-Lisboa o considera honesto, porém desinteressado de tudo que não fossem “as guerras e conquistas, e as dissensões políticas e religiosas”. Deixava assim passar em branco, ou as registrava apenas acidentalmente, “notícias sobre a agricultura, comércio, população e costumes”. A crítica denuncia o olhar histórico já mais complexo, quase sociológico, de Lisboa, o qual, para além da reprovação ao gênero de informe feito por Berredo, ainda lhe reprovou o estilo, que chamou de “pedantesco, e a narração minuciosa e difusa”, e isso de tal maneira que “o autor, sobre enfasiar-nos, afoga-nos em uma torrente de palavras empoladas, e de fato insignificantes” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 13). Arremata assim seu juízo sobre o ex-governador da província:

Escrevendo a crônica de uma pobre colônia, nascente e obscura, assentou para si este soldado escritor [Berredo] que devia elevar-se ao tom da grande história, e ainda da epopeia; mas foi duplamente infeliz, que nem o tom convinha ao assunto, nem ele soube atingi-lo; e procurando ser nobre e sublime, apenas conseguiu ser túrgido, obscuro e fastidioso, caindo por vezes nos mais ininteligíveis e intoleráveis disparates (Lisboa, 2012, v. 2, p. 13).

Como se vê, “o seu fim era escrever uma história grandiosa” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 14). O que contrasta curiosamente com a posição em que o próprio Tímon se põe: acha-se preparado para escrever história mais fiel por ter consciência da pequenez do assunto e das proporções modestas de seu conhecimento. Pois, percebe-se, ele descreve Berredo como “um autor que escrevendo a [história] de uma nascente capitania portuguesa, lastima no tom de uma dolorosa sinceridade que ela não lhe oferecesse tamanha cópia de sucessos como o império romano” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 14), ao passo que, conforme o espírito dos primeiros fascículos, compreende que de sua parte “Faltam-lhe [...] uma infinidade de recursos, estudos especiais, e sobretudo tempo”, motivo pelo qual visa registrar “simples memórias ou apontamentos”, “sem nenhuma pretensões ambiciosas” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 23, 24).

Bem consciente de sua modéstia, só pode também satirizar o gosto duvidoso de quem busca tratar com grandeza o que é de limitada importância. Daí a nota de ironia, ao comentar a *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão* (1822), do coronel Antônio Bernardino Pereira do Lago: “Para alardear erudição, cita de vez em quando ora versos,

---

*progressos* (1818), de Raimundo José de Sousa Gaioso; *Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão* (1822), de Antônio Bernardino Pereira do Lago; e *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840* (1848), de Gonçalves de Magalhães.

ora autores estranhos”; e, pior, “quando quer discretear e mostrar-se amável, compara a formosura e espírito das senhoras maranhenses com o aroma e sabor do ananás abacaxi!” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 22).

João Lisboa se detém unicamente no séc. XVII. Faz uma recopilação dos fatos básicos da ocupação brasileira e maranhense naquele século. Dedicar atenção à invasão francesa de 1612 e à invasão holandesa de 1641, as quais depois compara uma à outra num capítulo à parte. Nos demais capítulos, volta a discutir aspectos da legislação portuguesa relativa aos índios e à atuação dos jesuítas no Brasil.

O mais claro traço de irreverência ante os modos correntes de escrita da história e do jornalismo literário seu contemporâneo está na autorreferência, ou melhor, nas referências que João Lisboa faz ao seu *alter ego* Tímon: lê-se aí, afinal, o *Jornal de Tímon*, saído da pena de um historiador que, se não ficcional, é no mínimo ficcionalizante.

Isso está bem de acordo com o espírito de quem chama a Camões “magnífico historiador” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 191). Ou seja: se reprova em Berredo a tendência de adornar a história da província, é porque esse adornos eram inadequados, inverídicos, literariamente desproporcionais; ao passo que Camões será poeta mas também historiador pertinente, compreensivelmente porque bom poeta. Tímon, embora não o enuncie, cobra para si posição similar: a do criador literário que é capaz de fazer história verídica.

Perceber desproporções é coisa comum nestes “Apontamentos”. Por exemplo, quando trata do contingente militar que o primeiro donatário da capitania do Maranhão enviou malogradamente a estas partes, afirma que “Não compreendemos nada de mais absurdo do que mandar João de Barros quase um exército, com 130 cavaleiros, e boa e grossa artilharia, a um país mal conhecido, coberto de bosques inextricáveis, e mal povoado de selvagens nus”, já que se fariam necessários ali, ao contrário, “missionários, lavradores e artistas, com os instrumentos pacíficos das suas respectivas profissões, protegido tudo por uma razoável, modesta e proporcionada força militar” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 39).

A primeira expedição portuguesa não teria nenhum caráter civilizatório. Daí a relativa simpatia de Tímon-Lisboa pelos adventícios franceses, que aportaram à Ilha de Upaon-Açu – como os indígenas chamavam à localidade São Luís – com instrumentos e profissionais em número similar ao de mosquetes e canhões.

A chegada dos franceses à costa maranhense, princípio da fracassada França Equinocial, é narrada como início de romance: “Na madrugada de 11 de novembro, *envoltos numa densa escuridão*, chegaram os franceses *silenciosamente*; mas sendo em breve percebidos, travou-se a canhoada e fuzilaria de parte a parte” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 82, grifo

nosso). E igualmente a expedição de reconquista de Jerônimo de Albuquerque, vinda de Pernambuco e constituída de imensa quantidade de índios, além de muitos soldados esfomeados e doentes, é narrada com dispositivos retóricos explícitos, como quando Tímon-Lisboa se pergunta o que afinal decide as guerras: “De que fios misteriosos pende a sorte dos impérios e das nações?” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 88).

A descrição do contingente português é carregado de simpatia e de força literária, construído que é pelo lugar-comum do fraco que inesperadamente derrota o forte:

Uma pobre expedição, *fruto mesquinho de um parto laborioso de uns poucos anos de contradições, embaraços e misérias de todo gênero*, arrastando-se languidamente de estação em estação desde Pernambuco até Guaxenduba, e depondo em cada estação parte das minguadas forças; minada e dizimada pela penúria, pelas moléstias e pela insubordinação; desmoralizada e abatida pela perda da armada, e por fim de tudo, no momento supremo e decisivo, entorpecida pelo medo e cobardia, a maior degradação e infâmia, a que um soldado pode chegar. E nada menos, os portugueses venceram! (Lisboa, 2012, v. 2, p. 88-89, grifo nosso).

Não é por reconhecer feitos verdadeiramente heroicos do colonizador que João Lisboa deixará de se mostrar incomodado com os lugares-comuns pró-Portugal que circulavam por grande parte da intelectualidade brasileira à época, do que será símbolo nestes fascículos – do mesmo modo como é Berredo tornado símbolo de má historiografia colonial – ninguém menos que Francisco Adolfo de Varnhagen. Não que Lisboa o despreze – ao contrário, muito o elogia. Mas, como se verá numa seção adiante,<sup>25</sup> Varnhagen exemplifica às fartas o que João Lisboa via como descuido, mazelo ou indiferença primeiro dos colonizadores, depois dos historiadores, ante os índios.

O autor não tem grandes ressentimentos pelo português. “Houve tempo em que Tímon [...] estigmatizou e condenou os portugueses”; porém, “hoje que o tempo e a experiência vão acalmando as paixões, já é possível apreciar os acontecimentos com mais sangue-frio, e por consequência mais critério” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 193). Tímon-Lisboa analisa que embates e crimes seriam, em alguma medida, inevitáveis no encontro de portugueses e índios, e que nisso os episódios dos primeiros séculos de colonização não discrepavam de incontáveis outras conjunturas históricas – e assim, apesar “do choque das paixões e dos antigos costumes desfeitos”, “vibra a luz, e nasce o bem, que em largos séculos de duração, compensa esses breves instantes de convulsão e dor” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 194). Segue exemplificando, como quem pratica uma “filosofia da história”:

---

<sup>25</sup> Cf. 3.5.3, “Os índios e Varnhagen”.

É assim que nas guerras das cruzadas a *filosofia da história* vai rastrear a civilização da Europa, e nos horrores da revolução de 91 vê a subsequente regeneração da França. [...]

O feito arrojado e gigantesco foi seguido de crimes e atrocidades que desbotam e mareiam a sua glória; mas não é possível negar que enquanto os portugueses, nação pobre e pequena, alternavam assim as ações heroicas e gloriosas com feitos mesquinhos e apoucados; as grandes nações da Europa, divertidas em guerras quase intestinas, civis e religiosas, faziam menos e pior (Lisboa, 2012, v. 2, p. 194, grifo nosso).

Se deplora os exageros oficialistas antigos, Lisboa também deplora os novos oficialismos românticos, o que se revelará no tratamento de um tema muito específico. Na abertura do Livro VII, dirá o que lhe interessa:

Este exame é nada menos que a história do antigo regímen colonial, considerado por uma das suas faces mais notáveis e constantes; história restrita e especial, é certo, mas vária e copiosa nos sucessos e nos homens, abrangendo no seu plano o assunto imenso das missões, e dos jesuítas, que no Brasil quase exclusivamente as personificavam, e eram os missionários por excelência (Lisboa, 2012, v. 2, p. 273).

Estava o Brasil em plena voga indianista, a qual sugeria a Lisboa artificialismo e pouca compreensão da realidade brasileira. Aguçava, mais ainda, sua reação de neoclássico ao que via como exageros de um nacionalismo esteticamente duvidoso. Não estava sozinho em sua posição. Odorico Mendes, tradutor de Homero e Virgílio, mas também tradutor de um neoclassicíssimo Voltaire, escreveu palavras duras sobre a exaltação do indígena como tipo nacional por excelência.<sup>26</sup>

Tímon-Lisboa não poupa nem o próprio imperador em sua crítica, e muito menos o amigo em comum Gonçalves Dias:

O nosso atual imperador, dizem, mostra grande interesse e curiosidade por tudo quanto diz respeito às raças aborígenes que antigamente senhoreavam o seu vasto império. Um grande poeta (e os poetas também são reis e imperadores a seu modo, e dentro da sua esfera) no primeiro ardor de uma imaginação ainda virgem, e longe da pátria ausente, cantou, envernizou, amenizou, poetizou enfim os costumes ingênuos, as festas inocentes e singelas, as guerras heroicas, a resignação sublime, e a morte corajosa, bem como os trajes elegantes, e as decorações pomposas dos nossos selvagens. E eis aí todo o mundo a compor-se e menear-se a exemplo e feição dos reis, e aturdindo-nos em prosa e verso com tabas, muçuranas, ivirapemas, janúbias e maracás (Lisboa, 2012, v. 2, p. 161).

---

<sup>26</sup> Cf. o subcapítulo 4.4, “Neoclássico barroco”.

Diz ainda, referindo-se a Pedro II e seu endosso do indianismo à frente do IHGB: “Tímon receia a cada instante ler nos anúncios do – *Diário do Piaga* – a notícia de haver desembarcado em Javirée o excelentíssimo presidente Araribóia, vindo de Guanabara, a bordo do vapor imperial – Tupã” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 163).

Não para por aí. Referindo-se ao texto de introdução que Gonçalves Dias escreveu para os *Anais* de Berredo, lembra João Lisboa que nele “desdenhou o nosso distinto poeta dos nossos trajos prosaicos e tão mesquinhamente talhados, seguramente para contraste e encarecimento da amplidão pomposa e elegante dos ornatos selvagens”. Ao que se segue a assertiva mordaz: “E essa pompa, e graciosa elegância o poeta efetivamente lhe dá... nos seus versos harmoniosos” (2012, v. 2, p. 169). São, no fim das contas, “trajos poéticos” apenas (Lisboa, 2012, v. 2, p. 170).

O retrato que faz do indígena é cômico e ao mesmo tempo comiserado. Há a inevitável menção à cauinagem; à prática de devorar os adversários capturados; à *couvade* (Lisboa, 2012, v. 2, p. 173, 175, 177). E sentencia: “Tímon não desejaria a nenhum dos seus leitores a boa fortuna de gozar da hospedagem de bárbaros antropófagos, nem a de por à prova a sua fé singela e antiga” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 181). Quando reproduz relatos de selvageria tomados ao *Tratado Descritivo de Brasil* (1587) de Gabriel Soares, não perde a oportunidade de mais uma vez ironizar a ideologia indianista, identificando-a desta vez com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: caso a “nímia delicadeza e melindre do leitor quiser escandalizar-se de uma ou outra expressão ou pintura, um pouco mais livre, ou ainda algo um tanto cínica”, que relaxasse e ficasse “desde agora advertido, para nossa desculpa, que não fizemos mais do que reproduzir *o que já passou pela censura e cadinho do – Instituto Histórico*” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 171, grifo nosso).

Mesmo em seus gracejos, seu olhar é sobretudo indagador das causas mais profundas dos fenômenos que descreve, o que ficará ainda mais claro pelos casos seguintes.

Ao analisar os confrontos de colonizador com o indígena colonizado, Tímon-Lisboa observa que contou menos para o destino trágico do ameríndio a superioridade das armas portuguesas que outro fator. Crê que “A causa verdadeira, principal, preponderante da decadência e extinção das raças aborígenes é outra”, e assevera que, “sem grande medo de errar, poderemos dizer que se acha toda inteira no invencível antagonismo que existiu sempre entre a civilização e a barbárie” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 203). Vem em seguida uma longa reprodução, páginas a fio, de extratos de *A democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, trechos em que este discute o destino do indígena norte-americano quando do contato com o branco

européu. Tímon-Lisboa pretende assim aplicar parcialmente, ao caso brasileiro, as conclusões que o observador francês tirara a respeito do caso dos Estados Unidos: o encontro da “civilização” com a “barbárie” é a verdadeira causa da tragédia, pois, conforme Tocqueville reconhece, “os índios nunca se hão de resolver a civilizar-se”, de modo que lhes resta assim ou a morte, ou o desterro para longe da civilização – desterro que se torna cada vez mais impossível, conforme avança a povoação do colonizador (Lisboa, 2012, v. 2, p. 216-217).

Esse olhar sociológico – que se intensificará nos fascs. 11 e 12 – já havia nestes “Apontamentos” se manifestado no capítulo dedicado ao “Paralelo das Invasões Francesa e Holandesa”. Diferentemente de todo o poderio que os holandeses trouxeram até as praias do Forte de São Luís, os franceses optaram por uma missão mais civilizadora que militar, conforme comentado rapidamente antes. A expedição francesa “não se dirigia a surpreender perfidamente uma cidade edificada por outra nação amiga”; dirigia-se, isto sim, “a cultivar uma terra abandonada e deserta, pois os seus únicos habitantes, os selvagens tupinambás, precisavam eles mesmos de mais cultura que a terra que pisavam” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 137). O historiador chama atenção ainda para “o zelo e fervor religioso que os animava”, com “grande e dispendioso aparato de missionários que trouxeram”, e para os “importantes trabalhos que estes empreenderam” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 137). A simpatia que manifesta pelos adventícios franceses, contra todas as animosidades da narrativa unilateral de portugueses, é mais uma face de seu despreço pela política hispano-lusa de dividir arbitrariamente as terras recém-descobertas do globo – e todas as demais ainda por descobrir – entre si (o que fica claro pelo tratamento que dá, ao fim do Livro I dos “Apontamentos”, à Bula Inter Coetera do Papa Alexandre VI).

Tímon-Lisboa tem esse gosto de desmistificador: desmistifica a grandeza da narrativa de Berredo, desmistifica a grandeza do discurso indianista, desmistifica o discurso do colonizador português acerca do invasor francês, desmistifica – tarefa do segundo terço dos “Apontamentos” – o índio e o jesuíta reais, e desmistifica o Padre Antônio Vieira.

### **3.5 O embate com o Padre Antônio Vieira**

O fascs. 10 do *Jornal* é todo dedicado à atuação do Padre Antônio Vieira no Brasil. O mínimo que se pode dizer do retrato dele feito é que é antipático – antipático segundo o gosto de Lisboa, entenda-se. Mas é também Lisboa alguém espantado com os dotes intelectuais do padre. Na tensão entre aquela antipatia e este espanto transcorre a narrativa biográfica.

Se nos primeiros fascículos um dos temas dominantes é a vantagem estratégica da visão de Tímon por razão de sua limitação, agora, a propósito do Padre Vieira, um dos temas dominantes será a desvantagem estratégica de seus talentos. Isto é: Tímon é capaz de dizer a verdade, segundo crê, porque não se arroga posição maior que as permitidas pelos limites estreitos da geografia provincial e da lide historiográfica amadora dele; e Padre Vieira é capaz de incorrer em mentiras e fantasias porque são muito largas as suas vistas, muito possante a sua inteligência e desmesurada a sua ambição.

Se antes Berredo havia servido de antípoda a Tímon, papel depois desempenhado por Varnhagen, agora o ficcionista tornado biógrafo toma por seu oponente, geralmente deixado ao fundo, só referido numa passagem ou outra, o mais famoso biógrafo do jesuíta, o também jesuíta André de Barros (mais famoso porque, recorde-se, João Lisboa escrevia várias décadas antes que João Lúcio de Azevedo publicasse seu livro-marco nos estudos vieirianos). Lisboa-Tímon finca sua posição, logo nas primeiras páginas do fasc. 10, ao chamar Barros “antes panegirista que historiador” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 289) – do que é lícito concluir que o autor, por sua vez, se queria mais historiador que panegirista.

É verdade que, como afirma João Lúcio de Azevedo, Lisboa fez progredir muito os estudos históricos sobre o Brasil colônia em geral e sobre o Padre Vieira em específico: “Lisboa alargou as investigações, pesquisando nos arquivos, de onde extraiu notícias interessantes, não só sobre a pessoa de Vieira, senão também para a história nacional” (Azevedo, 2008, t. 1, p.10). Mas o que ressalta de imediato é a opção de Lisboa de permitir-se propender para o doesto e a crítica acerba, se com isso se tornar não necessariamente um historiador mais científico, mas sem dúvida menos justificador de determinados atos do biografado.

Logo se topa com uma referência aos “textos sagrados que [Vieira] violentava e acomodava a seus intentos” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 287), e não demora muito o aviso de que “em todo o curso da vida de Vieira sempre o acharemos mais português, que jesuíta, mais amigo da pátria, da Corte, e dos grandes, que da sua Ordem” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 289). E quando esse amigo dos grandes, ao ver El-Rei D. João IV em apuros para levantar recursos com que armar homens que defendessem a Bahia dos invasores holandeses, lhe promete para ontem conseguir através de seus contatos 300.000 mil réis em empréstimo para o rei (o que alcançaria apesar de pessoalmente não vestir senão “esta roupeta remendada”), Lisboa-Tímon não perde a oportunidade da agressão espirituosa:

A notícia destas e de outras proezas semelhantes, e especialmente a do projeto da Companhia Ocidental, fez dizer aos mais abalizados políticos de Roma

[onde servia diplomaticamente ao rei] – que pois havia em Portugal sujeitos tão cabais que sabiam excogitar semelhantes arbítrios, já não era possível duvidar da conservação do Reino, apesar de todo o poder dos seus inimigos. *É o mesmo Antônio Vieira quem no-lo refere com um desvanecimento um pouco impróprio da humildade da sua roupeta*, mas por certo desculpável em quem nascera português, e ambicioso, antes de professar na Companhia (Lisboa, 2012, v. 4, p. 292, grifo nosso).

As cabalas – para empregar um vocábulo que não é raro encontrar em João Francisco Lisboa – seriam bem do gosto de Vieira, conforme nota Tímon-Lisboa ao referir o episódio em que o sacerdote, com seu “espírito destro, flexível e igual a todos os negócios”, foi incumbido de remediar as relações de Portugal com Castela, e para tanto teve de diplomaticamente agir em duas frentes, isto é, “duas empresas, tão arriscadas, como repugnantes entre si”, e que “em nada menos consistiam que em solicitar aliança matrimonial e política do rei de Espanha, ao mesmo tempo que se promovia uma sublevação entre os seus súditos, para despojá-lo de uma porção considerável dos seus domínios” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 294).

A afeição do padre pelas obras da astúcia e pelo brilho do mundo será tema recorrente de comentário no *Jornal de Tímon*. Quando morou breve período na Haia, para “não ofender as suscetibilidades de um país de hereges, vestia trajes seculares, e vivia luzidamente a lei da nobreza, frequentando damas e cavalheiros”. Seu desempenho nessa corte teria “a mesma flexibilidade de espírito e de maneiras, com que [ele] dos púlpitos severos dos templos católicos explicava os passos mais obscuros das Sagradas Escrituras, e tropejava contra os vícios e os prazeres vãos e mundanos” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 293). “Não sabemos porém”, comenta Lisboa-Tímon em tom acre, “de grandes conversões que fizesse” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 294).

Mas esse mesmo homem dado à vaidade também tinha a têmpera de um monge, quando necessário: “o jesuíta não tocou em um só real” dos 600 mil cruzados que o rei deixara ao seu dispor para gastar no que quisesse quando de sua estadia em Roma, “sendo esta inteireza e desinteresse qualidades suas ordinárias, e de que sempre deu honrosas provas nas muitas ocasiões em que no curso da sua vida teve de manejar grossos cabedais” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 297). Quando depois da missão romana veio transferido para o Maranhão, isto é, para as “quatro palhoças que naquele tempo se chamavam a cidade de São Luís” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 303), para auxiliar um hospital provisório “privou-se ele mesmo de muitas comodidades indispensáveis, dando-lhe até a própria cama, e dormindo dali por diante em uma simples esteira de tábua” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 307). O retrato que faz daquele homem astuto e erudito em um tugúrio é assim resumido:

Encerrado na cela estreita e nua do seu convento, este *homem extraordinário* se despojava das roupas e móveis mais indispensáveis para acudir à pobreza, e por vezes reduziu-se a dormir em uma esteira de tábua, em vez de cama, vestindo uma roupeta esfarrapada de pano grosseiro tinto na lama, e calçando sapatos de pele de porco montês (Lisboa, 2012, v. 4, p. 372).

Uma grande mancha cobrirá a biografia de Vieira, tal como a vê Lisboa-Tímon, colocando-o bem abaixo da dignidade própria a tamanha humildade: é a ideia de Vieira de substituir ao cativo do indígena americano o cativo do escravo africano importado. Mas que se diminua o passo, e primeiro se compreenda, segundo a compreensão de Lisboa-Tímon, que o trato de Vieira com a instituição da escravidão não era simples, era na verdade bem nuançado. Ele escreve que o padre aceitava como razoável “a distinção dos cativos justos e injustos, e sustentava a utilidade e necessidade dos primeiros, como o principal recurso que tinha o Estado para manter-se, e como único meio de arredar os tumultos que a proibição absoluta costumava provocar” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 307), na medida em que privava os colonos de mão de obra de que necessitavam, já que a sua própria ou não bastava ou onerava demais a produção, o que será objetivo das partes finais deste fasc. 10 e assunto especial dos fascs. 11 e 12, como se verá.

Lisboa-Tímon cita ainda uma carta muito conhecida de Vieira a D. João IV, na qual afirma que “uma das causas que tem destruído infinidade de índios neste Estado” está na prática de removê-los de suas terras naturais e os trazerem para as cidades sem nenhum preparo prévio em matéria de habitação e de mantimentos. Assim praticam os governantes...

porque se houverem de fazer as prevenções necessárias, há de se gastar muito tempo nelas, e entretanto passam-se os seus três anos, e eles antes querem cinquenta índios que os sirvam, ainda que morram quinhentos, do que muitos mil vivos e conservados, de que eles se não hajam de aproveitar (Vieira, 2011, p. 393).

Quando em 1655 se reúne na ilha de São Luís um conselho, espécie de tribunal improvisado e composto por diversas autoridades locais, a fim de sopesar as justiças e injustiças da maior extensão – senão total generalização – do cativo indígena defendida por populares e comerciantes, flagra-se o Padre Vieira oscilar, pelo menos segundo o juízo de Lisboa-Tímon. “Acreditais porventura que nesta ocasião solene”, pergunta o autor, “o seu grande espírito cintilou em vivos lampejos, e que a sua voz eloquente invocou os princípios sagrados da fraternidade cristã, e os direitos imprescritíveis da liberdade humana? nada disso”, ele próprio responde (Lisboa, 2012, v. 4, p. 356-357). E assim resume o caso:

[Vieira] Acumulou argumentos, razões, conjecturas, citou textos e glosas, e foi afinal vencido, como devia ser, em castigo da sua infidelidade aos grandes e verdadeiros princípios

Com a verdade e com a justiça não se deve fazer composição. Pois bem, em um dos casos submetidos ao julgamento, depois de sustentar o grande missionário que aqueles índios eram livres, acumulando para isso algumas provas irrefragáveis, rematou contudo dizendo – que a justiça do cativo era pelo menos duvidosa, e que por isso não deviam os índios ser condenados a uma escravidão absoluta, senão a cinco anos de trabalho somente, como meio termo entre os dous extremos! (Lisboa, 2012, v. 4, p. 357).

A palavra final de Lisboa-Tímon acerca desse assunto toca até em alguma nota de desprezo por Vieira: “O leitor porém há de necessariamente convir que não temos praticado mais do que atos de simples justiça, se vier a conhecer que este famoso jesuíta, arredada a concorrência dos moradores, e das outras ordens religiosas, procedia à feição de todos os mais”, já que por várias vezes saiu “buscando índios ao sertão, movendo-lhes guerras encarniçadas, aprisionando-os, repartindo-os, e vendendo-os como escravos” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 361-362).

Vem então o tópico mais vexaminoso, como o pinta Lisboa-Tímon: o da escravidão do africano. “Foi ele também quem planeou seriamente”, acusa, “a introdução da escravatura africana”; calculava que, “satisfeitas por este meio as necessidades dos colonos, pudesse a Companhia, mais desimpedida de estorvos, exercitar uma jurisdição ilimitada e exclusiva sobre os índios” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 362). “Era simplesmente”, julgará Lisboa-Tímon mais adiante, “uma raça sacrificada à outra: e pode ser que Vieira sacrificasse os índios aos africanos com a mesma tranquilidade de consciência, se em vez de ter vindo para o Maranhão, houvesse posto por obra aquela passageira veleidade que lhe veio em Cabo Verde”, isto é, a tenção que fizera anos antes de “fazer missão nas ilhas, e nas costas fronteiras da África” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 369).

A avaliação do autor abriria caminho para julgamentos bem posteriores, como o de João Adolfo Hansen: “em que pese a intuição da violência senão do absurdo que o tráfico e a escravização do negro significava, vemos que Vieira se comporta como os demais jesuítas e missionários de outras ordens”, já que como eles considerava esses escravos como “legalmente introduzidos no Brasil. Diabólica mercancia, mas, ao fim e ao cabo, necessária!” (Hansen, 2011, p. 55).

A luta final no Maranhão colônia, aquela que dará ensejo ao romance de Beckman nos fascs. 11 e 12, já dramatizada em parte neste fasc. 10, é abordada com aquela ligeira perspectiva mais causal que simplesmente cronológica que não é estranha ao autor. A Companhia de Jesus, no Maranhão, foi coberta de favores régios e teve primazia no governo

dos índios, do qual se excluíram não só as demais ordens, como também o próprio poder temporal. Tanto fora assim, explica Lisboa-Tímon, que Vieira “se não contentava de exercer sobre os índios, isto é, sobre a parte mais considerável da população do Estado naquele tempo, uma jurisdição independente dos governadores”; mais que isso, “propunha também a exclusão das outras Ordens, e por fim a criação de um pequeno exército, de que o superior das missões seria o verdadeiro general”. Em decorrência,

as coisas iriam assim gradualmente até estabelecer-se no Maranhão uma república igual à que depois viu o Paraguai, se aqui, como lá, os padres tivessem somente de haver-se com broncos selvagens, e não com moradores tão ousados e turbulentos, como impacientes dos obstáculos que se lhes opunham; e com governadores e senados que não podiam de boa sombra contemplar o seu poder usurpado por simples religiosos, que haviam feito voto solene de humildades, pobreza e abstenção completa dos negócios mundanos (Lisboa, 2012, v. 4, p. 320).

Por sinal, cabe aqui lembrar estas palavras: “parece-nos que ele bem podia poupar aos seus amados índios a qualificação de *brutos e vis*”, ou ainda de “broncos”, como se acaba de ver, já que se trata de qualificação “tão contrária aos preceitos da caridade evangélica em geral, e em particular aos seus habituais sentimentos de amor e dedicação para com essa raça tão desprezada e perseguida de todos” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 352). É um reparo do autor reproduzido aqui à maneira de descanso para a cena derradeira.

Mas ei-la.

A prisão de Vieira, a que se seguiria sua definitiva expulsão do Maranhão, dá oportunidade a Tímon-Lisboa de se estender às descrições e aos movimentos romanescos que tanto lhe agradam. Quando, no dia 17 de julho de 1661, o povo revoltou-se em Belém contra a nova política contrária ao apresamento dos indígenas, estando no momento Vieira naquela cidade, “guiaram-se os sediciosos tumultuariamente para o Colégio da Companhia, invadiram-no de mão armada, e ali prenderam todos os padres que acharam, inclusive Antônio Vieira, e conduziram-nos a diversas prisões”; foi em meio de “vaias, ameaças e espadas nuas” que recolheram Vieira à ermida de São João, posto lá isolado de todos os mais (Lisboa, 2012, v. 4, p. 390). Conta Lisboa, apoiado em André de Barros, que “a plebe vil e desprezível ali vinha insultá-lo sem piedade”; este “o chamava herege, aquele judeu, tanto que fora batizado em pé; este outro enfim feiticeiro, que trazia consigo um gênio familiar com que lograva enganar todos” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 391).

Esse aspecto é dos mais interessantes: Vieira como bruxo, como taumaturgo. Alguém, continua a narrativa de Lisboa, o teria até desafiado: “*Onde está agora, padre Antônio*

*Vieira, a sua sabedoria e artes, se não sabe livrar-se deste conflito?*” Ele não respondeu; “mas a injúria devia pungi-lo no íntimo d’alma”, pois fora “sempre tão desvanecido da sua imensa superioridade, [e] agora [se encontrava] miserável presa e baldão de alguns obscuros sediciosos” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 391). Foi mantido incomunicável até o embarque na nau que o levaria de volta à metrópole, a fim de que “não sucedesse falar com o diabo, e usar das suas artes costumadas” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 392).

O Padre Vieira retratado por Lisboa no fasc. 10 foi, ao começo e ao fim, um “alucinado pelas suas interpretações visionárias dos profetas” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 394). Foi vencido pela sua própria grandeza, tornou-se cego por ver demais. E a situação que compartilhou com seus colegas de hábito ao retornarem para Portugal foi descrita pelo padre com uma imagem paradoxal que bem ilustra sua destreza imperita, que tanto interessava a Lisboa, o qual portanto a cita: foram os jesuítas “desterrados para a própria pátria” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 394).

### **3.6 O historiador científico: fasc. 11-12**

Publicados num só volume em 1858, os fasc. 11 e 12 do *Jornal de Tímon* serão fruto de uma reflexão mais demorada de João Francisco Lisboa e de seu acesso a arquivos mais vastos, portanto a documentos mais raros, quando de sua estadia em Portugal. A atitude do autor, agora mais sóbria, é a de quem se pretende um historiador à maneira moderna, até mesmo um historiador científico, o qual incorrerá, contudo, em vários dos processos ficcionais verificados nos fascículos anteriores do *Jornal*.

Antes de falar desse verdadeiro romance histórico de Manuel Beckman, cabe advertir algo acerca das pesquisas nas quais ele se baseia.

#### **3.5.1 Excurso: João Francisco Lisboa em Portugal**

Quando, a contar de 1856, João Francisco Lisboa substitui Gonçalves Dias na missão de coletar em Portugal documentos referentes à história do Brasil, abre-se para o autor a oportunidade de conhecer fontes primárias e dados sensíveis para a redação da história colonial do Maranhão. Com efeito, em sua correspondência assinalaria sua satisfação com o

que veio a encontrar no Arquivo do Conselho Ultramarino, por exemplo, “particularidades da crônica Maranhense de 100 anos a esta parte” (Lisboa *apud* Rodrigues, 1978, p. 63).

O desempenho das pesquisas não lhe seria nada fácil. Em primeiro lugar porque seu antecessor não lhe facilitou, antes dificultou o trabalho. Conforme Lisboa queixou-se em correspondência com Francisco Adolfo de Varnhagen, Gonçalves Dias nada lhe disse sobre quais documentos e fólhos havia ou não mandado copiar e extrair para remeter ao Brasil, de maneira que Lisboa se via sem saber como dar continuidade à comissão sem que se gerassem contratempos, a exemplo de duplicadas de documentos, o que fatalmente aconteceu. O aborrecimento era ainda maior porque já antes Lisboa vira suas pesquisas obstadas pelo poeta: em carta de 3 de fevereiro de 1854, escrevia da província a Gonçalves Dias, na capital, pedindo-lhe que remetesse de volta ao Maranhão, em caráter temporário, doze importantes volumes de registros de valor histórico. “A falta deles me tem causado, e há de causar ainda grandes embaraços nos trabalhos que trago entre mãos”, escrevia o historiador (Lisboa *apud* Rodrigues, 1978, p. 55).

Lisboa pediria socorro a Varnhagen, “que anda muito informado”, diz em carta, “de todos estes alfarrábios e miudezas, como quem por tanto tempo lidou com eles” (Lisboa *apud* Rodrigues, 1978, p. 62).

A distância entre o cuidado de Lisboa e o descuido de Gonçalves Dias não escapou a José Honório Rodrigues:

Não se pode deixar de assinalar esta diferença entre João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias: enquanto o primeiro confessava a sua inexperiência e sempre se referia em suas cartas aos seus trabalhos, recorrendo à sabedoria do mestre acatado de então, o segundo não recorreu a ninguém e pouco tratou da sua comissão ou a ela se referiu aborrecido com o trabalho (1978, p. 60).

Lisboa toma Varnhagen, futuro desafeto seu (cf. a seção 3.5.3 adiante), por guia em meio à imensidão da papelada. O autor de *História Geral do Brasil* era mesmo, àquela altura, quem mais conhecia as fontes da história brasileira. Manda a Lisboa que faça seus copistas reproduzirem, por exemplo, o *Livro que dá Reção do Estado do Brasil* (1612), de Diogo de Campos Moreno, e os *Diálogos das Grandezas do Brasil*. As orientações eram mais que necessárias; Lisboa achava-se verdadeiramente perdido em razão de “falta de método”. Chega a perguntar a Varnhagen se as cartas de sesmaria de São Paulo teriam alguma importância! E pergunta ainda por onde começar os trabalhos no Conselho Ultramarino, e ainda se haveria alguma método a seguir, ou se deveria proceder de maneira mais ou menos ampla e sem critério (Rodrigues, 1978, p. 61).

Os copistas a seu mando eram de pouca competência. O estado dos documentos não favorecia, por outro lado, um bom tratamento dos textos. Logo, as cópias resultavam muito deficientes. “A correção fique para quem no Brasil quiser usar deles, ou para tratos, ou para dá-los à estampa. É trabalho longo e minucioso, que só mui de espaço se poderá ir fazendo”, escreveria Lisboa (*apud* Rodrigues, 1978, p. 63).

Embora pouco sistemáticos, os esforços de Lisboa passaram longe de ser vãos. Reencontra e manda copiar, por exemplo, a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, à época dado por perdido. Recolhe enorme quantidade de documentos jamais compulsados, manda copiá-los ou extratá-los e enviá-los ao Brasil. É importante o que diz sobre suas pesquisas àquela época em carta de 1857 a Antônio Henriques Leal, o seu futuro editor que era também, como ele, historiador de província e amigo que tinha em comum com Gonçalves Dias:

[No Arquivo do Conselho Ultramarino] *tenho descoberto coisas do arco da velha, toda a crônica escandalosa de 1770 e tanto até 1807, casamentos, raptos, concubinatos, adultérios, roubos, amotinatos, pasquins; tudo mandavam mexericar para cá os generais, as câmaras, os ouvidores, e mesmo particulares, travados numa luta constante e não menos furiosa que a destes tempos de liberdades [...]* O meu trabalho consiste em fazer copiar crônicas, memórias e documentos oficiais sobre história, estatística, legislação e administração para o governo e em *extrair apontamentos sobre a história do Maranhão para meu uso e em ir desde já escrevendo alguma coisa. Estudo também o Padre Antônio Vieira para acabar de escrever a sua vida e reformar completamente a parte publicada* (Lisboa *apud* Rodrigues, 1978, p. 65, grifo nosso).

O que se passa a acompanhar nos fasc. 11-12 são os resultados dessa pesquisa, pelo menos na parte que diz respeito à história geral do Maranhão colonial. Os novos escritos sobre o Padre Vieira ficariam inéditos e não seriam inseridos no *Jornal de Tímon*.

### 3.5.2 A tragédia do Bequimão

Como já fizera nos fasc. 2-3 e no fasc. 4, no “Prólogo” destes fasc. 11-12 Lisboa fala de “vicissitudes revolucionárias que nos nossos tempos têm sido a condição quase ordinária da vida das mesmas sociedades”; fala em “parto laborioso das novas instituições” (2012, v. 3, p. 38). É o mundo de transição sobre o qual gosta de tratar. Terá sido por ver no presente um momento de viragem, uma conturbação de momentos históricos que morrem e outros que se anunciam, que Lisboa foi procurar no passado era similar, aquele passado de Manuel Beckman, a fim de lá notar os traços mais ou menos permanentes da história brasileira sempre em crise?

Seja como for, João Lisboa irá se apresentar como historiador profissional numa monografia, não em obra de fôlego mais amplo e vistas mais genéricas. Pergunta-se: “qual é o mérito real destes trabalhos históricos, restritos ao Maranhão, a que nos temos dedicado?”, restringindo-se, pois, a este “pequeno recanto do mundo onde viemos à luz”? (2012, v. 3, p. 34). Em sua defesa cita, em tradução aparentemente sua, estas palavras do historiador francês Gustave Planche:

Sempre que sentiu a necessidade de regenerar-se, procurou a ciência histórica concentrar os seus esforços em um espaço limitado, antes de recontar a vida toda de uma nação ou povo inteiro – resolução acertada e fecunda, para cuja justificação basta citar os nomes de Sharon Turner, e de Agostinho Thierry. A aplicação deste método devemos a História dos anglo-saxões, e a da Conquista da Inglaterra pelos normandos... (*apud* Lisboa, 2012, v. 3, p. 34).

Com esse intuito renovador Lisboa quis fazer uma monografia sobre a Revolta de Beckman, com o propósito de fazer a “narração das cenas animadas e dramáticas” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 39), tanto mais que se tratava de episódio que “ainda não havia sido tratado, e é todavia um dos mais interessantes de toda a história do Brasil” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 32). Quanto à armação da narrativa, promete fazer “indicação sumária dos acontecimentos anteriores à revolução” e, assim, dar uma “ideia geral do sistema colonial” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 32).

O que move a trama destes fascículos é a oposição entre colonos e jesuítas, a aparecer metonimicamente como parte do confronto entre colônia e metrópole. São muitos os vai e vens da política metropolitana em relação ao cativo indígena: ora se proíbem os baixamentos de índios, ora se os tolera; ora o povo expulsa os jesuítas, ora os acolhe de volta.

Se no primeiro capítulo Lisboa não faz mais que uma cronologia dos principais fatos da história maranhense de 1615 a 1679, baseando-se quase exclusivamente em Berredo, no segundo decide “interromper a narração para procedermos à apreciação geral prometida”, isto é, apreciação “quer das leis a que a Metrópole sujeitava as suas colônias, quer das consequências resultantes das mesmas leis, e manifestadas assim nos acontecimentos que acabamos de sumariar” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 81). Aos seguintes temas transversais da vida colonial dedicará sua atenção, que aqui se avizinha da sociologia: legislação colonial e capitânicas (capítulo III), legislação posterior ao governo geral da Bahia (capítulo IV), a magistratura e o clero (capítulo V), os senados municipais, seu poder e a questão do municipalismo (VI), as classes de pessoas na colônia, e ainda a nobreza antiga e a moderna (capítulo VII), a composição da população (capítulo VIII), o problema da escravidão (capítulo

IX), as leis sobre o comércio (capítulo X), os impostos (capítulo XI), a ineficiência administrativa da colônia (capítulo XII) e sua miséria geral (capítulo XIII).<sup>27</sup>

São muitas as observações interessantes de Lisboa. Nota que, quanto à organização das forças de segurança do país e de suas jurisdições, abunda uma legislação vaga, inespecífica e inteiramente burocrática. Pois “já de então se manifestava essa tendência, que tanto depois se exagerou, para regulamentar de tão longe ainda os assuntos de mais somenos importância” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 88). Nota que, “onde era quase nula a ação fiscalizadora do governo supremo”, os governadores, que eram “Ignorantes, duros, rudes e incultos”, só buscavam “cevar seus apetites desordenados”, “fazer guerra a estrangeiros e gentios e ajuntar dentro do triênio, por todos os meios imagináveis, a maior soma possível de riquezas” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 91). Seu juízo sobre o exercício do poder português nos dois primeiros séculos de colonização não tem paralelo, em sua crítica acerba, em nenhuma outra obra de meados do século XIX:

a história imparcial e inexorável não pode deixar de proferir a sua condenação contra a maior parte desses mandões ignaros, corrompidos e perversos, que obcecados pela cobiça, e encarniçados nas lutas civis, e na perseguição da raça desvalida dos índios, calcavam todos os seus deveres, e preteriam todos os outros meios, cujo emprego inteligente conduziria sem dúvida e para logo aquela pobre colônia à prosperidade agrícola e comercial de que se viu privada durante largo período de mais de século e meio (Lisboa, 2012, v. 3, p. 98).

O cap. IX é um libelo antiescravagista. Lisboa chama a escravidão de “o maior atentado, em nosso conceito, que jamais se cometeu contra os foros da humanidade” (2012, v. 3, p. 141). Mantém-se bem atento aos subterfúgios para a justificação dessa instituição: fala das ordenações onde era “tudo bem floreado de frases sonoras sobre catequese, religião, salvação e civilização dos índios” (2012, v. 3, p. 133); está principalmente atento aos “danos e sofrimentos, que, bem que diversos na aparência, resultavam do princípio da escravidão” (2012, v. 3, p. 135). Um desses grandes danos foi o de que

desonrou o trabalho, e tornou por muito tempo, no passado como no presente, e ainda no futuro, dispendiosos, e pouco produtivos os diferentes processos das artes e da indústria, os da agricultura sobretudo, quase exclusivamente

---

<sup>27</sup> Estes fascículos também trazem ao fim sete notas, nomeadas de “A” a “G”, as quais compõem quase metade do volume; em sua maioria são apenas extratos de documentação à época pouco acessível ou pelo menos pouco acessada, a exemplo da “Sinopse da Legislação Colonial. Notícias estatísticas, usos e costumes do Maranhão” (Nota A, a mais extensa de todas), com reprodução de muitos trechos de cartas régias e regimentos; ou a exemplo da Nota F, sem título, com uma relação das referências e documentos de que o autor se vale para reconstituir a Revolta de Beckman, mais uma amostra do seu elevado nível de autoconsciência no trato com as fontes. A Nota C será discutida à parte, ao fim deste capítulo.

confiados a mãos que, além de inábeis, caem de frouxas à minguia de incentivos (2012, v. 3, p. 136).

Além desses reveses materiais, impõe-se a grande desgraça simbólica e moral: “a escravidão, sem melhorar e civilizar o escravo, barbariza e corrompe o senhor” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 137), o que é uma tese hoje muito identificada a Gilberto Freyre e seu *Casa-Grande & Senzala*. Desses escravos, “Muitos com efeito se finavam de pura mágoa e sentimento; e quando a dor de per si não bastava a libertá-los da vida, apressavam-se eles mesmos a pôr-lhe fim”, o que faziam “ou cavando e comendo terra, até abrirem nela a sepultura em que descansassem, ou pendurando-se à primeira árvore que encontravam, e que suas próprias mãos”, note-se a imaginação dramática de Lisboa, “talvez haviam plantado em hora menos aziaga” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 138). Essa “mortalidade enorme e desmesurada fraudava ordinariamente a cruel avidez dos senhores” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 138).

Veja-se o retrato que faz da situação das escravas:

Novas Andrômacas forçadas a procriar no cativeiro, e mais desditosas que a princesa troiana, são as escravas vítimas a um tempo da incontidência brutal, e de cálculos sórdidos e avaros. Aos rendimentos, que são o fruto do trabalho braçal, juntam elas, como o gado, as crias que são o fruto do ventre, igualmente devido ao senhor, porquanto, segundo o conhecido princípio da sabedoria e civilização romana, de que soubemos apropriar-nos, *o parto segue o ventre*” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 139, grifo do autor).

No capítulo X, João Lisboa oferece explicações de conteúdo mais ou menos sociológico para o estabelecimento (e falência) de companhias de comércio e para a abertura comercial após a vinda da família real. Comenta que, “em países novos e pobres de capitais, e onde os recursos individuais e isolados” ainda não são “assaz poderosos para criar a riqueza e prosperidade geral”, nasce “a necessidade das associações de capitais”, com “concessão de largos privilégios” aos investidores, que terão imensos gastos, por exemplo, protegendo as mercadorias da pirataria. Esses “largos privilégios”, tão logo vistos como regalias inaceitáveis, são interpostos, de modo que “desta fortuna nunca gozaram as Companhias e Estancos que durante o século XVII a Metrópole introduziu no Brasil e no Maranhão”. Contra essas empresas levantaram-se não só os populares, que se viam preteridos, mas a própria “avidéz crônica dos governos absolutos e despóticos” e o “ciúme da Inquisição, que não pudera ver de boa sombra a isenção do fisco garantida aos acionistas, pela maior parte oriundos de raça hebreia ou cristãos-novos”, dos quais um foi até foi “sentenciado no Reino como judeu”. (Lisboa, 2012, v. 3, p. 143-144).

Ao decretar a abertura do comércio após 1808, “a Corte atendia sobretudo aos seus próprios interesses”. Não era certo o retorno da família real à metrópole, em vista da qual se justificava o monopólio do comércio na colônia. Lisboa entende que o governo e a nobreza precisavam diversificar a economia destas terras, onde agora fatalmente se encontravam e onde precisavam abastecer-se (Lisboa, 2012, v. 3, p. 149). As observações de Lisboa, a essa altura, fazem dessa dezena e meia de capítulos mais um ensaio de meditação histórica (ou já sociológica) do que um tratado histórico propriamente dito.

Mas os capítulos XIV e XV marcarão o retorno do tom narrativo e imaginoso nestes fasc. 11-12, especialmente no capítulo XV, pois nele se dará “uma individual notícia das principais personagens que figuraram neste *drama*, esboçando em rápidos e ligeiros traços as suas feições mais salientes” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 189, grifo nosso). A proibição do cativoiro de indígenas, em 1860, eleva o nível das tensões entre colonos e autoridades. Da noite para o dia, “viram-se os moradores imediatamente esbulhados da posse justa ou injusta, mas antiga, dos índios chamados livres”, ao mesmo tempo que era confiada aos principais inimigos seus, os jesuítas, “toda a jurisdição espiritual e temporal” sobre os indígenas, “com grande encarecimento do seu mérito, ilimitadas regalias, e exclusão injuriosa das demais ordens” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 172). A isso se somaram os “recorrentes problemas envolvendo o Estanco Real e, em seguida, o Estanco instituído por uma companhia, com seus ‘assentistas’”. Daí a longa cena em que, por meio de um “ardil”, o governo faz a população receber o Estanco como se fosse coisa bem recebida e aceite, quando na verdade foi imposta (Lisboa, 2012, v. 3, p. 178-180). Os desmandos que se seguiram foram muitos: “Os pesos e medidas de que usavam eram falsificados; as fazendas e comestíveis expostos à venda, por pior qualidade, e até, corruptos”; e, para piorar, “tudo em quantia insuficiente para abastecimento do mercado, e por preços superiores aos taxados” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 182).

A essa altura, Lisboa volta a fazer, como no fasc. 4, uns rudimentos de sociologia da revolução:

Por uma invencível cegueira, de que a História nos oferece tantos exemplos, teimam muitos dos que a escrevem, e sobretudo os que governam as sociedades, em não ver nas revoluções o resultado de causas gerais, e da exasperação de um povo todo inteiro; antes procuram complacentemente a sua explicação nessas conjurações e planos traçados de assento, que quanto realmente existem, não são de ordinário mais do que sintomas daquelas causas, e a simples ocasião dos movimentos, fazendo em tudo o mesmo ofício que a mecha aplicada à mina já de antemão disposta (2012, v. 3, p. 198-199).

Mais uma vez, João Lisboa se ocupa de flagrar os processos sociais em sua espontaneidade, não como história oficial (os feitos dos governantes) nem como dirigência de uns poucos planos e personagens. Em um cenário calamitoso como esse, diz Lisboa que “só faltava um acidente, ou uma voz autorizada que levasse após si a multidão” (2012, v. 3, p. 187). Esta voz seria a de Manuel Beckman, isto é,

o Bequimão, participante da miséria e opressão comum, foi dominado e arrastado pelas mesmas ideias e paixões que eram as de todos. Os elementos de grandeza, desinteresse, generosidade e sacrifício, que reunidos a uma certa propensão para o sentimentalismo fantasioso, constituíam a base principal do seu caráter nobre e elevado, explicam de um modo tão plausível a posição eminente, e a parte ativa que ele tomou nos acontecimentos, que não será necessário interpretá-las pela existência de paixões criminosas e baixas, aliás incompatíveis com tudo quanto sabemos da sua vida (Lisboa, 2012, v. 3, p. 192).

Era ele “vulto nobre e grandioso”, e no período “não [se] encontra outro que com ele possa medir-se, a não ser o do padre Antônio Vieira” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 192). Perceba-se, aí, como João Lisboa está atento aos personagens possíveis de seu romance histórico.

Sobre Bequimão, nota que “talvez não tivesse pequena influência nas ações que a [sua vida] assinalaram a *leitura de certos livros de história de revoluções* que por ocasião do seu processo se lhe encontraram”. Ele e os demais “*singulares repúblicos*” apreciavam “entreter o espírito com o estudo e a recordação dos governos livres, que propunham para exemplo” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 192).

Lisboa não tem dúvida dos dotes oratórios de Beckman, mas não confia no que a fonte principal que tem a seu dispor diz a respeito. Se Berredo havia servido de oportunidade para criticar as crônicas históricas tradicionais, agora é Teixeira de Moraes, cronista da Revolta de Beckman, que João Lisboa escolhe para censurar tanto a historiografia tradicional (pelo que tem de imaginosa, sem atentar ao que ele próprio, Lisboa/Tímon, tinha de imaginoso) quanto o estilo acadêmico ainda muito difundido:

A sua retórica pedantesca impunha-lhe por outra parte certas necessidades imperiosas, a cuja satisfação não lhe era possível esquivar-se; e se no curso da narração vemos a cada passo os obscuros incidentes da vida daquela pobre colônia comparados aos acontecimentos mais grandiosos da História Antiga, especialmente da romana; não é muito que na pessoa de Manuel Bequimão se lhe deparasse naturalmente um novo Catilina encaminhando-se, no meio da ruína e perdição comum, ao supremo e absoluto domínio do Maranhão; porquanto, digamo-lo desde já, Teixeira de Moraes mais para o diante acusa-o com imperturbável seriedade de aspirar à própria realeza (2012, v. 3, p. 195).

Morais teria escrito “romance episódico”, no qual chegava a colocar “na boca do chefe um discurso em regra, pelo teor e feição dos de Tito Lívio”, que será o mesmo estilo de todos os demais personagens, sem distinção de um e outro, o que faz Lisboa acreditar “sem escrúpulo serem todos de sua própria lavra”, isto é, da lavra de Teixeira de Moraes (2012, v. 3, p. 200).

A eloquência de Beckman, de todo modo, seria fatal para os acontecimentos. É “noite de 23 de fevereiro, véspera de sexta-feira de Passos”; na reunião de revoltosos, destaca-se o Bequimão: “Como mais autorizado ou mais eloquente, o Bequimão tomou um lugar conveniente, e expôs em um conciso discurso as causas e os fins daquele ajuntamento, e da revolução que dele devia sair” (Lisboa, 2012, v., 3, p. 203). Foi Manuel Serrão de Castro, “homem brutal e de pouca suposição”, quem conseguiu sublevar a massa (Lisboa, 2012, v. 3, p. 204). Renderam o corpo de guarda, prenderam o capitão-mor e os padres, apoderaram-se do Estanco; o governo é composto por Bequimão, por seu irmão Tomás e por Eugênio Ribeiro Maranhão. E eis que João Lisboa se sai com essa mescla de historiografia, chiste e ficção:

Tudo assim felizmente concluído, só restava render graças a Deus pela fortuna daquele dia. Entouu-se solene *Te deum* na matriz, ao som dos vivos, sinos e salvas de fuzilaria, e no meio de recíprocos e jubilosos parabéns, acreditando todos, como de ordinário acontece na efusão dos primeiros momentos, que tinham já agora para sempre assegurada a felicidade da república e a de cada um em particular (2012, v. 3, p. 206-207).

Logo sobrevém o primeiro fracasso do Bequimão: as câmaras de Tapuitapera e de Belém não aderiram à revolta; festejavam a abolição do Estanco e a expulsão dos padres, mas não queriam se desavir com a Coroa. “O Bequimão voltou [de Belém], se não abatido, vivamente contrariado deste revés que, com ser o primeiro, não era menos decisivo”; no retrato que lhe faz Lisboa, “é de crer que desde então medisse com mais calma e reflexão todo o alcance da situação difícil em que se havia colocado. Entretanto” – novamente se insiste em sua personalidade inflexível –, “no seu procedimento não dava o mais leve indício de haver quebrado do primitivo vigor, antes perseverou nele com a mesma ousadia e resolução” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 209).

Fosse como fosse, o movimento seguia vivo, e as animosidades acesas naturalmente fizeram ser expulsos os jesuítas. É bem de admirar quão romanceada é a cena do embarque dos padres: “o próprio Bequimão, tão comovido como os mais, e sem poder conter as lágrimas, adiantou-se para abraçar publicamente um dos padres de quem era particularmente amigo” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 214). E veja-se o artifício folhetinesco de que se vale (mais uma vez)

para enquadrar outro ângulo da narrativa: “Deixemos por enquanto estes proscritos de um dia seguirem a sua viagem, e voltemos outra vez ao centro do pequeno povo, onde novas e variadas cenas estão chamando nossa atenção” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 214).

Idos os padres, os ânimos da população começam a arrefecer, e assim decai sua dedicação à revolta, o que faz o herói Bequimão considerar o que o aguardava para breve. Assim, “O mesmo Bequimão, conta-se, era frequentemente salteado de funestos pressentimentos; por vezes ouviram-no praticar acerca do destino que provavelmente o aguardava, se bem acrescentasse sempre com firmeza nestas ocasiões”, veja-se mais uma vez a têmpera do herói, “e como quem tinha a consciência segura e sossegada – que viesse a morte muito embora, que o encontraria resoluto e muito arrependido” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 216-217).

Vendo a revolta diminuir de vulto, Manuel Bequimão se abate:

Este homem superior cedia talvez à influência contagiosa do abandono geral; e não atinando com uma solução possível às dificuldades em que se via, cruzava os braços à espera que os acontecimentos lhe trouxessem. Ou talvez salteado de um desses súbitos desfalecimentos a que são tão propensas as organizações ardentes e apaixonadas, cerrava os olhos ao perigo, cujo antigo vigor não acharia já agora objeto digno em que empregar-se (Lisboa, 2012, v. 3, p. 223).

O romance, para prosseguir, precisará mudar de cena, com o que a vista do leitor é levada de volta aos jesuítas: “Já é tempo porém de seguirmos os padres expulsos de São Luís, e de indagarmos como recebeu a Corte a notícia da sublevação triunfante” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 223), artifício que, ao fim deste capítulo XVII, chama o leitor a rever o ponto em que o narrador havia deixado de tratar da sina dos padres, ao fim do capítulo XVI, o que já se aludiu linhas acima: “Deixemos por enquanto estes proscritos de um dia seguirem a sua viagem...”. A esse tipo de artifício o narrador se habituou desde “Partidos e Eleições no Maranhão”.

Na corte, os padres fariam o possível para converter a opinião real contra os sublevados e fazer valer a normalidade política à base da força, com dispensa de anistia. De nada valeu a embaixada de Tomás Beckman, irmão de Manuel, à corte, a fim de apresentar ao rei as demandas dos maranhenses. De lá seriam expedidos soldados que com facilidade retomariam os fortes de São Luís, praticamente sem resistência. E assim tudo tornaria a como era antes, passadas as cenas mais movimentadas, e não faltaria quem comemorasse: a “queda da revolução festejava-se pelo mesmo teor que o seu triunfo, desempenhando os mesmos atores os mesmos papéis na nova cena, salvas algumas ligeiras variantes na posição e na frase” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 236).

Beckman será capturado e enforcado, mas sua morte tem menos importância para Lisboa que a circunstância de ter sido ele um líder traído. Certo Lázaro de Melo, jovem pertencente a uma família abastada e que era afilhado ou compadre do revoltoso, pessoa íntima de sua casa, é quem o atraiçoa. Beckman havia se homiziado em seu engenho no interior do estado, às margens do Rio Mearim. É para lá que Lázaro se encaminha numa canoa, acompanhado de “escravos e fâmulos”. Já escondido no mato em razão da notícia de que se aproximava uma embarcação, Beckman, contudo, abandona os cuidados ao reconhecer um rosto amigo. Lázaro “dirigiu-lhe algumas palavras próprias a adormecer quaisquer suspeitas que tivesse, e enquanto procurava entretê-lo, um dos seus mais robustos sequazes lança-se a ele de improviso, cinge-o fortemente nos braços”, e assim se inicia uma luta à qual se juntam os escravos do engenho de Beckman. Mas, quando o traidor leu a ordem de prisão aos brados, em nome de El-Rei, “todas as frentes se curvaram, e ninguém mais ousou mover-se. A vítima, ignominiosamente amarrada, foi arrastada até à canoa, e ali carregada de grilhões” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 240).

Lisboa conclui fazendo novo comentário sobre o quanto o episódio do Bequimão se prestava à narrativa. Fora uma “revolução”, com o “estranho e variado dos acidentes” e “o trágico e sanguinolento do desfecho”, que lhe davam o “*atrativo pungente e sedutor do drama e do romance*”. Coisa da maior importância, Lisboa confessa: “Nunca nos foi tão sensível a nossa falta de aptidão para este último gênero de composição [romance]”, pois as cenas com que se deparou nos documentos deveriam dar ensejo a “uma dessas intrigas cheias de incidentes e de emoções que o gênio do verdadeiro romancista sabe urdir com tanta naturalidade”. Caberia, em suma, “compor um poema sem igual” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 257-258).

Talvez João Lisboa não tenha escrito, nestes fasc. 11-12, um “poema sem igual” nem tampouco, a rigor, um “romance”. Mas sem dúvida fez história à maneira de tragédia, com herói virtuoso que sucumbe ao destino. Tímon já tivera a oportunidade de pintar personagens patéticas de sobra, a começar pelo presidente Anastácio Pedro e pelo Dr. Afrânio. Já pudera espicaçar personagens ambíguos como o Padre Vieira. E agora se deparou com a chance de entusiasmar-se com um herói. Mas aqui é Lisboa inteiramente quem fala; Tímon não comparece mais.

### 3.5.3 Excurso: Os índios e Varnhagen

Na Nota C que João Lisboa incluiu nos apêndices aos fasc. 11 e 12, há uma acerba crítica ao tratamento que Francisco Adolfo de Varnhagen dá à relação entre o colonizador

português e os índios. Em resumo, Lisboa o acusa de edulcorar uma relação que teria sido, sim, civilizatória em alguma medida, mas essencialmente violenta. Mas a crítica a Varnhagen, respeitosa em geral, virulenta em alguns pormenores, parte de uma revisão que Lisboa impôs primeiro às suas próprias ideias, para só então dirigir-se ao autor da *História Geral do Brasil* (1854-1857).

Lisboa primeiro recapitula sua discordância com Gonçalves Dias nos fasc. 5-10; o poeta, pensara à época Tímon, havia exagerado em sua avaliação do morticínio que o colonizador haveria feito no elemento indígena. Embora o tema já tenha sido discutido páginas atrás, será interessante reproduzir as novas palavras de Lisboa, pois elas servem para deixar claro o quanto ele se distancia da romantização do indígena, por um lado, mas também o quanto esse distanciamento não o faria insensibilizar-se, por outro, à tragédia dos povos ameríndios:

[...] arrastado sem dúvida pelas suas predileções e simpatias poéticas, o harmonioso cantor daquelas raças proscritas confundindo a história com a poesia, e a ciência dos fatos, e os juízos severos da razão com os devaneios da imaginação quis identificar a atual nação brasileira com essas tribos ferozes e pôs a nossa prosperidade dependente da sua completa reabilitação, porquanto dos índios tudo se devia esperar, pois que eles haviam sido o instrumento de quanto no Brasil se praticara de útil e grandioso, tinham dado a base para o nosso caráter nacional, e eram o princípio de todas as nossas cousas. A acreditá-lo, as tribos e nações cruelmente imoladas só no norte do Brasil, e no espaço que decorre do Maranhão ao Cabo do Norte se computavam por milhões, que assim o havia dito o padre Antônio Vieira, autoridade agora seguida sem restrições.

O poeta estranhou até ao cronista português [Berredo] que escrevesse antes a história da raça conquistadora, que era a sua, que a das raças vencidas conquistadas. Como nos seus versos imortais, preferia os mitos, as tradições, as guerras encarniçadas, os banquetes de carne humana, e as emigrações dos indígenas, aos insignificantes tumultos de São Luís e de Belém, às representações dos seus Senados, às digressões dos seus governadores, e aos comboios anuais dos seus navios, que tudo lhe parecia de muito menos interesse e importância.

Protestamos e reagimos contra estas exagerações e erros evidentes, e no nosso ardor, fomos também pela nossa vez arrebatados para um pouco além da verdade (Lisboa, 2012, v. 3, p. 382-383).

João Lisboa recordaria também a sua percepção de que a “decadência e extinção [dos indígenas] resultaria *principalmente* da incompatibilidade da sua coexistência com a raça civilizada dos invasores” (2012, v. 3, p. 383, grifo do autor). Perceba-se: “principalmente”. Agora, ele dará ainda mais ênfase ao advérbio por julgar que no primeiro volume (1854) da sua *História Geral* Varnhagen “abundara em algumas das nossas ideias” e, “reproduzindo-as, e desenvolvendo-as, não só justifica os colonizadores, e condena os indígenas, como propõe

formalmente o emprego da força, da guerra, e da escravidão para converter e civilizar as tribos selvagens que ainda restam, relíquias das antigas devastações” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 384).

Os pontos principais de discordância de João Lisboa frente a Varnhagen podem ser assim apontados: que este último considerava que o colonizador português tenha sido sempre cordado em sua abordagem ao indígena, e que este é que acaba por traí-lo; que, em razão dessas traições, é meio mais útil que a catequese e o convencimento o emprego de violência que logo subjuga o nativo, pois afinal isso para ele se tornará um bem, com aquilo que ganhará da fé e da civilização; que antes se tivesse explorado mais sistematicamente a escravidão indígena do que a do africano, por mais odioso que fosse o escravagismo; e que se fizessem novas bandeiras para aprisionar os índios e reparti-los entre colonos e demais empreendedores, assim livres para dispor deles como melhor lhes parecesse, desde que os fazendo desse modo participar mais ativamente da nacionalidade brasileira (Lisboa, 2012, v. 3, p. 384-390).

Em seus traços gerais, a leitura que João Lisboa faz de Varnhagen não é injusta, embora pelo menos em um caso apresente um grave erro de interpretação, o que fará o autor da *História Geral* protestar (Varnhagen, 1867, p. 21); é uma leitura apenas incompleta, não devidamente nuançada, ainda que afirme do trabalho deste último que se poderá “discrepar aqui e acolá dos juízos e apreciações que ele contém [...]. Mas empreender outro igual, completamente renovado, e sobretudo levá-lo a cabo, é o que provavelmente se não há de ver outra vez em nossos dias”, pois se trata de uma obra de “saber vasto e variado”, produzida pela conjunção da circunstância e personalidade adequadas, de ócio e aturado empenho (Lisboa, 2012, v. 3, p. 420-421).

Arno Wehling avalia que a “polêmica [de Varnhagen] com João Francisco Lisboa situa-se justamente na política a seguir em relação aos indígenas do presente, não na interpretação de sua cultura, que era apenas utilizada para endossar as teses pragmáticas do autor” (1999, p. 165). Isto é, o problema nascia, curiosamente, da recusa de Varnhagen, mais ou menos como faz o próprio Lisboa, de

atribuir aos indígenas a base da nacionalidade, como faziam os românticos. Para ele, eram, no presente, apenas populações geralmente refratárias e hostis, que dominavam áreas extensas do território brasileiro e nos quais, por consequência, não se exercia a soberania nacional em sua plenitude (Wehling, 1999, p. 164).

Em resposta às críticas que recebeu, Francisco Adolfo de Varnhagen publica em 1867 – portanto quatro anos após a morte do autor de *Jornal de Tímon* – o livro *Os Índios Bravos e o sr. Lisboa*. Afirma aí, e prova com reprodução de textos seus da década de 1840,

que suas críticas à idealização do índio e sua avaliação positiva da colonização portuguesa nada deviam a João Lisboa, pois antecediam de bons anos ao seu *Jornal* (Varnhagen, 1867, p. 4-6); vai além e afirma que, nesse caso, Lisboa é que era plagiário, por copiar ideias dele, Varnhagen (1867, p. 7-8). Daí em diante o tom desce, e desce mais ainda, a ponto de Varnhagen recorrer à correspondência privada que mantivera com o maranhense para pintá-lo de ignorante e pretencioso:

Em presença dessa correspondência, o leitor poderá reconhecer que, ao começá-la o Sr. J. F. Lisboa não tinha ideia alguma das *fontes* da nossa história. À exceção de alguns apontamentos que trazia consigo, tirados, creio, dos livros da Câmara do Maranhão, e dos extractos da legislação que se acham nos conhecidos repertórios de Borges Carneiro, e das leis acerca do Brasil que se encontram na recente coleção de Sr. Dr. José Justino de Andrade e Silva, a qual se publicava justamente quando Timon chegou a Lisboa, — tudo o mais conseguiu o censor, sendo por mim guiado. — Não só lhe indiquei as crônicas mss. que tratavam da revolução de Beckman, como insisti com ele em que preferisse a tudo o empregar o seu tempo no arquivo ultramarino, ainda quase virgem de exames, e onde começou, por encontrar a cópia do regimento dado a Tomé de Souza, que aliás já havia sido tirada para o Sr. Gonçalves Dias (Varnhagen, 1867, p. 8).

João Lisboa aduzira cartas, regimentos e relações do Brasil colônia que mostravam que os portugueses eram os primeiros agressores, e não os índios; Varnhagen, de sua parte, fará o mesmo, mas em sentido inverso, de modo a mostrar que ao colonizador não era dado instalar-se de modo tranquilo numa certa área, sem logo ser assaltado pelos naturais da terra (Varnhagen, 1867, p. 25-27).

No escopo deste trabalho, importa enfatizar que o embate travado por João Lisboa com uma visão que considerava virulenta e odiosa, além de cada vez mais acolhida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, surge como uma revisão ensaística, em nota de fim de livro, do que ele próprio havia exposto há poucos anos em tom irônico, xistoso e até acusador. Agora, ele próprio se põe a comentar a si mesmo, porém com ares de gravidade e mesmo indignação, o que vem a reforçar o que antes foi dito: à medida que progride em seus “Apontamentos”, Tímon é cada vez menos invocado e a ambição do historiador se torna cada vez mais “científica”, “metódica” – como se o João Lisboa historiador, enfasiado dos erros de seu *alter ego*, se metesse a comentar o Tímon trocista e, de quebra, a criticar o principal historiador rival à época.

## 4 TÍMON E O SENTIDO DA SÁTIRA

Quem foi, afinal, Tímon de Atenas, o remoto inspirador do *alter ego* de João Francisco Lisboa? A resposta a essa pergunta conduz ao centro do *Jornal de Tímon* e ao sentido especial que a sátira nele assume. Neste caso, mais que a fonte, importa o tratamento que João Lisboa lhe dá, ou, na verdade, não lhe dá.

No capítulo anterior foi descrita a estrutura geral do *Jornal de Tímon* e foram apontados, com alguma minúcia, seus temas. Neste será averiguado o quanto essa estrutura e esses temas, vistos em conjunto com os procedimentos estilísticos que Lisboa seleciona, força a reavaliar a literatura brasileira de então e mesmo a posterior. João Lisboa deflagra com Tímon um procedimento crítico de ampla repercussão; e esse procedimento se inicia, muito adequadamente, com a escolha do nome e da verve desse seu *alter ego*. Donde a importância de buscar as suas fontes.

### 4.1 Fontes para um *alter ego*

João Francisco Lisboa aponta, no “Prospecto” do *Jornal*, dois autores como os responsáveis por sua adoção do pseudônimo de Tímon, ambos hoje de lembrança limitada, um, à história do jornalismo francês à época da Restauração, outro, à história da erudição em antiguidades naquela mesma nação: Louis Marie de Lahaye (1788-1868), mais conhecido por Visconde de Cormenin, e Jean-Jacques Barthélemy (1716-1795).

A obra mais conhecida de Cormenin no Brasil, ou que pelo menos foi conhecida em certa época, é *Entretiens des Villages*, que Antonio Feliciano de Castilho traduziu por *Colóquios aldeões* e publicou pela Imprensa Commercial em 1879 na cidade do Porto. Houve dezenas de edições francesas do *Livre des Orateurs* (1842) de Cormenin num intervalo de poucos anos, e é de se imaginar que muitos exemplares tenham sido comercializados num país, o Brasil, cujo mercado editorial incipiente era dominado por edições francesas e portuguesas. Era sem dúvida um escritor conhecidíssimo entre literatos brasileiros de meados do séc. XIX, e isso a ponto de, para increpar Sales Torres Homem de desonestidade em seu panfleto *O Libelo do Povo* (1949), muitos não fizeram mais que afirmar que grande parte da substância desse escrito seria devida a Cormenin. Um observador teria chegado a comentar: “As poucas páginas de *O Libelo do Povo*, brutais e mal enxertadas, pertencem a Sales Torres Homem; tudo o mais

a Cormenin” (Magalhães Júnior, 2009, p. 23). Seria um caso entre muitos outros; ser “crítico” como Cormenin era uma moda.

Esse fato impõe uma questão. Não teria João Lisboa escolhido já no “Prospecto” do seu *Jornal* externar o parentesco dos seus esforços moralizadores e a filiação de seu pseudônimo para escapar à pecha de mero imitador? Não buscava assim justamente *afastar-se* de Cormenin, na medida em que de forma muito autoconsciente estruturava seus escritos de costas para a atividade daquele cujo pseudônimo vai já na capa do *Jornal*? É bastante estranho que Lisboa pareça ter em tão alta conta o panfletário francês; diz, inclusive, não “aspirar ao renome e glória do espirituoso Tímon parisiense, pois me falece cabedal e engenho para poder, não já competir com ele, mas seguir de longe o seu rastro luminoso” (2012, v. 1, p. 135, grifo nosso). Mas por que não cita seu nome ao longo de todo o *Jornal* senão uma única vez, e num contexto genérico, ao lado de outros nomes como Voltaire, Victor Hugo e Guizot (2012, v. 1, p. 249), apenas para ilustrar certa cultura francesa que via com bons olhos? Por que não cita trechos dos seus trabalhos ou deles faz paráfrases, como pratica longamente com outros autores que o inspiram, como Chateaubriand, Alexis de Tocqueville e Montesquieu?

A resposta é simples: talvez Cormenin possa até ser para Lisboa um modelo de ação jornalística e política, mas de maneira alguma um modelo literário.

Comparado a João Lisboa, Cormenin é um escritor retórico em sentido estrito e até pejorativo (isto é, inábil no uso da retórica), capaz de começar seu *Livro dos Oradores* com uma platitude como “A Eloquência é a arte de comover e convencer” (1842, p. 12, tradução nossa), que João Lisboa não perdoaria na boca de um seu conterrâneo. Os *Entretiens de village* são diálogos nada socráticos nos quais personagens-tipos, como o “Mestre-escola Pierre” e seus alunos, discutem aspectos da vida campesina (da frequência à paróquia local ao modo e oportunidade da colheita...), e nos quais, vez ou outra, acha o autor de bom tom inserir alguma questão de tom escolar: “Que entende o senhor por caridade?” Ao que o zeloso professor responderá bem professoralmente: “Existem dois tipos de caridade [...]. A caridade legal vê o homem em meio às massas. A caridade privada vê o homem no indivíduo”. E claro: “A caridade legal cabe sobretudo à administração, [...] à saúde pública, e a caridade privada sobretudo à filantropia” (Cormenin, 1846, p. 119, tradução nossa).

De maior importância, sem dúvida, é a outra fonte inspiradora que João Lisboa refere no “Prospecto” (2012, v. 1, p. 134): *Viagem de Anacársis o Jovem pela Grécia* (1788, 7v.), obra do abade francês Jean-Jacques Barthélemy (1716-1795). Nesse relato de viagem imaginário, o autor, um polímata dedicado à arqueologia, filologia e numismática, utiliza das peregrinações de um rapaz pela Grécia entre os anos 363 a 337 a.C. para fornecer um retrato

completo da cultura e história gregas, de sua geografia e sua vida cotidiana, com grande atenção às personalidades mais destacadas. As páginas acumulam em seu rodapé as referências antigas em que o autor se ampara para construir a narrativa, que, aliás, é mitigada em prol de uma prosa mais expositiva: a *Viagem* é menos um romance histórico do que uma enciclopédia de antiguidades gregas.

No Capítulo 73 do sexto volume (na verdade o último, a rigor, pois o sétimo traz apenas índices, de toda espécie, em amedrontadoras 400 páginas de letra miúda), Anacársis e seus companheiros de viagem começam a rememorar filósofos notáveis; este dá notícia de um, como Arquitas, aquele dá notícia de outro – como, precisamente, Tímon o Misanthropo. “Uns lhe fazem um retrato vantajoso, outros o pintam com cores escuras” (Barthélemy, 1799, p. 221, tradução nossa), diz o narrador para referir o desacordo dos interlocutores acerca daquela figura lendária. É de todo esse trecho que João Francisco Lisboa se vale nas três páginas em que pinta seu personagem.

Escreve Lisboa: “Tímon (observa Barthélemy, *Viagens de Anacarsis Junior*) viveu em um tempo em que os costumes e as leis antigas lutavam com as paixões ligadas para destruí-los” (2012, v. 1, p. 134), o que é uma tradução direta do texto francês (Barthélemy, 1799, p. 223).<sup>28</sup> Continua Lisboa com uma frase só sua, “Como se vê, *as épocas* de transição remontam à mais alta antiguidade” (2012, v. 1, p. 134), para logo em seguida retomar a tradução daquele mesmo trecho da *Viagem*: “São épocas em verdade perigosas para as nações; nos caracteres fracos, e amigos do repouso, as virtudes são indulgentes e se amoldam às circunstâncias; nos caracteres vigorosos, porém, redobram de energia, e se tornam às vezes odiosas por uma inflexível severidade” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 134).<sup>29</sup> Em continuação, Lisboa troca a tradução direta pela paráfrase, ao escrever que “Tímon era homem de engenho, amigo das letras não menos que da virtude; mas azedado pelo triunfo e preponderância do crime e do vício, tornou-se tão rude de maneiras e linguagem, que alienou todos os espíritos” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 134-135).<sup>30</sup> E remata o parágrafo com nova tradução, um pouco estilizada, a qual resume o juízo de todos os participantes da conversa naquele passo da *Viagem*:

---

<sup>28</sup> “Il parut dans un temps où les mœurs anciennes luttaient encore contre des passions liguées pour les détruire” (Barthélemy, 1799, p. 223).

<sup>29</sup> No texto francês: “C'est un moment redoutable pour un état: c'est alors que dans les caractères faibles, et jaloux de leur repos, les vertus sont indulgentes et se prêtent aux circonstances; que dans les caractères vigoureux, elles redoublent de sévérité, et se rendent quelquefois odieuses par une inflexible roideur” (Barthélemy, 1799, p. 223-224).

<sup>30</sup> Uma tradução direta do texto francês diria: “Tímon une a muito de espírito e de probidade as luzes da filosofia; mas, amargurado talvez pelo infortúnio, talvez pelo rápido progresso da corrupção, vale-se de tamanha rudeza em seus discursos e em seus modos, que faz todos os espíritos o estranharem”. No original: “Timon joignait à beaucoup d'esprit et de probité, les lumières de la philosophie; mais, aigri peut-être par le malheur, peut-être par

Alguns contendem ainda que pelo seu zelo exagerado, perdeu ele a ocasião de contribuir para o bem; todos porém são acordes em que uma virtude ríspida e intratável ocasiona menos perigos que uma cobarde e vil condescendência (Lisboa, 2012, v. 1, p. 135).<sup>31</sup>

João Lisboa conta três anedotas acerca de Tímon para fixar a têmpera do personagem. Duas delas são tiradas diretamente do texto de Barthélemy. São estas:

Alcibíades acabava de orar, e obtivera do povo a aprovação de projetos favoráveis à sua ambição, porém nocivos ao Estado. Tímon que esquivava a todo o mundo, adiantou-se para ele, e tomando-lhe amorosamente as mãos – “Ânimo (lhe diz) meu filho! Se continuas por este teor, breve arruinarás a república.” Em outra ocasião subiu à tribuna, e dirigindo-se ao povo que o escutava estupefacto e silencioso, pelo desusado da cena: – “Atenienses (exclamou), possuo algumas braças de terreno, em que pretendo edificar. Há nele uma figueira em que alguns honrados cidadãos se têm enforcado; e como tenho de derribá-la, faço aviso aos que se quiserem utilizar dela, para que se deem pressa, e não percam um só instante” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 134).<sup>32</sup>

Uma terceira anedota, contudo, não se encontra na *Viagem de Anacársis o Jovem pela Grécia*. Trata da ocasião em que, ao jantar “não com um amigo (que os não tinha), mas com o único homem com quem fazia alguma convivência”, ouviu-o dizer que o jantar estava delicioso. Ao que o misantropo responde: “Certamente, acudiu Tímon, se tu não participasses dele” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 134). Onde foi João Lisboa buscar o episódio?

Buscou-o, por meio direto ou indireto, nas *Vidas dos Homens Ilustres*, de Plutarco, especificamente na “Vida de Marco Antônio”, aliás uma das fontes de Barthélemy. É nessa biografia que o autor, num de seus muitos excursos, dedica alguns comentários à figura de Tímon de Atenas; e conta justamente a anedota do jantar (Plutarch, s.d., p. 1144). É certo que João Lisboa leu Plutarco; até o invoca como fonte ao fazer troça dos ritos eleitorais em Esparta (Lisboa, 2012, v. 1, p. 142). Não estranha que tenha nele lido sobre Tímon; mas estranha que

---

les progrès rapide de la corruption, il mit tant d'âpreté dans ses discours et dans ses formes, qu'il aliéna tous les esprits” (Barthélemy, 1799, p. 224).

<sup>31</sup> No texto francês: “Cependant on recueillit les avis, et l'on décida que, par l'amertume de son zèle, Timon perdit l'occasion de contribuer au salut de la morale; que néanmoins une vertu intraitable est moins dangereuse qu'une lâche complaisance” (Barthélemy, 1799, p. 225).

<sup>32</sup> As passagens que João Lisboa aí traduz são as seguintes: “Alcibiade venait de faire approuver par l'assemblée générale, des projets nuisibles à l'état: ‘Courage, mon fils! lui dit Timon; je te félicite de tes succès; continue, et tu perdras la république’” (Barthélemy, 1799, p. 222). “Il monta un jour à la tribune; le peuple, surpris de cette soudaine apparition, fit un grand silence: ‘Athéniens, dit-il, j'ai un petit terrain; je vais y bâtir. Il s'y trouve un figuier; je dois l'arracher. Plusieurs citoyens s'y sont pendus; si la même envie prend à quelqu'un de vous, je l'avertis qu'il n'a pas un moment à perdre’” (Barthélemy, 1799, p. 225).

tenha citado apenas esse caso relatado por Plutarco, somente nesse ponto fugindo à glosa do texto de Barthélemy.

Certo é que o texto romanceado do abade francês é sua fonte principal para a construção de Tímon; Cormenin, como se viu, sequer é citado, mal é nomeado. E Barthélemy é ainda mais importante pelo seguinte: porque seu herói, Anacársis, é um descendente de outro Anacársis, um filósofo, o qual foi viva e hilariamente retratado pelo mais jocoso dos autores do período helênico da decadência: Luciano, o qual, não por coincidência, também escreveu sobre Tímon de Atenas.

#### **4.2 De João Lisboa a Luciano de Samósata: o sentido da sátira**

O lendário misantropo passou à história principalmente através do retrato que dele se faz no diálogo “Tímon”, escrito por Luciano de Samósata (séc. II). Será importante falar deste autor; um bom meio de fazê-lo é começar por explicitar o conteúdo daquele diálogo.

Nele é apresentado um homem praguejador, isolado de todos, ele que, traído por amigos a quem havia ajudado muito, optou por retirar-se do convívio humano. Ele está trabalhando, maneja a picareta num labor extenuante e ordinário, única ocupação que lhe sobrou para sobreviver. É Tímon. E, imprecando ao maior dos deuses, em razão de sua situação, chama-o “senhor do raio” e “agregador de nuvens”, claro, porém também menciona “qualquer outro nome pelo qual os poetas insanos o chamam (especialmente quando eles têm um problema métrico, pois é aí que eles começam a lhe dar todos esses epítetos para manter a forma poética e preencher o vácuo na escansão)” (Lucian, 2004, p. 111, tradução nossa). Tímon olha a carreira bem-sucedida dos criminosos pelo mundo e atribui a calamitosa situação à desatenção preguiçosa de Zeus. Afinal, “ninguém mais faz sacrifícios para ti e ninguém mais orna tuas estátuas a não ser por conta dos jogos olímpicos” (Lucian, 2004, p. 111, tradução nossa), de modo que o deus está justificadamente desanimado.

Zeus então ouve as preces, ou xingamentos, desse estranho fiel. Dirige-se a seu deus-mensageiro:

Hermes, quem é aquele sujeito, aquele ali gritando lá da Ática, ao pé do Monte Himeto, aquele cara mal lavado, todo imundo, com uma túnica de couro? Parece que está cavando, assim curvado. É um indivíduo bocudo, descarado.

Talvez seja um filósofo. Do contrário jamais teria empregado essa linguagem ímpia para nos atacar (Lucian, 2004, p. 112, tradução nossa).

Tímon desmerece os deuses, mas parece que os deuses também não morrem de amores pelos filósofos. Veja-se a fala de Zeus, ao justificar parte da sua falta de zelo na velhice, de que “fazia muito tempo que eu não dava uma espiada na Ática, especialmente depois que a filosofia e suas disputas verbais apareceram entre esses indivíduos. Enquanto se enfrentam uns aos outros e gritam, sequer consigo ouvir as orações” (Lucian, 2004, p. 113, tradução nossa).

A Riqueza, personificada em deusa, vai à presença de Zeus e depõe acerca do que se passou entre ela e Tímon. Conta de como esconde sua feiúra para se aproximar de suas vítimas: “Ponho uma máscara bastante atraente, repleta de ouro e cravejada de pedras preciosas, e visto uma túnica refinada” (Lucian, 2004, p. 120, tradução nossa). É desse modo que ela buscará, em companhia de Hermes, recuperar o antigo amante. A nova conquista não será fácil, pois, ao se aproximarem do misantropo, nota o deus mensageiro à sua colega divina:

Eis Tímon, cavando logo ali naquela extensão rochosa na encosta da montanha. Mas será possível! Lá está com ele a Pobreza, para não falar do Trabalho. Estão presentes a Fortaleza, a Sabedoria, a Coragem e todo o séquito dessas virtudes que são atraídas pela influência da Fome. Formam bem mais gente que os seus seguranças, [Riqueza] (Lucian, 2004, p. 122, tradução nossa).

A Riqueza se intimida: “Por que não vamos simplesmente embora, Hermes, tão rápido quanto possamos? Não podemos conseguir nada com um homem cercado por um exército desse tamanho” (Lucian, 2004, p. 122, tradução nossa). Hermes insiste, e ambos abordam Tímon, que após muitas discussões aceita novamente a companhia da Riqueza. Mas ele tem um propósito oculto: assim faz apenas para ter meios de vingar-se daqueles que o traíram. O diálogo se torna, daí em diante, uma sucessão de esquetes, à maneira da comédia grega, em que bajuladores são tratados a pau, fogo e pedra. A última vítima, Trasicles, exclama: “Ó Democracia! Ó Leis! Estou sendo espancado por este patife numa cidade livre!” (Lucian, 2004, p. 132, tradução nossa).

Luciano não zomba só dos deuses: zomba das leis, zomba da democracia. E a comicidade do diálogo “Tímon” depende do hiato entre duas épocas: uma que ainda não chegou inteiramente ao fim (a crença nos deuses, por exemplo, ainda resistia) e outra que não se iniciou decididamente (uma época de desencantamento numa civilização politeísta). É uma época de farsa, de ilusão, de política de faz de conta, de ostentação de falso saber, como se vê pelo protagonista do diálogo “Sobre o fim de Peregrino”, um dos muitos falsos mestres que Luciano

criaria para criticar o pernosticismo de supostas sumidades de sua época. Proteu, logo se vê pelo nome, era capaz de ser tudo e tudo fazer. Matou o próprio pai, aliciou meninos, mas fez carreira bem-sucedida e rentável de cristão perseguido e por fim de filósofo cínico. Terminará vítima de suas próprias encenações, pois, para chamar atenção, promete imolar-se no fogo durante os jogos das Olimpíadas; e a multidão dele só cobrará isso, isto é, que cumpra a sua palavra. E ele assim faz – e morre. Logo surgem rumores de sinais que indicariam ter morrido um predileto dos deuses. Um, por exemplo, afirmava tê-lo visto “há poucos instantes, depois de ele ter-se incendiado, numa veste branca e que agora tinha saído cheio de brilho pelo Pórtico das Sete Vozes, coroado com um ramo de oliveira selvagem” (Luciano, 2015, p. 102). Diz o narrador então: “Imagine quantas coisas surgiram sobre ele em seguida. [...] Sei que muitas estátuas serão erguidas pelos próprios eleus e pelos outros gregos aos quais ele dizia ter escrito cartas” (Luciano, 2015, p. 102).

A base da atuação de Peregrino é sempre a mesma: “cartas”, ou seja, a lábia. A mesmíssima arma empregada pelo herói de outro diálogo, “Alexandre ou o falso profeta”, que se junta a outro enganador para “fundar um santuário profético e um oráculo” (Luciano, 2015, p. 107). Sua carreira de sucesso não termina com fama póstuma tão boa como a de Peregrino. Ao contrário, sua máscara cai, ou melhor, caem seus cabelos:

Tendo predito a respeito de si mesmo, por um oráculo, que lhe estava marcado pelo destino viver cento e cinquenta anos e depois morrer atingido por um raio, morreu sem ter vivido sequer setenta, encontrando um fim miserável: como o filho de Podalírio, gangrenado do pé à virilha, fervilhando de vermes. Foi também quando descobriram que ele era careca, ao oferecer a cabeça aos médicos para que a molhassem, a fim de aliviar sua dor, o que não poderiam fazer sem retirar a peruca (Luciano, 2015, p. 127).

João Lisboa dificilmente terá lido Luciano, autor em cuja obra se encontra, segundo Mikhail Bakhtin, “o retrato mais completo” da *sátira menipéia* (1999, p. 113); em sentido contrário, dificilmente terá ignorado de todo o seu nome. O certo é que nunca o cita, tão quão é certo que muito o pratica: o *Jornal de Tímon* – do qual Peregrino e Alexandre poderiam ser personagens – é luciânico em toda a linha, de modo mais explícito até certa altura dos fasc. 5 a 10, e qualquer compreensão alargada das possibilidades literárias realizadas pelo *Jornal* e das possibilidades críticas abertas aos seus leitores deverá levar em conta essa componente. Será necessário ainda lembrar a máxima borgiana de que “cada escritor *cria* seus precursores”? (Borges, 2007, p. 130, grifo nosso). Se podem os autores proceder a essa invenção, também podem fazê-lo os críticos a propósito dos autores.

E com bom fundamento, neste caso, pois além das razões estilísticas e ideológicas (como já se verá) há razões editoriais. No século XVIII, houve nada menos que três traduções de *Como se escreve a história*, de Luciano: duas delas impressas lado a lado em um mesmo volume (1733), a de Frei Jacinto de São Miguel e a de Frei Manoel de Santo Antonio (1733); e, décadas depois, a de Custódio José de Oliveira (1771), que chegou a ser reeditada em 1804 (Sinkevisque, 2015, p. 135). Não é improvável que Lisboa, frequentador habitual da literatura antiga, tenha entrado em contato com algum desses volumes.

Mais ainda, Antônio Henriques Leal confidencia – e seu contato pessoal muitas vezes diário com João Lisboa deve ser sempre levado em conta – que Lisboa tinha clara intenção de filiar-se ao que bem ou mal compreendia como a mais antiga tradição satírica ainda em vigor: “Lembrando dos serviços que prestou a França a *Sátira Menipéia*, no tempo tão mesquinho da *Fronde*, quis [Lisboa] ver se por meio de igual trabalho punha um cravo nessa roda [política], que girava em desconcerto” (Leal, 1987, v. 2, p. 334, grifo do autor).

De fato, a sátira menipéia se preocupa, diz Bakhtin, com “questões atuais e específicas. É, à sua maneira, o gênero ‘jornalístico’ da Antiguidade, a ecoar de modo sensível as questões ideológicas da época.” E prossegue:

Tomadas em conjunto, as sátiras de Luciano são uma enciclopédia completa do seu tempo: estão cheias de polêmicas diretas ou ocultas com várias escolas filosóficas, religiosas, ideológicas e científicas, e das tendências e correntes de sua época; estão cheias de imagens de personagens públicas contemporâneas ou falecidas há pouco, “mestres do pensamento” em todos os âmbitos da vida societal e ideológica (sejam citadas por seus nomes, ou de disfarçadamente); estão cheias de alusões a pequenos e grandes acontecimentos de seu período; elas pressentem novos rumos para o encaminhamento da vida diária; mostram novos tipos a emergir em todos os níveis sociais, e assim por diante (Bakhtin, 1999, p. 118).

Para Bakhtin, o exemplo mais à mão de obra moderna que apresenta todas essas características – ele o diz num estudo sobre Dostoiévski – é o *Diário de um Escritor*, que o autor de *Crime e Castigo* publicaria por quase uma década. Escreve então que as sátiras de Luciano “são uma espécie de *Diário de um Escritor*, empenhadas em desvelar e avaliar o espírito e encaminhamento gerais da vida contemporânea em transformação” (Bakhtin, 1999, p. 118). É por motivo similar que Jacyntho Lins Brandão afirma que Luciano é um “pensador da crise: da sua própria crise enquanto intelectual culturalmente colonizado e filho de uma terra politicamente dominada por um Império, bem como da crise de seu tempo, da crise da *paidéia*” (Brandão, 2001, p. 134, grifo do autor).

Essa “qualidade jornalística”, esse “espírito de escrito de publicista ou de folhetim”, é um dos elementos que, aliados ao riso, à transgressão dos gêneros e à preocupação com uma época que desmorona, permite ler no detalhe estilístico e na estrutura geral do *Jornal de Tímon* o mais acabado exemplo de obra luciânica da literatura brasileira. Falta-lhe sem dúvida o elemento de viagem e especificamente de viagem fantástica, *nonsense*, tão próprio de Luciano e sua tradição, encontrável em outros autores brasileiros, como Machado de Assis, Aluísio Azevedo (*Os demônios*), Murilo Rubião, Hermilo Borba Filho (*Agá*) ou, ainda, para citar autores mais contemporâneos, Campos de Carvalho e Alexandre Soares Silva (especialmente *Totolino*, publicado em 2022). Mas lhe sobram os demais elementos satíricos da tradição de Luciano.

Veja-se, por exemplo, que a “vida contemporânea em transformação”, apontada por Bakhtin na citação de há pouco como preocupação bem própria à sátira menipeia, é também o objeto primeiro de preocupação de João Francisco Lisboa. A sua insistência em tratar de uma “época de transformações”, explicitada desde o “Prospecto”, teorizada nas “Considerações gerais” e arrematada nas Notas ao fim dos fasc. 11 e 12 do *Jornal*, compõem um retrato amplo do Brasil de sua época e dos principais embates ideológicos, tais como importados de conservadores e liberais tanto da Europa quanto dos Estados Unidos.

Essa aguda consciência de viver uma época de conturbações e de insegurança quanto a valores estabelecidos é, vale insistir, um elemento próprio à tradição de Luciano, que Jacyntho Lins Brandão chamaria de “escritor *pós-antigo*” (2001, p. 11, grifo do autor). Essa instabilidade do meio social e político é sentida, na verdade é até usufruída, no âmbito das formas literárias. A literatura é confusa, é monstruosa, é mescla de incompatíveis, porque o mundo se mostrou confuso, monstruoso, mescla de tempos incompatíveis. Logo, tudo aquilo que é recebido da tradição é encaminhado para fins estranhos, donde a observação de Brandão de que “o espaço em que [Luciano] constrói a sua obra é balizado por um conhecimento profundo do patrimônio cultural da Grécia, o qual, entretanto, através de leituras deslocadas, ganha nele um contorno surpreendente” (2001, p. 12, grifo nosso).

As “leituras deslocadas” conduzem à confusão dos gêneros. Escreve ainda Bakhtin:

A combinação orgânica de diálogo filosófico, sistemas simbólicos portentosos, o fantástico-aventureiro e o naturalismo de pardieiro é a mais sobressalente característica da sátira menipeia, e ela se preservou em todas as etapas posteriores do desenvolvimento da linhagem dialógica da prosa romanesca até Dostoiévski”, escreve Bakhtin (1999, p. 115).

Essa “combinação” ou mescla de gêneros consistiria, segundo Lins Brandão, no “*lógos* luciânico”, tipo *ficcional* de discurso que seria “uma sorte de *outro* dos discursos consagrados, sérios e verdadeiros, nas brechas dos quais, entretanto, encontra seu lugar” (Brandão, 2001, p. 27, grifo do autor).

Darren A. Hunter, no eficiente sumário que faz das mudanças pelas quais passava a cultura e educação helênicas no período da Segunda Sofística, observa quão central foi a literatura de Luciano para uma conscientização da crise que atingia centro e confins do Império:

As condições do Império e da hegemonia romana transformaram a *paideia* grega em algo estrangeiro e alheio. Ocorreu uma mudança axiológica, passando-se das lições filosóficas protrépticas para o elemento estético e espetacular. A hegemonia romana alterou a *paideia* grega conforme o idealismo romano, com o que ela se tornou a *paideia* greco-romana, o que altera não apenas sua composição, para além do escopo restrito do *genos*, mas também seu valor. Era fácil enganar uma audiência com pseudorretórica, e nada mais era necessário, já que a *paideia* havia sido submetida à acomodação romana. Luciano de Samósata tinha uma posição privilegiada enquanto forasteiro, um (verdadeiro) *pepaideumenos* [indivíduo cultivado] e alguém que não havia alcançado muita fama em vida, o que lhe propiciava uma perspectiva pela qual testemunhar e comentar a *paideia* greco-romana (Hunter, 2013, p. 75, tradução nossa).

Mais uma vez: Luciano apresenta um olhar diferenciado, numa época de transição, frente a um modo de fazer cultura que colapsava.

#### 4.3 Passagem do ficcional ao historiográfico – e vice-versa

Se a sátira tem por uma de suas componentes mais distintivas a irreverência para com os limites usuais dos gêneros e dos diversos níveis de linguagem, e se, como satirista, João Francisco Lisboa usa e abusa daquela irreverência formal, é talvez porque seu *Jornal* tem um propósito inesperado: abrir caminho, em meio às falsificações da vida política e da vida letrada brasileira, para uma prática da escrita que seja marcadamente sincera, metodologicamente orientada e cientificamente precisa. O que, logo se vê, é um propósito bastante estranho ao que se pode em geral esperar de uma obra satírica na esteira de Luciano de Samósata; mas que se tenha a calma de observar o fenômeno por dois ângulos.

Pelo primeiro deles, o *Jornal* se encaminha gradativamente ao tratamento historiográfico mais científico de suas matérias, e não, por exemplo, a um tratamento cínico,

como o que é oferecido no fasc. 1, ao fazer um pastiche de história universal das eleições, ou a um tratamento polêmico, como nos fasc. 5 a 10, ao criticar, por exemplo, o ideário romântico.

Do ponto de vista narrativo mais aparente, as irrupções de um Tímon que se autorreferencia vão a partir dos fascs. 6-10 se tornando primeiro episódicas, depois raras, para nos fascs. 11 e 12 por fim desaparecerem. Mas, coisa surpreendente, a estrutura em espiral da obra – sempre a retornar ao mesmo cenário, o Maranhão, e a contar as vicissitudes de seus mais diversos tipos históricos, como o colono, o índio, o jesuíta e o capitão-mor – obriga o narrador de pretensão científica a palmilhar os mesmos tópicos percorridos pelo narrador de despreensão ficcional.

Sim, o arco total de *Jornal de Tímon* se define pela passagem do ficcional ao historiográfico, mas, como se pode notar por um segundo ângulo, a leitura cerrada de determinadas partes suas se beneficiarão da superposição da ficção à história ou da história à ficção, conforme se leia, por exemplo, os “Partidos e Eleições no Maranhão” como o retrato contemporâneo e satírico de uma realidade cujas causas são apontadas mais remota e cientificamente nos “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão”. E lá, como aqui, o procedimento ficcional sempre assoma, conforme discutido no capítulo anterior. Veja-se o “romance de Anastácio Pedro”, no primeiro caso, ou o “romance de Bequimão”, no último.

Esse fato, isto é, o fato de uma elaboração ficcional estar na base tanto de construções pseudohistóricas (fasc. 1), de críticas costumbristas (fasc. 2 e 3) e de historiografia de ambição científica (fasc. 11 e 12), sugere a percepção de que o ofício do historiador, para João Lisboa, é basicamente um ofício letrado e, mais especificamente, literário, imaginativo, senão mesmo artístico. A troça que faz da prosa de historiadores do Maranhão que o precederam, por exemplo, em especial Berredo, é digna desse caráter conscientemente estético que Lisboa reivindica para a sua própria obra de historiador.

Até sob esse aspecto o *Jornal de Tímon* convida a ser visto à luz da tradição de Luciano. Pois Luciano “tem plena consciência do que existe de comum entre a narrativa histórica e a ficção poética”, “ora fazendo ficção da história (como em *Das Narrativas Verdadeiras*), ora fazendo história da ficção (como em *Sobre a Morte de Peregrino* ou *Alexandre ou o Falso Profeta*)” (Brandão, 2001, p. 33, grifo do autor).

Um perfeito exemplo de ficcionalização – esta, não explicitada, não anunciada – é a cena inicial de “Partidos e Eleições no Maranhão”, conforme notou Maria de Lourdes Janotti. “O paralelismo entre os artigos da *Crônica Maranhense* (1838-1840) e os *Partidos e Eleições no Maranhão*”, escreve a professora, “evidencia-se desde o primeiro tema tratado nestes

últimos: a ‘demissão’ do presidente Anastácio Pedro [...] e a ‘posse’ do novo presidente, [...] Montalvão de Mascarenhas” (1977, p. 77, grifo do autor). Compare o leitor o que foi exposto no capítulo anterior, na seção “O ficcionista reticente”, com este parágrafo tomado à *Crônica Maranhense*, no qual Lisboa faz o “Testamento do Sr. Camargo”, presidente da província ao qual fazia oposição – recorde-se a seção 2.4.2 deste trabalho – e que estava prestes a deixar o cargo:

Consta que o Sr. Camargo, já depois de haver chegado o novo presidente, criara mais um batalhão de guardas nacionais nesta capital; que reunindo-o ao batalhão nominal da vila do Paço, criara uma nova legião, violando novamente os artigos 49 e 50 da lei de 18 de agosto de 1831; que nomeara coronel chefe da legião ao Sr. Felipe Gomes Belfort, major de legião o Sr. Leonel Joaquim da Serra, tenente-coronel o Sr. José Joaquim Teixeira Vieira Belfort, major o Sr. Joaquim Maria Serra! Idem, dois guardas da alfândega, um promotor, um comandante de ligeiros, um comandante de balarte, e outras miudezas semelhantes!... Embalde se pretenderá desculpar tudo quanto nisto houve de indecoroso, alegando-se que o presidente demitido nada fizera sem aquiescência do novo; porquanto, se este a negasse, sendo-lhe ela imprudentemente solicitada, daria uma prova tal de desconfiança ao seu antecessor, que importaria um rompimento entre eles. Seria essa negativa uma ação tão indecorosa como a que praticou o Sr. Camargo (Lisboa *apud* Janotti, 1977, p. 78).<sup>33</sup>

Portanto, o que Lisboa retrata no jornalismo de 1839 depois será retratado na sátira do *Jornal de Tímon* em 1852. Os arranjos são os mesmos, a busca de vantagens e aliados estratégicos de última hora é a mesma. Termos empregados são os mesmos, como de “testamento”. Como será a mesma cena a da descoberta, pelo novo presidente, de um palácio decrépito, muito diverso da pompa que esperaria encontrar. Naquela mesma edição da *Crônica Maranhense*, Lisboa reproduz um documento oficial do governo, no qual se lê: “Achando-se o palácio de residência dos presidentes da província em tal estado de ruína, que não pode ser habitado, o que tem mesmo sido reconhecido pelo governo supremo. [...] resolvi alugar uma casa para a residência deste governo, por 600\$ réis anuais...” (Janotti, 1977, p. 79). Mais uma vez, Tímon mais tarde apenas carregaria nas tintas – e especialmente na dramatização psicológica do novo presidente da província – ao fazer sua caricatura no personagem Montalvão de Mascarenhas, um dos centros de picuinhas políticas em “Partidos e Eleições no Maranhão”, conforme já discutido.

---

<sup>33</sup> Este trecho consta da edição nº 114 da *Crônica Maranhense*. É reproduzido aqui tal como citado por Maria de Lourdes Janotti, pois lamentavelmente esse número do periódico está ausente da edição publicada pelo Departamento da Imprensa Nacional (Lisboa, 1969). Tampouco consta das coleções da Hemeroteca Nacional e da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Logo se vê que Lisboa se coloca conscientemente além do modo de fazer história corrente no Brasil até então: ele quer ir bem além das crônicas coloniais de estruturação apenas cronológica, sem maior penetração explicativa, assim como além dos relatos lusitanistas, como o de Varnhagen. João Lisboa é, segundo Antônio Lopes, “o historiador erudito e veraz que introduziu na história do Brasil os processos de análise psicológica e social” (2021 [1959], p. 189-190). E é, segundo Jomar Moraes, um “Espírito arguto”, que “compulsou com impressionante senso de análise vasta bibliografia histórica de seu tempo, dando-lhe interpretação crítica, ao contrário de muitos, antes e depois dele, que se limitaram a copiar e repetir” (1976, p. 65).

Mas isso não significa, por outro lado, que João Lisboa tenha se conformado ou se habituado inteiramente às novas técnicas historiográficas, haja vista que as mescla com frequência com elementos tipicamente ficcionais. Com um pé lá e outro cá, Lisboa põe seu *Jornal*, mais uma vez, numa situação limítrofe, a qual pode ser expressa mediante a seguinte comparação: se Luciano de Samósata pode ser considerado um “escritor pós-antigo”, pode João Francisco Lisboa ser considerado retrospectivamente um escritor *pós-moderno*, desde que com o necessário cuidado para não incorrer em anacronismos. É pós-moderno apenas no sentido de que sua prática da literatura e da história ilustra com perfeição teses de autores que muito insistiram, nas últimas décadas, no caráter basicamente retórico e poético de toda a historiografia. É o caso de Hayden White, com sua aguda consciência de que

relatos narrativos não consistem apenas em afirmações factuais (proposições existenciais singulares) e argumentos, mas também em elementos retóricos e poéticos pelos quais o que seria uma lista de fatos é transformado em estória. Entre esses elementos estão aqueles padrões de estória genéricos que reconhecemos como provedores de “enredos”. Dessa maneira, um relato narrativo pode representar um grupo de eventos que tem a forma e o significado de um épico ou uma estória trágica, e um outro pode representar o mesmo grupo – com igual plausibilidade e sem violar nenhum registro factual – descrevendo uma farsa (White, 2006, p. 193).

A construção literária, tão evidenciada em João Lisboa, foi enfatizada desde os primeiros leitores do seu *Jornal*. Já Sotero dos Reis incluía Lisboa no grupo dos “grandes escritores em mais de um gênero” (2014 [1873], p. 327) e verificava ainda o seu “mérito [...] naquelas narrações históricas que, *pelo jogo dos afetos, tanto se aproximam do drama e tanto nos cativam*” (2014 [1873], p. 346, grifo nosso). É pois o tipo do autor praticante do que Luiz Costa Lima chamaria “formas híbridas”:

Por formas híbridas entendemos aquelas que, tendo uma primeira inscrição reconhecida, admitem, por seu tratamento específico da linguagem, uma inscrição literária. Para tanto, será preciso que se reconheça *a permanência da eficácia das marcas da primeira, ao lado da presença suplementar da segunda* (2006, p. 352).

Nesse caso, a “primeira inscrição” do *Jornal de Tímon* seria a prática historiográfica, o que o tornaria alguém – conforme uma observação de Vítor Manuel de Aguiar e Silva acerca de autores que acabam cruzando os gêneros – “cuja capacidade de recriação imaginária de acontecimentos e de almas confere às suas obras *históricas* uma dimensão literária” (*apud* Lima, 2006, p. 348). Logo, é o caso de inverter a afirmação de Maria de Lourdes Janotti de que Lisboa assume “um papel de juiz irônico e cínico que hoje seria totalmente impossível coadunar-se ao [sic] de historiador; mas totalmente compreensível nos moldes conservadores da estreita sociedade de São Luís” (1977, p. 49). Talvez nem sempre o “papel de juiz irônico” se coadune bem com o de historiador, mas a perspectiva a partir da qual esse papel pode ser lido, e já não é de hoje, nada tem de conservador ou estreito: está, antes, na fronteira do que literariamente e historicamente se podia e se pode conceber de mais original.

#### 4.4 A arte do retrato entre a história e a ficção

Um dos domínios em que mais se verifica a postura instigante de Lisboa, ainda que idiossincrática e historiograficamente problemática, é a arte do retrato, como deixam claro o *Jornal de Tímon*, alguns números da *Crônica Maranhense* e os três folhetins que o autor fez sair no jornal *Publicador Maranhense* nos anos de 1851 e 1852. João Lisboa mostra-se aí o observador de costumes e potencial ficcionista que logo se revelaria de maneira mais clara e radical nos fasc. 1 a 3 do *Jornal de Tímon*.<sup>34</sup>

À altura em que escrevia, o gênero folhetinesco começava a alcançar a sua maturidade. Por maturidade entenda-se, em grande medida, sua liberdade, sobretudo aquela que se verifica na prática de Francisco Otaviano: aos poucos, a crítica literária ou teatral, a narrativa

---

<sup>34</sup> Antônio Henriques Leal menciona “os memoráveis *Retratos* e os artigos que com o pseudônimo de *Zumbido* [João Lisboa] fez sair no *Eco* [do Norte], e que F. Sotero dos Reis no V tomo do seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* apelida de ‘*inimitáveis* retratos físicos e morais, ou caricaturas políticas da época” (1987, p. 328, grifo do autor). O autor deste trabalho não conseguiu localizar número algum do jornal *Echo do Norte* do ano de 1843, quando teriam sido publicados os *Retratos*; na verdade não consta edição desse ano nem no catálogo de jornais maranhenses – o mais completo que se conhece – feito pelo historiador José Ribeiro do Amaral no início do século XX (2003, p. 97-112). É possível que esses textos estejam irremediavelmente perdidos.

de efeméride social de grande interesse, ou a mera reprodução de romance seriado estrangeiro, vão dando lugar ao comentário desinteressado, ao deambular do pensamento, ao livro jogo com situações, imagens e ideias que, mais tarde, acabaria por caracterizar a crônica brasileira. “O caráter mais restrito do que vinha sendo feito até o momento, no qual prevalecia a especialização”, escreve Marcus Vinicius Nogueira Soares em seu estudo da crônica na imprensa brasileira, “começa a perder força, passando a conviver com a pluralidade discursiva, divulgada em um objeto único de leitura, ao contrário de disseminada em pequenas folhas” (Soares, 2014, p. 144). O fenômeno se vê pelo espaço francamente aberto a um Otaviano, no qual se sobressaem “o gracioso e a digressão poética”, “em contraposição à observação meticulosa de cronistas como [José Maria da Silva] Paranhos” (Soares, 2014, p. 180).

O processo tinha se iniciado na década de 1940. Em 1848 Gonçalves Dias poderia, sem quebrar quaisquer expectativas, publicar no *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro) um folhetim como “O Entrudo no Rio de Janeiro”, o qual, curiosamente, hoje parecerá ter um ar de livre reportagem, e não tanto de crônica, em sentido estrito. O texto marca um momento de transição da própria prática jornalística do poeta: antes mais dedicado à crônica teatral, ou de espetáculos de um modo geral (com diminuta atenção a lançamentos literários), Gonçalves Dias passa a fazer o que bem ou mal se costumou chamar crônica urbana. Lamenta, nessa oportunidade, que o carnaval na corte ainda não tenha “o folguedo, as máscaras e as danças de Veneza e de Paris”; constata, pois, que “ainda não estamos tão urbanizados: temos os nossos três dias de loucura, mas de outro gênero” (Dias, 2013, p. 411). Conta então sua pequena aventura, ao ser alvo de “uma tigelada d’água”, por uma senhora, ao passo que pouco depois uma menina franzina “batizava-me com uma cuia maior que ela cheia d’água” (Dias, 2013, p. 412), para em seguida descrever a dança com uma senhora e, ao fim, um passeio solitário na zona portuária. Isso lhe dá ensejo a pensamentos acerca da exploração praticada no continente africano; volta a participar da folia nos dias seguintes, “levado por uma força irresistível não para divertir-me, como ignorante das desgraças da pátria o havia feito na véspera, mas para distrair a dor no meio das luzes e da multidão” (Dias, 2013, p. 415). À volatilidade dos assuntos, começa a aliar-se a variedade das formas de escrita.

Na década de 1870, após a consolidação do folhetim e sua virtual transição para a crônica à maneira de Machado de Assis, ainda se assistirá, contudo, a um jovem Celso Magalhães perpetuar em São Luís a tradição dos pseudônimos, da sinceridade inconveniente e do doesto inventivo: seu personagem Simeão, o macaco, na série de seis folhetins chamada “Carranquinhas” saída em *O País* (São Luís), não esconde a sua filiação ao moralismo de Tímon e, de forma mais ampla, ao espírito de fofoca dos pasquins de província. “Assim da boca por

definição torta do Simeão”, observa Alexandre Eulalio, “o público *romano* de São Luís consentiu ouvir, sorrindo, umas verdades mais ou menos impertinentes, rebuçadas nas micagens de um bugio” (1992, p. 240, grifo do autor). Magalhães inaugura assim a série de folhetins saídos entre 1872 e 1873:

Eu, Simeão de meu nome e de original onomatopeia, também sou cidadão romano; e por já me sentir um tanto aborrido do que vejo e tenho visto, vou entregar à universal tribuna os apontamentos dos meus perquisitórios municipais. Vinde e ouvi, caríssimos colegas meus de urbanidade (1999, p. 115).

Um dos alvos do mico será, como é muito natural à crítica costumbrista, o contraste entre aparência e realidade na sociedade local, onde, segundo se lê no segundo folhetim da série, todo mundo “quer ser opulento, habitar palácios, ir a bailes e viver à grande. Acomodar-se cada um ao trabalho diurno, ao regime da bem entendida economia, [...] é um verdadeiro impossível”. A essa queda pelo luxo falso e fácil o crítico chama, com gaiatice, “amor da arte” (Magalhães, 1999, p. 123).

Haroldo de Campos observa que a “linguagem descontínua e alternativa, característica da conversação, vai encontrar na simultaneidade e no fragmentarismo do jornal seu desaguadouro natural” (Campos, 2013, p. 167). O folhetim e o comentário político-satírico serviram de escola a muito escritor brasileiro cuja obra seria marcada por um maior desembaraço frente aos ditames das escolas literárias. É o caso de *Memórias de um sargento de milícias*, como será ainda o caso de *Memórias póstumas de Brás Cubas*: obras marcadas por uma construção episódica só propiciada pela imprensa moderna, com a liberdade de comentário a múltiplas facetas do assunto, como se via em Francisco Otaviano, Gonçalves Dias e Celso Magalhães. E é claramente o caso da literatura praticada por Tímon, cuja arte do retrato, própria a esse meio jornalístico, nada deixa a dever ao moralismo desabrido do Padre Lopes Gama, à descontração de Manuel Antônio de Almeida ou ao cerebralismo de Machado de Assis.

João Lisboa, que buscava sempre fazer “pinturas gerais, *em forma de retratos*, dos costumes, extravagâncias e desconcertos da nossa sociedade” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 463, grifo nosso), tinha tino para o ridículo como poucos; mais: tinha a palavra, tinha o substantivo e o adjetivo pitorescos, exatos, para com uma ou duas frases marcar definitivamente um desconhecido, um adversário, mesmo um amigo, como exemplarmente risível. Historicamente a arte do retrato, tanto mais do retrato realizado por moralistas como Lisboa, direciona-se ao que o retratado tem de pior, em alguma medida até o desumanizando. Do retratado os moralistas irão fixar-se nas “constantes [...] que decorrem de sua decadência, e não aquelas que poderiam

ajudá-lo a vencê-la”, escreve Emil Cioran (1998, p. 13). Em geral, eles não percebem “nossa miséria” humana natural, “e sim nossas misérias, esta soma de insuficiências, de enfermidades inevitáveis e insignificantes, que exprimem apenas um aspecto de nossa natureza” (Cioran, 1998, p. 14). Acredita o filósofo romeno que tanto mais redutora será essa operação deformante, limitante do indivíduo ao que possui de mais individualmente deplorável, quanto mais o moralista se vir empenhado diretamente com outros homens e mulheres, forçado, de certa forma, ao seu convívio, como ocorreria à generalidade das pessoas na modernidade: em capitais apinhadas de gente e automóveis, a quase ninguém é mais dado viver em solidão. Mas, em menor medida, o fenômeno já se verificava naqueles que eram forçados por circunstâncias sociais a não se distanciar de seus pares: Cioran cita o exemplo dos poetas de corte, na Idade Média, com suas cantigas de maldizer; e se poderia ainda citar os redatores de folhas políticas, no Brasil do século XIX, como João Francisco Lisboa. Em seu meio, também se verificaria a constatação: “Quem vive para a sociedade vive contra ela”; e, por isso, “o retrato enquanto gênero é oriundo da vingança e do pesadelo do homem de boa educação que praticou demais seus semelhantes para não os execrar” (Cioran, 1998, p. 14).

De fato, há algo de vingador no moralista maranhense. Veja-se como, para fazer troça da pretensão dos ludovicenses a “novos atenienses”, diz João Lisboa, no folhetim “Teatro São Luís” (1852), encontrar numa ocasião de grande acorrida a essa respeitável e muito antiga casa de espetáculos (desde os anos 1920 chamada Teatro Arthur Azevedo) uma “volumosa Ceres, um tanto *crestada e trigueirinha*, porque tendo adotado o sistema de agricultura brasileiro, andou talvez a presidir à *queima dos roçados*” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 503, grifo nosso). E veja-se como descreve, no folhetim “A Festa de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. dos Remédios” (1851) – uma festividade que congregava toda a São Luís de então –, o padre à frente das cerimônias:

Reverendo vigário padre Camilo, amigo afetuoso de Tímon, e de tantos outros, grande devoto de N. Senhora, e sobretudo de sua festa, *e de quantas festas se possam imaginar*, bom, alegre, galhofeiro, aliando o respeito com a familiaridade, a sinceridade dos princípios com a bondade e indulgência, é o Olímpio Machado dos vigários, e foi uma das testemunhas que evitou o [há pouco aludido] duelo, *separando os combatentes a larga distância com só meter-se de permeio* (Lisboa, 2012, v. 4, p. 467-468, grifo nosso).

Pela época que em que Lisboa publicava seus folhetins, um autor anônimo fazia imprimir no *Correio Mercantil* um romance, *Memórias de um sargento de milícias* (1852-1853), que traria retrato de um padre de conduta não tão compatível com a batina, retrato que bem vale aqui lembrar para efeito de comparação:

O mestre de cerimônias era um padre de meia idade, de figura menos má, filho da Ilha Terceira, porém que se dava por puro Alfacinha: tinha-se formado em Coimbra; por fora era um completo S. Francisco de austeridade católica, por dentro refinado Sardanápalo, que podia por si só fornecer a Bocage assunto para um poema inteiro; era pregador que buscava sempre por assunto a honestidade e a pureza corporal em todo o sentido; porém interiormente era sensual como um sectário de Mafoma. O público ignorava talvez semelhante cousa, porém outro tanto não acontecia aos dous meninos, que andavam ao fato de tudo: o mestre de cerimônias, fiado em que pela sua pouca idade dariam eles pouca atenção a certas cousas, tinha-os algumas vezes empregado no seu serviço, mandando recados a uma certa pessoa que, saiba o leitor em segredo, era nada menos do que a cigana, objeto dos últimos cuidados do Leonardo, com quem S. Revma. vivia a [sic] certo tempo em estreitas relações, salvando, é verdade, todas as aparências da decência (Almeida, 1978, p. 59).

Manuel Antônio de Almeida é, se comparado a Lisboa, enfático demais: diz muito, e diz de forma clara, sem muito recurso a alegorizações, como a da Ceres trigueirinha, ou sutilezas, como o padre a apartar brigas com o só meter-se de permeio. Tem de ir direto à qualificação de “Alfacinha”, de “refinado Sardanápalo”, e a afirmações como a de que se tratava de pessoa “sensual como um sectário de Mafoma”. Almeida é mais sarcástico que irônico, mais claro que figurado. Não chega, contudo, à virulência de Padre Lopes Gama, com o qual Lisboa pode ser medido pelo nível de inventividade quando se tratava de conceber artifícios para a crítica.

*O Carapuceiro*, folha que Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama (1793-1852) publicou no Recife das décadas de 1830 e 1840, assim de fato distribuindo carapuças, trazia já nos títulos dos artigos a marca do retratismo: “Os curandeiros”, ou “Os mártires das modas”, ou “O que é uma coqueta”, ou “O que deve ser uma dona de casa”. O artigo “Os capadócios e manembros” é uma pequena obra-prima de fel. O autor começa notando que “O povo algumas vezes é filólogo”; e que, “quando para exprimir certos objetos, certas impressões, não encontra termo nem o ouve de pessoas polidas, inventa-o com a mesma liberdade com que se inventam as modas”, de tal forma a não ser raro “ouvirmos nomes de criação popular, aliás engraçados, expressivos e até onomatopeicos”, quais os casos de “capadócio” e “manembro” (Gama, 1996 [1833], p. 109). Em linguagem popular mais atual, o manembro equivaleria ao “pamonha”; mas o primeiro termo ganhou ar de palavra rara, rara até demais para designar coisa tão comum como um parvo qualquer, que se presuma demais, cujo tipo é assim fixado por Lopes Gama:

Não é menos capadócio o *sujeitinho* que, mal sabendo ler, escrever e contar, apenas arranhando sua fatiota de francês, sem princípios, sem anos e sem estudos, atira-se às ciências morais, como um Aristóteles, e papagueia em

política que é um abismo. Não há questão, por mais intrincada que seja, que ele não a espatife e acabe de estalo; não há embaraço que o empache, nem opinião de publicista que ele deixe de pulverizar em quatro palhetadas. Pois se lhe dá a mania para periodiqueiro, isso é um trovão de pataratas. Muitas vezes é um *fedelho* que há pouco saiu da escola, que nunca estudou a filosofia racional e moral, nem uma noção tem de belas-letas, nada sabe de direito natural, menos de direito público, ignora inteiramente a sua própria língua. *E entretanto é o senhor redator do periódico tal*, que está muito acreditado, e ele com grandes e bem fundadas pretensões de sair deputado, se bem que, apertados os casos, já se contenta que se lembrem dele para fiscal! O que é isto, senão ser capadócio, e muito capadócio? (1996 [1833], p. 110-111, grifo nosso).

“E entretanto é o senhor redator do periódico tal” é um achado, tanto pelo sabor popular e pelo ritmo bem escandido, quanto pela ironia altiva, nisso bastante compatível com a prosa de Lisboa, que, contudo, muitas vezes – diferentemente de Lopes Gama – prefere piadas que assinalem a distância entre a pretensa inteligência do observador e a ignorância do observado.

Essa distância é costumeiramente lembrada a propósito do narrador dos três mais conhecidos romances de Machado de Assis, bem como de inúmeros contos seus. Tome-se, por exemplo, e exemplo óbvio, outro “capadócio”, outro “puro Alfacinha” que “tinha-se formado em Coimbra”: Brás Cubas. No conhecido capítulo XX de suas *Memórias*, “Bacharelo-me”, o leitor é informado de que a “Universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocrementemente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-mo com a solenidade do estilo, após os anos da lei”. Sua “grande nomeada de folião” vinha do exercício inveterado de “romantismo prático e liberalismo teórico” (Assis, 1971, v. 1, p. 542). Mais adiante, no capítulo XXIV, “Curto, mas alegre”, lê-se:

Não digo que a Universidade me não tivesse ensinado alguma [filosofia]; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim; embolsei três versos de Virgílio, dous de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação. Tratei-os como tratei a história e a jurisprudência. Colhi de todas as cousas a fraseologia, a casca, a ornamentação... (Assis, 1971, v. 1, p. 545).

Decorar o esqueleto, embolsar versos, precaver-se para as despesas da conversação: nesse modo de falar tão abstrato e ao mesmo tempo tão preciso se reconhece uma das marcas da ironia machadiana. Ponha-se nele um pouco mais de invectiva, e se chega a formulações como esta de João Lisboa três décadas antes sobre o Doutor Bávio, personagem, como se sabe, de “Partidos e Eleições no Maranhão”:

Bávio arremessou-se na carreira da política e do jornalismo, onde *desenvolveu uma tal elasticidade de princípios e de consciência, uma impudência tão cheia de candura e segurança, e um tão prodigioso talento para o insulto e a calúnia*, que era o terror dos seus adversários, e objeto de admiração universal. Peregrinou por três ou quatro partidos, *sustentando as doutrinas e os interesses mais opostos*, sempre com a mesma galhardia, serenidade e falta de consciência (Lisboa, 2012, v. 1, p. 318, grifo nosso).

Esse talento para o torpe, essa desenvoltura para a baixeza, essa serenidade para a perturbação: não soa tudo isso algo machadiano?

Tome-se a “elasticidade de princípios e de consciência”, que seria objeto de particular atenção do autor de *Histórias sem data*. Em um dos contos aí reunidos, “Galeria Póstuma”, narra-se a morte de Joaquim Fidélis, homem rico e benquisto por todos, do qual se descobre postumamente um diário que, lido pelo único herdeiro, o sobrinho Benjamin, revela por trás do seu trato universalmente cordado um olhar implacável para o mesquinho, um gosto pela verrina. Do amigo Diogo Villares dirá que é “Bom pai de família. Estúpido e crédulo. Com intervalo de quatro dias, já lhe ouvi dizer de um ministério que era excelente e detestável: – diferença dos interlocutores” (Assis, 1971, v. 2, p. 399). Outro que “não tem ideias”, Elias Xavier é “um espírito subalterno, destinado a servir alguém, e a servir com desvanecimento, como os cocheiros de casa elegante” (Assis, 1971, v. 2, p. 399). Fragoso, por sua vez, tem “Conversação vulgar, polida e chocha”; e Galdino Madeira tem no cérebro “um certo furo, por onde o espírito escorrega e cai no vácuo” (Assis, 1971, v. 2, p. 400).

Diante desses exemplos, não seria o caso de invertermos o juízo: em vez de dizermos que há algo de adiantadamente machadiano, em Lisboa, dizermos que haverá algo de Tímon em Machado? É conhecida, por sinal, a admiração que o escritor da corte tinha pelo autor de província.<sup>35</sup>

O retrato cumpre, na literatura e historiografia de João Francisco Lisboa, a função de elaborar tipos: neles entrarão elementos formalmente literários, sim, mas com a finalidade de iluminar certo momento histórico presente ou pretérito. Maria de Lourdes Janotti entende

---

<sup>35</sup> Quando da morte de Lisboa em 1863, Machado de Assis referiu-se a ele como alguém que havia deixado “ao nosso país a glória de um nome respeitado entre os mais eminentes”; fala de “seus raros e elevados dotes, de seus profundos e sólidos estudos” (2013, p. 143). Se Lisboa tivesse vivido mais e concluído a obra que planejava, as “páginas da história brasileira receberiam, deste modo, aquela robustez de estilo e alta apreciação que faziam supor nas mãos de Tímon a pena de Tácito” (Machado, 2013, p. 143). A notícia de que “seus escritos vão ser publicados a expensas de Sua Majestade o Imperador” não se verificaria; sairiam a expensas de amigos e familiares do autor no Maranhão. Machado de Assis por fim lamenta a pouca comoção causada pela morte do autor que admirava: “Como se explica esta tal ou qual indiferença do Brasil vendo morrer um dos seus maiores pensadores?” (2013, p. 143). Na conhecida “Notícia da atual literatura brasileira”, Machado menciona de passagem as “tribos indígenas, cujos usos e costumes João Francisco Lisboa cotejava com o livro de Tácito e os achava tão semelhantes aos dos antigos germanos” (2013, p. 431). É indício de que realmente frequentava a obra de João Lisboa, não apenas de ouvir falar ou de folhear, mas atento ao detalhe.

que “Difícilmente dir-se-ia intencional e deliberada a amplitude que os capítulos sobre Vieira e Beckman assumem no seu trabalho. Parece que, ao escrevê-los, encontrou motivação mais forte que nos capítulos anteriores”; quer dizer, o assunto desses capítulos, “mais concorde com sua personalidade combativa e curiosa pelas ações humanas”, permitiu que ele se expandisse “sem os entraves de um planejamento rigoroso” (Janotti, 1977, p. 149). O João Lisboa historiador está muito atento ao “significado do indivíduo no processo histórico” (Janotti, 1977, p. 148).

Quando, nos fascs. 11 e 12 do *Jornal de Tímon*, o autor precisou indicar as circunstâncias em que transcorreu a Revolta de Beckman, viu-se obrigado a escrever um retrato trágico do revoltoso herói, “vulto nobre e grandioso” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 192). Injustiçado pelo capitão-mor Inácio Coelho, o Bequimão parecerá a Lisboa “ulcerado pela perseguição e pela injustiça”, atentando ao “azedume que deviam naturalmente gerar e alimentar no seu coração os sofrimentos do desterro, e os desgostos e embaraços da fortuna destruída” (Lisboa, 2012, v. 3, p. 191). Seu martírio seguirá intenso, pensa o narrador, até o fim:

Dir-se-ia que a ruína de todas as suas esperanças, a fraqueza e esquivança dos amigos, e sobretudo a última e abominável traição, ferindo-o cruel e sucessivamente, o haviam tornado indiferente à conservação de uma existência, que agora se lhe afigurava inútil para o bem a que sempre aspirara (Lisboa, 2012, v. 3, p. 241).

Para atingir uma descrição histórica que exiba algo de sua causalidade mais profunda, Lisboa precisa apelar à psicologia hipotética do herói, a fim de esclarecer seu destino trágico. Essa lembrança da conexão entre psicologia e causalidade histórica, a ser exibida por via de retratos, é um primeiro ponto de contato entre João Francisco Lisboa e Euclides da Cunha, já que ambos partilham em alguma medida da crença razoavelmente comum no século XIX de que os indivíduos, segundo escreve Hayden White a propósito de Hegel, são “personalidades possuidoras de uma unidade de caráter que lhes permite portar-se como representantes de diversos aspectos da ‘vida comum’ ou como agentes livres à procura da própria independência” (White, 2008, p. 109). Exemplo exato de forma híbrida, com fortes elementos ficcionais, *Os sertões* apresenta vários retratos literariamente cuidados e pensados para fixar de maneira mais durável algum fato, tipo popular ou personagem histórico, a começar, claro, pela figura de Antônio Conselheiro. Euclides escreve: “É natural que estas camadas profundas da nossa estratificação étnica se sublevaram numa anticlinal extraordinária – Antônio Conselheiro...” (Cunha, 2001, p. 251). Para justificar a construção do retrato como

meio de expressar aspectos mais amplos e mais duradouros da história de uma localidade, faz a comparação:

Da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. [...] Por isso o infeliz destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício (Cunha, 2001, p. 252).

Para expor esses “estratos truncados de antigas formações”, Euclides fará um retrato daquele a quem chama, já nos títulos de subseções, “documento de vivo atavismo”, “gnóstico bronco”, “grande homem pelo avesso”, “monstro” e “heresiarca do século II em plena Idade Moderna” (2001, p. 251, 254, 255, 266, 278).

Não pensa João Lisboa de maneira diferente. Por exemplo, como justificativa do retrato que faz de Anchieta e de Manuel da Nóbrega nos primeiros anos de colonização do Brasil, afirma que “esses dous tomaram para logo proporções colossais, e os seus nomes, gloriosamente identificados à da grande história do Brasil, não ficaram encerrados em crônicas particulares e obscuras”, pelo que bastaria esboçar por “traços rápidos e gerais” as suas vidas para bem dar a conhecer o Brasil colônia em seus primórdios (Lisboa, 2012, v. 2, p. 302). Com igual rapidez, porém com muito mais romance, diz algo da vida do fundador da Companhia de Jesus, a fim de apontar como “o Brasil e os padres [jesuítas] são coevos” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 302).

É um conto medieval, cujo início faz logo pensar em Alonso Quijano com seus livros de cavalaria, ou mais precisamente em Santa Teresa d’Ávila, que no *Livro da vida* conta como teve de abandonar aquelas prazerosas leituras para encetar vida religiosa mais séria (Teresa, 2010, p. 40-41). Escreve Tímon, após maravilhar-se com os “Desígnios profundos e insondáveis da Providência”: “Num obscuro recanto da Espanha vivia um obscuro fidalgo, cavaleiro e namorado, sem outro mister que o das armas, sem outra distração que o galanteio, sem outra instrução e leitura que a dos livros de cavalaria” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 276-277). Enquanto convalescia de um ferimento que tomara numa batalha, não pode “espairecer o espírito na leitura dos seus amados livros de cavalaria”, pois

o teto que o abrigava não os tinha, e força lhe foi contentar-se com vidas de santos, e outros livros de piedade, próprios a desligarem o homem das cousas terrenas, e elevarem-no em pensamento ao Céu e a Deus.

Esta leitura, verdadeira novidade ou revelação, toca, converte e transforma para logo o antigo cortesão dissipado e pecador, em cavaleiro de uma nova dama, que nada menos era que a Virgem Santíssima; e ei-lo, aí, primeiro simples devoto iluminado, depois mendigo, peregrino, teólogo, doutor; e afinal beato e santo, como foi sucessivamente declarado pela Cúria Romana (Lisboa, 2012, v. 2, p. 276).

João Lisboa dedica aproximadas dez páginas a esse “chefe da mais poderosa confraria religiosa do seu tempo” (2012, v. 2, p. 276); detém-se em curiosidades, como a de que “Na idade de 30 anos, entrou Inácio para uma escola de latim frequentada por meninos!” (2012, v. 2, p. 277); e chega até a opinar sobre os *Exercícios espirituais* propostos pelo fundador da Companhia de Jesus, considerando-os “mais absurdos e ridículos talvez que perigosos, e antes ditados pelo visionário alucinado, que pelo ambicioso profundo e sagaz” (2012, v. 2, p. 285), o que resultaria na “mais completa abdicação que saibamos de toda razão e vontade humana!” (2012, v. 2, p. 286). Seu procedimento é simples: toma por fonte “[Thomas] Macaulay e Edgar Quinet principalmente, a quem [...] devemos em grande parte as breves notícias que ficam expostas” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 284), com extratos inteiros daquele primeiro, e os adapta a uma fantasia medieval que, paradoxalmente, dá início a uma ordem religiosa de fundamental importância para o empreendimento colonial moderno.

Mais uma vez, João Lisboa realiza gradativamente uma passagem do ficcional para o historiográfico, agora sob a forma de um arrazoado antijesuítico em torno de quem “dirigiu o governo da Companhia com mão tão hábil, como firme e despótica” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 286).

#### 4.5 Neoclássico barroco

A compreensão da obra de João Francisco Lisboa obriga o seu leitor a rever a história da literatura brasileira e sua inserção na América Latina a partir de um ponto de vista instigante: o do quanto a fusão de gêneros de discurso no *Jornal de Tímon* e sua intensa predileção pelo riso não dizem algo de fundamental acerca de determinada visão de mundo, a dos brasileiros, e dos modos mais naturais como respondem os latino-americanos em geral aos influxos da cultura europeia moderna. Modo interessante de apresentar a questão é revisitar o

classicismo de João Lisboa e sua geração, porém o apreciando a partir de outro ângulo: o do qual bem se insere ou não numa tradição mais ampla de ensaísmo americano.

Neste trabalho já foram reconstituídas em traços gerais, no segundo capítulo, a formação intelectual de João Francisco Lisboa e sua pertença ao neoclassicismo maranhense. E já foram reproduzidos, no subcapítulo 3.4, os seus remoques à mentalidade romântica em voga no Brasil, da poesia à historiografia do IHGB. A sua mentalidade, a esse respeito, é bastante afim à do seu admirado e admirador Manuel Odorico Mendes, do qual fez uma biografia, na qual lhe louva, por exemplo, a “Linguagem correta, pura, e portuguesa de lei” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 430). O temperamento de Odorico, por esse viés, passava bem próximo do gosto de Lisboa. Recorde-se o que este dizia do romantismo, e se o compare com o que escreveu o seu amigo de linguagem correta, pura e portuguesa de lei em um dos comentários à sua tradução das *Bucólicas* de Virgílio:

Ao fechar as notas às *Bucólicas*, direi do gênero alguma coisa com aplicação ao Brasil. Dantes, em todos os assuntos, misturavam uma certa cor pastoril, a ponto de representarem em ar de camponeses as mais salientes personagens da Antiguidade: foi moda em França, mais durável na Itália e nas Espanhas. O abuso produziu o enojo e os críticos formados na escola do hodierno Paris, mais amigos dos parques de regalo e do Jardim de Inverno que do campo verdadeiro, não só contra o abuso, gritam contra o gênero, sem embargo do exemplo do virtuoso e desgraçado André Chénier, um dos lumes do Parnaso Francês depois da grande revolução, o qual demonstrou praticamente quanto se pode ser original imitando os antigos, e restaurou a musa pastoril com um talento superior.

Nós outros, modelando-nos pelos franceses, desprezamos o gênero e os antigos e presumimos de excelentes inventores, porque, dando de mão à mitologia, fugimos de boquejar em Vesta ou em Mercúrio: alguns porém copiam os contemporâneos estrangeiros, trocando apenas de imitação, e mal casando as tradições da Europa com a nossa renovada civilização (Mendes, 1995, p.119).

Ou seja: cobra Odorico dos escritores brasileiros que imitem modelos mais duráveis, e não somente os contemporâneos. Pede ainda que atendem à realidade propriamente brasileira; por isso cobrará um lugar para o sertanejo nessa literatura. Mas, aí, a questão: se ninguém no estrangeiro tomou o caboclo da terra e seu gado por modelo de civilização americana, como poderá um autor brasileiro se inspirar a fazê-lo? Porque no fim das contas foi isso que se deu com o indígena em grande medida. Odorico divide os “naturais do Brasil” em “os mais civilizados”, os “selvagens” e “os sertanejos, em geral pastores”. Aqueles primeiros passam na literatura brasileira à moda europeia, os segundos à maneira do imaginário de Chateaubriand – e os últimos? Responde: “A terceira divisão, a dos sertanejos, nunca foi

cantada senão por eles próprios em seus rústicos solaus” (Mendes, 1995, p. 120). Faz em seguida o elogio desse personagem sem voz na nascente literatura, no que é sem dúvida uma das mais antigas reivindicações de um gênero sertanejo nas letras do país; procede assim para mais adiante, num comentário meio queixoso, quem sabe meio irônico, notar que a dificuldade de trazer esse retrato para a literatura “está em que os nossos melhores engenhos habitam nas cidades, não têm experiência dos costumes campestres”; e escolhe então um exemplo sintomático: “o meu comprovinciano o Sr. Gonçalves Dias, que nasceu no interior, bem que educado em Coimbra, só pelas reminiscências da meninice” – seu indianismo também viria dessas reminiscências, ou só de leituras em Coimbra? – “tem enfeitado os seus versos com alguns toques e pensamentos que podem referir-se aos nossos camponeses; mas, pela maior parte, referem-se aos selvagens” (Mendes, 1995, p. 120).

Fica bem marcada a distância, aos olhos de Odorico, entre um indianismo ideológico e uma cegueira estética para um tipo tão brasileiro como o sertanejo. Esse elemento de falsidade romântica seria ainda mais uma vez assinalado por João Lisboa, e mais uma vez ainda tendo por oportunidade a pessoa e a obra de Gonçalves Dias. A insistência em seu nome é notável. No folhetim “A Festa de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. dos Remédios”, ele diz ter avistado “O nosso poeta Gonçalves Dias, dando o braço a umas senhoras, conversando alegre e satisfeito, sem deixar rever o menor vislumbre daquela melancolia e desesperação que nos vende em seus mimosos versos. Hei de estimar que continuem as suas infelicidades” (Lisboa, 2012, v. 4, p. 467).

É manifesta a distância que as ideias e as práticas de Lisboa interpõem entre ele e o romantismo, de maneira que chega a ser incompreensível o juízo de Maria de Lourdes Janotti de que “o caráter subjetivo do retratamento do personagem [em “Partidos e Eleições no Maranhão”] está claramente configurado dentro do estilo romântico” (1977, p. 69-70). Não, definitivamente não. Confunde-se, nesse caso, a “subjetividade” do historiador que se permite fazer história à maneira literária com o estilo empregado para esse fim; estilo que, na verdade, desdenha do romantismo e está mais próximo do romance picaresco, pela vertente do riso, ou do romance realista, pela vertente desmistificadora.

Odorico e Lisboa dividem algo de uma mesma visão antirromântica, porém se distanciam, pelo menos em suas respectivas práticas literárias, quanto ao encaminhamento dessa visão; Odorico propugna algo próximo de uma preceptística antiga e se vale de uma linguagem preciosista (ainda que inventiva), ao passo que Lisboa pratica uma prosa que mescla os níveis de linguagem alto e baixo e cruza a fronteira dos gêneros. O curioso é que não seria de se esperar isso de um autor neoclassicista. Haroldo de Campos nota que “O classicismo, por definição, é propenso à exata delimitação dos vários dialetos funcionais”, ao passo que, em

sentido contrário, “O romantismo constituiu [...] uma revolução” das formas (2013, p. 162). É verdade, mas aí ele está a falar de romantismo em geral, sem atenção exata ao romantismo brasileiro. Por isso, quando se volta para este em específico, é forçado a reconhecer que é “um romantismo defasado e epigonal, extensamente dependente dos modelos europeus, [...] principalmente [...] dos paradigmas ‘extrínsecos’ (a oratória hugoana, o intimismo soluçante de Musset, a religiosidade lacrimatória de Lamartine)” (Campos, 2013, p. 170).

Seria de se esperar que o romantismo no Brasil concentrasse os esforços de renovação da literatura nessa parte do mundo; e não se dirá que não o fez em grande medida. Que logo tenha se tornado uma rotina literária, contudo, um modismo bem-pensante, é algo que contrastou gravemente com as inovações daqueles de quem seria de se esperar comodismo beletrista: classicistas como João Francisco Lisboa, Odorico Mendes, ou mesmo o Machado de Assis dos últimos anos. Parte do efeito estético da obra de Lisboa deriva dessa quebra de expectativas, ainda mais que movida pelo elemento cômico, irônico, até *nonsense*. Seu caso seria um daqueles de *barroquismo* das culturas brasileira e hispano-americana: a propensão ao exagero expressivo, à desmesura formal e ao acinte vocabular o faria um estranho exemplo dessa matriz estética difusa. Ao refletir acerca dela, Haroldo de Campos chega a imaginar:

E será, quem sabe, justamente no barroco, em seu transplante ibero-americano – quando, a par do fusionismo próprio desse estilo, se dá a mestiçagem peculiar a um confronto de culturas e raças diferentes –, que se poderá encontrar, no embrião, essa atitude de não conformidade à partilha clássica dos gêneros e suas correlatas convenções literárias, de parte do escritor da América Latina (Campos, 2013, p. 184).

Assim visto, e apreciado apenas segundo essa compreensão alargada de barroco, não seria o caso de falar num estilo *neoclássico barroco* – alto-popular, ordenado-disruptor, tradicional-irreverente – do qual o *Jornal de Tímon* seria um perfeito exemplo?

Aliás, se tomado como exemplo prematuro da “ruptura dos gêneros na literatura latino-americana” de que trata Haroldo de Campos no ensaio repetidamente citado, *Jornal de Tímon* pede para ser lido segundo uma tradição que tem sabor hispano-americano e brasileiro bem próprio: o do ensaio de interpretação nacional. É, por sinal, assim que o toma Alexandre Eulálio ao fazer este juízo:

Obra que transcende a Literatura pelas suas intenções, pode ser colocada dentro do ensaísmo não-literário brasileiro ao lado das de Tavares Bastos (*A Província; Cartas do Solitário*), do Visconde de Uruguai (*Direito Administrativo*), de Couto de Magalhães (*O Selvagem*), como algumas das melhores e mais percucientes aproximações da nossa realidade no século XIX.

Nesta tradição de estudos políticos concebidos numa linguagem incitante, encantar-se-ão mais tarde os trabalhos de um Assis Brasil (*Democracia Representativa*), um Alberto Torres (*O Problema Nacional do Brasil* [sic]), de um Oliveira Viana (*O Idealismo da Constituição*), autores em que o tema encontra um estilo para se exprimir (Eulalio, 1992 [1962], p. 36).

Há de se compreender o juízo de Eulalio: tomando-o para além do âmbito literário, considera *Jornal de Tímon* coisa próxima de *A província* (1870) e *O problema nacional brasileiro* (1914), o que não está mal, pois de fato João Lisboa oferece algo de bem próprio a essa tradição: pessoalidade do seu empenho, trato histórico da matéria, meditação sobre a construção da nação, os quais são traços encontráveis em obras tão díspares e temporalmente apartadas como *O abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco, e *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre (por sinal, autor cuja visão do ofício científico do sociólogo propõe conscientemente para a artesanaria literária, o que segue servindo de munição tanto para os críticos como para os admiradores do autor de *Como e porque sou e não sou sociólogo*).

O ensaísta e historiador colombiano Germán Arciniegas apercebeu-se de vários traços distintivos dessa tradição ensaística continental. Notou, em “Nossa América é um ensaio”, que “Foram escritos ensaios entre nós desde os primeiros encontros do homem branco com o índio, em pleno século XVI, muito antes de Montaigne nascer” (2018, [1979], p. 129), o que mostraria a congenialidade do ensaio ao espírito americano não anglófono. Notou que ensaios como *Memorial de agravios* (1832), do colombiano Camilo Torres, foram todos “um pouco científicos, um pouco religiosos, um pouco políticos, e muito americanos” (2018 [1979], p. 133), portanto indefinidos muita vez em seus propósitos e em seus gêneros. Notou que contribuíram, enquanto leituras de uma realidade radicalmente nova, para o nascimento da sociologia “com vários séculos de antecipação a Comte e a Spencer” (2018 [1979], p. 134). E que é o ensaio na América do Sul um gênero cuja predileção supera o romance (2018 [1979], p. 137-138], do que seria exemplo *Ariel* (1900), do uruguaio José Enrique Rodó, “um ensaio que foi mais lido do que qualquer romance” (2018 [1979], p. 142).

Arciniegas faz apenas uma menção, muito ligeira, à cidade de São Paulo e à “vasta produção dos sociólogos do Brasil” (2018 [1979], p. 141). E como é vasta, sim, e como recua, pelos critérios que ele mesmo oferece, à obra de um João Francisco Lisboa, ou mesmo de um Frei Caneca. E como é marcada toda essa produção brasileira, como a latino-americana em geral, pela indefinição de gêneros e, numa camada cultural mais profunda, pela troca das ideias próprias pelas alheias, ou melhor, por uma estranha espécie de espelhismo civilizacional pela qual o brasileiro se revelará reflexo não só desta ou daquela cultura, mas de uma pluralidade delas. O tema tem largo trânsito na literatura de interpretação da nacionalidade brasileira. O

historiador João Camilo de Oliveira Torres a resumiu deste modo, recorrendo a Alceu Amoroso Lima e ao filósofo espanhol Julián Marías:

o brasileiro que quisesse estudar filosofia ou política teria que procurar doutrinadores fora de seu contexto histórico, e de várias fontes. Alceu Amoroso Lima tem salientado várias vezes o que chama de “Lei da Repercussão” e o fato de que, de um modo geral, temos procurado em fontes diversas as justificações de nossas posições. E, mesmo hoje, quando temos um bom acervo de experiências históricas, raro o caso de um autor que procura fontes e explicações no passado brasileiro: a tendência é procurar uma fonte estrangeira. [...] O resultado é que o brasileiro, como o espanhol e pelas mesmas razões, como tão justamente assinalou Julián Marías, está mais diretamente em contato com todas as correntes. Não há uma escola brasileira de filosofia ou política, mas a presença, no pensamento brasileiro, de todas as tradições e orientações (Torres, 1973, p. 211).

Essa constatação, ou melhor, a ubiquidade dela na América de colonização portuguesa e espanhola, sugeriu a João Cezar de Castro Rocha a ideia de que no centro dos questionamentos de pensadores latino-americanos se encontra “a oposição entre o próprio – a realidade local – e o alheio – as ideias estrangeiras” (Rocha, 2017, p. 155), e isso com tamanha radicalidade que se poderia formular uma teoria abrangente do processo cultural nessa área do globo baseada numa releitura do antigo conceito retórico de *emulação* (Rocha, 2017, p. 185-258). Aí, “Os ideais de originalidade e influência não importavam tanto nesse horizonte, pois não se questionava a *tradio*, mas se tentava ampliá-la por meio de atos de emulação” (Rocha, 2017, p. 189, grifo do autor).

Pode-se aceitar ou não a especificidade do fenômeno para o caso latino-americano, ou, ainda, para outras circunstâncias culturais “não hegemônicas”, que, historicamente mutáveis que são, poderiam depor contra o argumento; mas será difícil negar que a produção de um João Francisco Lisboa ou de um Euclides da Cunha exhibe justamente aquela característica de apropriação e redirecionamento de gêneros e de ideias de além-mar. Chega a ser curioso que em nenhum momento de seu estudo da “poética da emulação”, cheio de remissões a títulos fundamentais do ensaísmo latino-americano, o autor assinale o quanto a própria *forma* desses textos seja um dado a favor da sua tese.

A menção a Euclides da Cunha impõe um reparo ao comentário de Alexandre Eulalio, bastando para tanto atentar ao rol de obras entre as quais ele situou *Jornal de Tímon*: não se conta uma única que tenha algo de ficcional; nem tampouco de satírico, que dirá de luciânico. Mas uma obra como *Os sertões*, se não atende ao último critério, certamente atende ao primeiro, e ver nos procedimentos formais da obra de Euclides uma distante continuação do

ímpeto ficcionalizante do historiador Tímon seria tão legítimo quanto, em retrospecto, situar Lisboa na tradição menipeia. Afinal, Olímpio de Souza Andrade falaria desse “‘ficcionalista’ que se espraia assim, do começo ao fim de *Os sertões*, sem deixar de ser o historiador consciencioso” (Andrade *apud* Lima, 2006, p. 374).

#### 4.6 Um dispositivo metaliterário

As características da obra de João Francisco Lisboa até agora apontadas neste capítulo surpreendem, desde que se leve em conta que seu *Jornal* é uma obra não só da década de 1850, como ainda do Brasil de então, o Brasil de ingenuidades românticas como *O moço loiro* (1854),<sup>36</sup> ou de currículos escolares ainda pesadamente retóricos mais no mau sentido do que no bom, um meio, o Brasil literário de então, praticamente ilhado frente aos grandes continentes de renovação literária da Alemanha e da Inglaterra, quando até da França – recorde-se a citação de Haroldo de Campos de há pouco – se importava só o que havia de menos inovador e mais compatível com rotinas tropicais já bem fixadas. E, no entanto, do cerne mesmo de sua alienação, de sua pequenez, João Lisboa ergue uma obra sem paralelo, comparável apenas a ensaios de interpretação nacional em outras partes da América Latina, um *Jornal* que talvez não seja a obra máxima desta parte do globo, mesmo naquela conjuntura, mas que é impressionante pela sua singularidade, estranheza e misto instigante de realização, fechamento, pelo que efetivamente diz e diz de novidade, e irrealização, abertura, tom jocoso de investigação *in fieiri* sob a carapaça de ficção histórica.

Desse modo João Lisboa esgarçava a rede discursiva do Brasil da década de 1850. Para compreender o que isso significa, é interessante recorrer à percepção que Friedrich Kittler teve do período formativo da literatura alemã moderna, cujo início ele localiza na cena de abertura do *Fausto* de Goethe, “Noite”, logo após os prólogos. Fausto está inconsolado com a inaniidade, a falta de propósito de todos os seus esforços de alcançar um saber mais alto:

---

<sup>36</sup> Valha o juízo de Antonio Candido sobre a literatura de Joaquim Manuel de Macedo: “O conformismo em face do cotidiano leva-o, pois, a um realismo miúdo, que não enxerga além das aparências banais nem penetra mais fundo que a psicologia elementar dos caixeiros bem falantes, donzelas casadoiras e velhotes apatacados. Miúdo realismo que não provém apenas de um defeito de acuidade e imaginação, mas também desta aderência ao meio sem relevo social e humano da burguesia carioca. [...] Mas a par desse primeiro tipo de conformismo, aparece na sua obra um outro, que chamamos de poético, e vem a ser o emprego dos padrões mais próprios à concepção romântica, segundo acaba de ser sugerido: lágrimas, treva, tradição, conflito” (2006, p. 458).

Ai de mim! da filosofia,  
 Medicina, jurisprudência,  
 E, mísero eu! da teologia,  
 O estudo fiz, com máxima insistência.  
 Pobre simplório, aqui estou  
 E sábio como dantes sou! (Goethe, 2004, p. 63).

Nesses versos e nos que os sucedem, Kittler identifica o suspiro do erudito que não pode mais se satisfazer “com a formação histórica conhecida por *res publica litteraria*” (Kittler, 1990, p. 4, tradução nossa). O doutor Fausto “senta-se em sua biblioteca sem novas aquisições, lê, extrata e escreve comentários, para depois ditar aos seus estudantes durante as aulas o que os velhos livros tinham ditado a ele”; trata-se de um circuito entrópico, no qual não se recua nem avança, pois a “República dos Eruditos é circulação sem fim, uma rede de discurso sem produtores nem consumidores, a qual simplesmente espalha palavras ao redor” (Kittler, 1990, p. 4, tradução nossa). É a futilidade das letras; a literatura como simples rotina; é a crítica literária como reprodução de expectativas já dadas.

É por isso que, numa interpretação ousada da famosa passagem em que Fausto esforça-se por traduzir muito pessoalmente um verso do Evangelho segundo São João, Friedrich Kittler vê o erudito a buscar algo para além da rede discursiva. Lê-se no *Fausto*, cena “Quarto de Trabalho”:

Escrito está: “Era no princípio o Verbo!”.  
 Começo apenas, e já me exacerbo!  
 Como hei de ao verbo dar tão alto apreço?  
 De outra interpretação careço;  
 Se o espírito me deixa esclarecido,  
 Escrito está: No início era o Sentido!  
 Pesa a linha inicial com calma plena,  
 Não se apressure tua pena!  
 É o sentido então, que tudo opera e cria?  
 Deverá opor! No início era a Energia!  
 Mas, já, enquanto assim o retifico,  
 Diz-me algo que tampouco nisso fico.  
 Do espírito me vale a direção,  
 E escrevo em paz: Era no início a Ação! (Goethe, 2004, p. 131).

Do Verbo passa Fausto ao Sentido, e deste à Energia, para por fim encontrar a Ação. Era justamente isso, pensa Kittler, que ele buscava: dar um fim à permutação infinita das palavras, preencher de novo de sentido a literatura, preencher de espírito a vida. Fausto estaria operando uma “tradução hermenêutica”, não só uma “paráfrase retórica”: “Com a revogação da Palavra primeira e absoluta desaparece o livre jogo das muitas e variadas palavras verbosas

que podem umas representar às outras e à mesma posição sintática” (Kittler, 1990, p. 12, tradução nossa).

Seria forçoso tentar transpor para o *Jornal de Tímon*, em toda a linha, o que Friedrich Kittler diz acerca do *Fausto*. Porém seria igualmente forçoso não perceber que o sentido da crítica de Tímon/Lisboa está para a rede discursiva brasileira mais ou menos como a crítica de Fausto/Goethe está para a rede discursiva alemã. Lisboa quer ir além do meramente literário; esse é o seu meio de fazer literatura autêntica.

Tal como Fausto busca ir além da mera rotina erudita de compulsar velhos tomos e repetir seu conteúdo para outros, de igual modo Tímon se descontenta com tudo aquilo que ele “extrata e copia” e se atira uma atividade nova. Isso só foi possível porque João Lisboa conseguiu visualizar com clareza a rede discursiva pela qual transitava. O modo como confronta a visão de Varnhagen acerca dos índios; como vai além das formas usuais de jornalismo partidário; como supera a historiografia coloniallouvaminheira; como passa por cima de superstições do romantismo; como revê a história oficial de episódios como o da Revolta de Beckman: não é tudo isso amostra do quanto foi Lisboa capaz de concentrar num livro-jornal, ao longo de não mais que seis anos, quase tudo que podia um homem imensamente ocupado com o jornalismo e com o direito, longe da corte e exposto à intempérie política?

Uma metáfora através da qual compreender o que Lisboa realiza é tomar seu *Jornal* como um dispositivo, uma máquina, ou ainda um *software*, que processa os discursos ambientes e os torna outra coisa; imprime-lhes uma marca estranha, que zomba de sua própria condição literária, ou pelo menos pretensamente literária. Se o *Jornal* aponta para além dos discursos costumeiros, é porque ele é um dispositivo metaliterário, uma gerigonça textual que busca o não-textual, uma obra de letras que se nega ao beletrismo, um jornal que através das vulgaridades diárias aponta para estratos permanentes da vida humana. Isso justifica sua estranha conformação e assinala a marca de seu sentido satírico.

Marca essa diretamente ligada à consciência *metalinguística* de João Francisco Lisboa. Ele sabia estar experimentando novos meios de fazer jornalismo: por isso o *Jornal* não poderia ser quase diário, nem mesmo semanal, acabando por não ser, após os primeiros fascículos, nem mensal; era uma obra arriscada, de fôlego largo, mantida por subscrições dos leitores, e que não reproduziria documentos oficiais do governo nem notícias do estrangeiro, material que ainda costumava preencher metade ou mais do espaço da maioria dos periódicos. Sabia também estar experimentando novos meios de fazer história: perceba-se que seus “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão” começaram a ser publicados em 1852, portanto dois anos antes de Varnhagen iniciar a impressão da sua

grande obra, a qual, a bem da verdade, só passaria a ser efetivamente lida no Brasil em meados de 1856 (Lisboa, 2012, v. 3, p. 384); Lisboa não tinha modelos historiográficos brasileiros de perfil moderno nos quais se apoiar, apenas os quais criticar, e por isso vivia recorrendo a seus Tocqueville, seus Thierry, seus Guizot; fez deles o que bem lhe deu na conta fazer. E ele também sabia estar experimentando novos meios de fazer literatura, em sentido amplo, através “não de um livro, mas um simples jornal, e ainda menos que isso um jornal de província de segunda ordem”, conforme reflete já no “Prospecto” que antecede o fasc. 1, e que assim prossegue:

Ninguém presuma pois que nestes escritos [Tímon] pretende inculcar profundidade ou originalidade; a primeira destas qualidades só a possuem os gênios privilegiados; quanto à segunda, aspirar a ela, com forças tão mínguas, tanto monta como aspirar a uma quimera. O mundo conta mais de seis mil anos de idade, segundo uns, e outros há que lhe dão não menos de sessenta mil. Em qualquer destas duas extremas decrepitudes, já se não pode contestar a verdade daquela famosa sentença: – *Nihil sub sole novum*. A única invenção hoje possível consiste toda na felicidade e oportunidade da aplicação; e ainda isto mesmo não é dado a todos (Lisboa, 2012, v. 1, p. 136).

Em seguida, vêm estas palavras de especial importância: “*Tímon extrata e copia, transformando e aplicando as cópias às cousas e aos homens do seu tempo. Nada mais, nada menos*” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 136, grifo nosso). Ele copia estilos e extrata textos; ele não se atira a uma obra que se pudesse chamar de grande, mas tampouco se contenta em fazer o já rotineiro: essa é a sua *captatio benevolentiae*, seu meio falsamente humilde de chamar atenção para a forma do seu escrito sem, nesse mesmo ato, expor-se a maiores cobranças de erudição – que, aliás, dificilmente surgiriam –, nem permitir que se confunda inteiramente o seu *Jornal* com os demais jornais ou livros de costume.

Essa sua disposição de tanto citar e tanto copiar, a par de sua disposição de mesclar gêneros de discurso e refletir num único texto toda a rede discursiva brasileira e o que está para além dela, relaciona-se com o ambiente cultural brasileiro de então, no qual é fácil esquecer que a própria imprensa, a própria literatura como livro aqui escrito e aqui impresso, era ainda coisa nova, de poucas décadas. A metaliteratura de João Lisboa se beneficia dessa conjuntura. As regras do jogo literário ainda estão por ser estabelecidas: na verdade, ainda não há regras rígidas nem para o jornalismo nem para a historiografia, nem para o romance nem para a oratória política. Essa sensação de liberdade é bem própria de “épocas de transição” que Lisboa dificilmente terá apreciado por este ângulo: o de que inovações tecnológicas geralmente permitem a deflagração de formas ainda híbridas, que acolhem produtos culturais de

temporalidades distintas, elementos pretéritos que sobrevivem e elementos futuros que apenas se anunciam, e os compõem num todo de contornos exóticos, incertos.

No livro V (“Os índios”) dos fasc. 5-10 de seu *Jornal*, Lisboa exercita justamente essa fusão de gêneros e de tempos quando põe a história de séculos antes a comentar a poesia do dia, fazendo-o no curso de uma argumentação, que se pretende rigorosa, acerca de quais as reais dimensões e as causas do mortandade indígena quanto de seu contato com o colonizador. Ao reproduzir parágrafos e mais parágrafos do *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares, detém-se neste trecho: “É este gentio tão luxurioso que poucas vezes têm respeito às irmãs e tias, e porque este pecado é contra seus costumes, dormem com elas pelos matos” (Soares *apud* Lisboa, 2012, v. 2, p. 178). Abre então uma nota de rodapé na palavra “mato” e escreve:

Estes *rendez-vous* no mato, aliás tão simples e prosaicos em si mesmos, deram não obstante assunto a uma das mais belas e graciosas composições do Sr. Gonçalves Dias. É a que ele intitulou – *Leito de folhas verdes* (Lisboa, 2012, v. 2, p. 178, grifo do autor).

O ridículo a que submete o ideário do poeta máximo do romantismo brasileiro, ao mesmo tempo que elogia sua capacidade poética, é um dos mais claros exemplos do *Jornal* a funcionar como um dispositivo metaliterário, isto é, a romper a rede discursiva e apontar a realidade subjacente que a problematiza. É flagrante a qualidade satírica, especificamente luciânica, que distingue essa passagem, como o será também a leitura que Tímon faz das estrofes 61 e 62 do Canto VII de *Os Lusíadas*, nas quais o Gama dá suas notícias ao samorim e “doura toda a cena com as suas tintas brilhantes e imortais; porém através da linguagem pomposa, deixa-se ver patente o assunto imensamente prosaico da mercancia e amor do ganho” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 192).

*Jornal de Tímon* é um dispositivo metaliterário que, por trás de toda linguagem pomposa, aponta um assunto imensamente prosaico.

## CONCLUSÃO

Ao rever a literatura latino-americana e buscar apontar os pioneiros da “ruptura dos gêneros”, Haroldo de Campos escreve que a “problematização metalinguística [elemento fundamental para aquela ruptura, a seu ver] terá ocorrido, pela primeira vez, na obra excepcional do brasileiro Machado de Assis”. Para ele, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro* são “romances em crise, que já não mais conseguem se conter nos lindes do gênero, desprezando o desenvolvimento romanesco habitual em prol de uma contínua dialética irônico-crítica autor-leitor” (Campos, 2013, p. 186).

Agora, se bem compreendido o *Jornal de Tímon*, a avaliação de Haroldo de Campos pode ser tomada, senão como errônea, pelo menos como inexata, quem sabe como rotineira demais.

Em matéria de “dialética irônico-crítica autor-leitor”, Tímon precede Brás Cubas na zombaria dos veículos e temas de que se serve; a meio caminho do jornalismo e da literatura, entre a página passageira de jornal e a complexidade formal mais duradoura do livro, seu *Jornal* se apresenta como posto de observação privilegiado a partir do qual mapear e julgar o sistema discursivo brasileiro de meados do século XIX. Mais reflexão que zombaria, apesar de sempre exibir as marcas da pena da galhofa; menos ficção que história, embora sempre se entregue a algumas invenções por pura melancolia, o *Jornal* recolhe noticiário político, estética de folhetim, tratadismo político, história brasileira, oratória clássica e ficção numa mole de crítica a toda espécie de rotina literária em voga no Brasil.

Como se desentende com Gonçalves Dias, o imperador, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Varnhagen, Padre Vieira, bem como se afasta igualmente de saquaremas e republicanos, João Francisco Lisboa foi uma estranha espécie de *outsider*, já que formado segundo um gosto estético algo acomodaticio, já que ainda educado com uma rala decantação da retórica clássica, já que afastado tanto da corte como da Europa, onde só pisaria ao que parece próximo do fim da vida, já que tão apressadamente preparado, ou mal preparado, para realizar o que ambicionava. Conforme revelaria numa carta a Varnhagen, a rever seus escritos históricos iniciais para não incorrer em novos erros, quando então se preparava para melhor escrever sobre o Padre Vieira:

Confesso-lhe ingenuamente que os meus estudos sobre a História do Brasil [nos fascs. 5-10] eram feitos em uma semana, para escrever na outra. Daí é natural que quanto publiquei se ressentia da precipitação com que estudei e escrevi (Varnhagen, 1867, p. 76).

A revelação não chega a surpreender. “Tímon não se propõe a suprir o que falta nestes nossos escritores”, lê-se na introdução dos fascículos dedicados aos “Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão”, pois “Faltam-lhe para isso uma infinidade de recursos, estudos especiais, e sobretudo o tempo, que, absorvido em outras tarefas, não lhe sobra de nenhum modo para andar compulsando os nossos arquivos públicos” (Lisboa, 2012, v. 2, p. 23). Logo, até a ironia, na obra de Lisboa, deve ser tomada de maneira irônica, o que põe à mostra o seu reverso realista. Tímon diz escrever não mais que “páginas modestas e humildes” (Lisboa, 2012, v. 1, p. 137); pois, “não tendo à minha disposição as bibliotecas de Paris, sou forçado a contentar-me com o que diz Plutarco, único amigo que me é dado consultar neste ponto”, qual seja o ponto, as eleições na Roma antiga (Lisboa, 2012, v. 1, p. 142).

Contra toda a pompa de muitos que o precederam e que o rodeavam, ele está a zombar dos doutos, que verdadeiramente não o são, mas está também a zombar de si mesmo, pois sabe qual é a sua real estatura intelectual. Mas nesse saber está toda a diferença. Enquanto outros se consideravam sumidades por escreverem platitudes, João Lisboa se contenta com a ocupação menor, porém autêntica, de “extratar” e “copiar”. Nessa disposição ética, há traços de realismo, pelo menos de um realismo de ideias.

A visão da obra de João Francisco Lisboa como de interesse limitado a historiadores, até mesmo limitado a historiadores do norte do Brasil, ou de interesse apenas para estudiosos da obra de Antonio Vieira, ou só para estudiosos da reflexão política e social no Segundo Reinado, impediu que seu *Jornal* fosse visto como a obra uma que é, ainda que de publicação variada e irregular, cujas matérias – o exemplo mais claro era a pesquisa sobre Vieira – provavelmente ganhariam tratamento à parte. Não ganharam: João Lisboa morreu e seu *Jornal* ficou sendo apenas o que era, precisamente *aquela* obra, o *Jornal de Tímon* tal qual publicado em 12 fascículos.

A comparação que Álvaro Lins faz entre Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, colocando ambos na raiz das práticas literárias brasileiras, um na vertente em verso, outro na vertente em prosa (veja-se o que foi discutido no primeiro capítulo), é perfeitamente cabível e deve ser levada mais a sério. Vale a esse respeito a constatação final de Luiz Costa Lima acerca de João Lisboa:

Foi brechando a ‘consciência real’ de sua época que Lisboa, principalmente como ficcionista, brechou o sistema frásico dominante – de um lado, a propensão retórica ou mesmo a verborragia encontradas em um Mont’Alverne, do outro, a sentimentalização romântica. E por esta

violentação, estranho paradoxo, foi que ele conseguiu que o seu tempo coubesse com profundidade em sua palavra (1999, p. 307).

De fato, *Jornal de Tímon* é a primeira obra que busca traduzir, em sua forma própria, toda a rede discursiva do Brasil. Caso se queira saber o que se dizia e pensava no Brasil de meados do século XIX, não é preciso mais que recorrer a esse *Jornal*. De quantas outras obras brasileiras se pode ser dizer o mesmo?

Certamente de nenhuma outra obra contemporânea do *Jornal de Tímon*.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel Antonio de. **Memórias de um sargento de milícias**. Org. Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

AMARAL, José Ribeiro do. **O Maranhão histórico**: artigos de jornal (1911-1912). São Luís: Instituto Geia, 2003. (Coleção Geia de Temas Maranhenses, v. 1.)

ARANHA, Graça. **O meu próprio romance**. 4ª ed. São Luís: Alumar, 1996. (Col. Documentos Maranhenses, v. 14).

ARCINIEGAS, Germán. Nossa América é um ensaio. *In*: PIRES, Paulo Roberto. **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia serrote. São Paulo: IMS, 2018, p. 128-142.

ASSIS, Machado de. **Machado de Assis**: crítica literária e textos diversos. Org. Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek e Daniela Mantarro Callipo. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ASSIS, Machado de. **Obra completa**. 3v. 3ª ed. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilera Editora, 1971.

ÁVILA, Affonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco I**: uma linguagem a dos cortes, uma consciência a dos luces. São Paulo: Perspectiva, 2020.

AZEVEDO, João Lúcio de. **História de Antônio Vieira**. 2t. São Paulo: Alameda, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. Transl. Caryl Emerson. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

BARBOSA, João Alexandre. Apresentação. *In*: LISBOA, João Francisco. **Trechos escolhidos**. Rio de Janeiro: Agir, 1967, p. 5-17.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Intrad. de Alfredo Bosi, pref. de Francisco de Assis Barbosa e notas de Isabel Lustosa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

BARTHÉLEMY, Jean-Jacques. **Voyage du Jeune Anacharsis en Grèce**. Tome sixième. Paris: L'Imprimerie de Didot Jeune, 1799.

BORGES, Jorge Luis. **Outras inquisições**. Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 49ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

BOSI, Alfredo. Introdução. *In*: VIEIRA, Antônio. **Essencial**. Org. e introd. de Alfredo Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BRAGA, Teófilo. Apreciação Crítica. *In*: LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. 4ª ed. Org. Jomar Moraes. Revisão da primeira edição por Luís Carlos Pereira de Castro e Antônio Henriques Leal. São Luís: Edições AML, 2012. 4v., p. 11-27.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A poética do Hipocentauro**: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CAMPOS, Haroldo de. **A ReOperação do Texto**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos, 1750-1880. 10ª ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

CARVALHO, Estêvão Rafael de. **O Bem-te-vi**. Ed. fac-similar. Org. Nascimento Moraes Filho. São Luís: Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Lisboa e Timon: o drama dos liberais do império. *In*: LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon**: partidos e eleições no Maranhão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 5-29.

CARVALHO, Ronald de. **Pequena História da Literatura Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1922.

CIORAN, Emil. **Antologia do retrato**: de Saint-Simon a Tocqueville. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

CORMENIN, Louis-Marie de Lahaye (Timon). **Entretiens de village**. 3ª ed. Paris: Pagnerre Éditeur, 1846.

CORMENIN, Louis-Marie de Lahaye (Timon). **Livre des orateurs**. 12ª ed. Paris: Pagnerre Éditeur, 1842.

CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica**. Org. Bruno Azevêdo. São Luís: Pitomba!, 2015.

CORRÊA, Rossini. **Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional**. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Edição, pref., cronol., notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

DIAS, Gonçalves. **Crônicas reunidas de Gonçalves Dias**. Org. Luís Antônio Giron. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2013. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 100).

EULALIO, Alexandre. **Escritos**. Org. Berta Waldman e Luiz Dantas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora UNESP, 1992.

FRIAS, J. M. C. **Memória sobre a tipografia maranhense**. São Paulo: Siciliano, 2001. (Col. Maranhão Sempre).

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis, 2015.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio; PINTO, Lucas Gomes Carvalho. **Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2019.

GAMA, Lopes. **O carapuceiro: Crônicas de costumes**. Org. Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (Col. Retratos do Brasil.)

GURGEL, Rodrigo. **Muita retórica, pouca literatura: de Alencar a Graça Aranha**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2012.

HUNTER, Daren A. *The Transformative Power of Paideia or Paideia Transformed? Paideutic Culture during the Second Sophistic*. A Thesis submitted to McGill University in partial fulfillment of the requirements of the degree Master of Arts, 2013. Disponível em: [https://central.bac-lac.canada.ca/.item?id=TC-QMM-119611&op=pdf&app=Library&is\\_thesis=1&oclc\\_number=870982774#:~:text=ABSTRACT%20The%20present%20study%20contends,slow%20decay%20of%20ancient%20Hellenism](https://central.bac-lac.canada.ca/.item?id=TC-QMM-119611&op=pdf&app=Library&is_thesis=1&oclc_number=870982774#:~:text=ABSTRACT%20The%20present%20study%20contends,slow%20decay%20of%20ancient%20Hellenism). Último acesso: 27 jul. 2025.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In.: LIMA, Luiz Costa (org.). **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JORGE, Sebastião. **A linguagem dos pasquins**. São Luís: Lithograf, 1998.

JÚNIOR, R. Magalhães. **Três panfletários do Segundo Reinado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86).

KITTLER, Friedrich. **Discourse Networks, 1800/1900**. Trans. by Michael Metteer, with Chris Cullens. Stanford: Stanford University Press, 1990.

LEÃO, Ricardo (Ricardo André Ferreira Martins). **Os atenienses e a invenção do cânone nacional**. 2ª ed. São Luís: Instituto Geia, 2013.

LEAL, Antônio Henriques. Notícia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa. In: LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. 4ª ed. Org. Jomar Moraes. Edição e revisão da primeira edição por Luís Carlos Pereira de Castro e Antônio Henriques Leal. São Luís: Edições AML, 2012. 4v., p. 19-125.

LIMA, Luiz Costa. Do neoclassicismo ao romantismo. In: COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 1999. v. 2, p. 275-309.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LISBOA, João Francisco. **Crônica do Brasil Colonial**: apontamentos para a história do Maranhão. Introduções de Peregrino Júnior e Graça Aranha. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Coleção Dimensões do Brasil 2.

LISBOA, João Francisco. **Crônica Maranhense**. Org. Josué Montello. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1969, 2v. (Estudos e Documentos, v. III).

LISBOA, João Francisco. **Crônica Política do Império**. Introd. e sel. de Hildon Rocha. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1984.

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon**. Brasília: Senado Federal, 2004.

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão**. Introd. e notas de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon e vida do Padre Antônio Vieira**. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. 4ª ed. Org. Jomar Moraes. Edição e revisão da primeira edição por Luís Carlos Pereira de Castro e Antônio Henriques Leal. São Luís: Edições AML, 2012. 4v.

LISBOA, João Francisco. **Obras escolhidas**. Prefácio e seleção de Octavio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: América Editora, 1946. 2v. Coleção Joaquim Nabuco.

LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2007. Coleção Documentos Maranhenses 27.

LINS, Alvaro. **A Glória de César e o Punhal de Brutus: ensaios e estudos, 1939-1959**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão (1821-1925)**. Org. Natalino Salgado Filho e Roberto Sousa Carvalho. São Luís: EDUFMA, 2012.

LUCIAN. **Chattering Courtesans and Other Sardonic Sketches**. Transl. Keith Sidwell. London: Penguin, 2004.

LUCIANO, De Samósata. **Biografia literária**. Org. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

MAGALHÃES, Celso. **Livro do Sesquicentenário de Celso Magalhães**. Org. Jomar Moraes. São Luís: Ministério Público do Estado do Maranhão / Academia Maranhense de Letras, 1999.

MEIRELES, Mário. **História de São Luís**. Org. Carlos Gaspar e Caroline Castro Licar. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2012.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. 3ª ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENDES, Odorico. **Virgílio Brasileiro ou Tradução do Poeta Latino**. 2ª ed. atual. com introd. e notas de Sebastião Moreira Duarte. São Luís: EDUFMA, 1995.

MONTELLO, Josué. A lição de João Francisco Lisboa. In: NISKIER, Arnaldo. **João Francisco Lisboa**: o Timon maranhense. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 15-17.

MONTELLO, Josué. “Os papéis da professora”. In: **Escritores maranhenses: 1966-1993**. Org. Joseane Maria de Souza e Souza. São Luís: Edições SECMA, 2018.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MILTON, John. **Paraíso perdido**. Trad. António José Lima Leitão. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editoras, 1949.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense**. São Luís: Edições SIOGE, 1976.

NISKIER, Arnaldo. **João Francisco Lisboa**: o Timon maranhense. Brasília: Senado Federal, 2012.

OLIVEIRA, Franklin de. Atualidade de João Francisco Lisboa. **Revista Civilização Brasileira**, Ano 1, nº 2, p. 191-210.

PÉCORA, Alcir. **Máquina de gêneros**: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo: Edusp, 2001.

PLUTARCH. **The Lives of the Noble Grecians and Romans**. Transl. John Dryden. New York: Modern Library, s.d.

REBELO, Marques. **A guerra está em nós**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. (O espelho partido; 3).

REIS, Francisco Sotero dos. **Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros**. Org. de Roberto Acízelo de Sousa. Rio de Janeiro: Caetés, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Culturas Shakespearianas: teoria mimética e os desafios da mímesis em circunstâncias não hegemônicas**. São Paulo: É Realizações, 2017.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio / Instituto Nacional do Livro, 1980. 5v.

SERRA, Joaquim (“Ignotus”). **Sessenta anos de jornalismo**. São Paulo: Siciliano, 2001. (Col. Maranhão Sempre).

SINKEVISQUE, Eduardo. Três imagens de Luciano de Samósata no século XVIII português. *Letras Clássicas* 19, n° 1 (2015). Disponível em: <https://revistas.usp.br/letrasclassicas/article/download/126656/123669/241187>. Último acesso: 25 jul. 2025.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. **A crônica brasileira do século XIX: uma breve história**. São Paulo: É Realizações, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

TERESA, d’Ávila, Santa. **Livro da vida**. Trad. e notas de Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretação da realidade brasileira: introdução à história das ideias políticas no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º, pelo autor da “História Geral do Brasil”**: Apostilla e Nota G aos n.ºs 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extracto do folheto “Diatribes contra a Timonice”, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**: 2ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIEIRA, Antônio. **Essencial**. Org. e introd. de Alfredo Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VIVEIROS, Jerônimo. No tempo das eleições a cacetes. *In*: **Dois estudos históricos**. Org. Luiz de Mello. São Luís: Ponto a Ponto Gráfica e Editora, 2016.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. *In*: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 191-210.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 2019.